



**Sandra Cristina
Calmeiro de Oliveira**

**Quão local é o Desenvolvimento Rural? O caso das
Aldeias do Xisto**



**Sandra Cristina
Calmeiro de Oliveira**

**Quão local é o Desenvolvimento Rural? O caso das
Aldeias do Xisto**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planeamento Regional e Urbano, realizada sob a orientação científica do Doutora Elisabete Maria Melo Figueiredo, Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Aos meus pais e à minha irmã pelo apoio incondicional.

o júri

presidente

Doutor Fernando Manuel Martins Nogueira
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Doutora Maria Celeste de Aguiar Eusébio
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro (arguente)

Doutora Elisabete Maria Melo Figueiredo
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro (orientadora)

agradecimentos

Gostaria de agradecer à Professora Elisabete Figueiredo pela disponibilidade e apoio que mostrou ao longo deste tempo de trabalho.

Agradeço também a todas as pessoas que generosamente disponibilizaram o seu tempo para responder às entrevistas. Sem a sua opinião e contributo não teria sido possível chegar a conclusões tão reais.

Aos amigos que de uma forma ou de outra contribuíram para que este percurso parecesse menos complicado, o meu agradecimento.

Aos meus pais um muito obrigada pela oportunidade de ter chegado até aqui e por nunca me terem deixado desistir.

À minha irmã pela paciência, pelo apoio e pela motivação. Por nunca ter deixado que todo o esforço feito ao longo deste percurso caísse por terra.

palavras-chave

Desenvolvimento Rural; áreas rurais; Aldeias do Xisto; Lojas do Xisto; recursos locais

resumo

Esta tese tem como tema principal a mobilização dos recursos locais em áreas rurais enquanto elemento potenciador do seu desenvolvimento tomando como estudo de caso a Rede das Aldeias do Xisto. Desta forma, o trabalho apoia-se nos programas de Desenvolvimento Rural enquanto método eficiente de incentivar o desenvolvimento das comunidades rurais, potenciando-as e tornando-as competitivas pela valorização dos seus recursos endógenos.

As últimas três décadas tiveram grande impacto no mundo rural, transformando-o e reestruturando-o, essencialmente ao nível do seu desenvolvimento. Sendo assim, antevê-se a necessidade de reconhecer e criar um rural que seja multifuncional e conseqüentemente mais competitivo, ou seja, capaz de sobreviver num mundo cada vez mais global. É necessário definir o conceito de rural e as suas implicações no que diz respeito à criação de políticas públicas que o legitimem assim como o papel dos agentes locais.

A Rede das Aldeias do Xisto consiste num projeto regional que abrange diversas áreas rurais da Região Centro, e que retrata de forma clara alguns dos problemas que estas áreas enfrentam nos dias de hoje. Esta ideia vai de acordo com os processos atuais de desenvolvimento local, tendo como objetivo último melhorar as condições de vida das populações rurais e potencializar os recursos locais de cada aldeia (enquanto recursos endógenos) sendo possível, deste modo, colmatar alguns dos seus problemas e promover o seu desenvolvimento.

No seguimento desta constatação, este estudo concentra-se em definir o desenvolvimento rural, as suas estratégias e políticas que justifiquem a importância dos recursos endógenos no desenvolvimento das áreas rurais portuguesas em declínio. Segue-se uma caracterização breve do projeto das Aldeias do Xisto e um estudo exploratório acerca da mobilização de recursos locais na mesma, qual a sua origem e as razões subjacentes através da aplicação de entrevistas semi-estruturadas. As conclusões obtidas permitirão perceber a adequação do projeto enquanto instrumento de desenvolvimento rural, quais os aspetos positivos e negativos, os seus resultados e o que poderia ter sido feito de forma distinta.

keywords

Rural development; rural community; Aldeias do Xisto; Lojas do Xisto; local resources

abstract

The main theme of the following dissertation consists in the local resources mobilisation in rural areas as being a potential element in the rural development, taking as a case study the Rede das Aldeias do Xisto. Thus, the present dissertation is supported on the rural development programmes as an efficient method of encouraging the development of rural communities and making them competitive and promising by valuing its endogenous resources.

The last three decades had an important impact on the rural community, transforming and restructuring it, especially in its development. As such, the necessity of recognising and creating a rural that is multifunctional and consequently more competitive is predicted, in other words, a rural that is capable of surviving in a world more and more global. It is necessary to define the concept of rural and its implications concerning public policies that legitimise it and it is also necessary to define the role of local actors.

The Rede das Aldeias do Xisto consists in a regional project that covers several rural areas in the centre of the country and clearly portrays some of the problems these areas face nowadays. This idea goes along with the current processes of local development, having as a last goal the improvement of rural population's living conditions and also to increase each village's local resources (as being endogenous resources) and this way, enable to address some of its problems and to promote its development.

Following these observations, this dissertation aims to define rural development, its strategies and policies that justify the importance of endogenous resources on the development of Portuguese rural areas that are in decline. This is followed by a brief characterisation of the Aldeias de Xisto project and a study explaining the local resources mobilisation, its origin and the implicit reasons through the application of semi-structured interviews. The conclusions will allow us to understand the project adequacy as a rural developing instrument, the positive and negative aspects, its results and what could have been done differently.

Índice

Lista de Figuras	iii
Lista de Tabelas	iii
Lista de siglas e abreviaturas	iv
I. Introdução	1
1. Enquadramento e objetivos	1
2. Considerações Metodológicas	2
3. Organização da Tese	5
II. Espaço Rural	9
1. O que é o espaço rural?	9
2. O que mudou nas últimas décadas?	17
3. Presente e Futuro – Problemas e Potencialidades do rural	21
III. Desenvolvimento Rural	29
1. Conceito de Desenvolvimento Rural, sua importância e principais abordagens teóricas	29
2. Políticas e Estratégias de Desenvolvimento Rural	42
3. Recursos locais e Desenvolvimento Rural	47
3.1. Que relação?	47
3.2. O papel do turismo na mobilização dos recursos locais	52
IV. Questões de investigação, Estudo de Caso e Metodologia Desenvolvida	57
1. Introdução	57
2. Questões de investigação	58
2.1. Rede das Aldeias do Xisto	58
2.2. Recursos locais	58
2.3. Turismo	59
2.4. Desenvolvimento Rural	59
3. Estudo de caso: A Rede das Aldeias do Xisto	59
3.1. Razões da escolha	59
3.2. O Projeto da Rede das Aldeias do Xisto	60
3.3. As Aldeias do Xisto	63
4. Metodologia Desenvolvida	67
4.1. Seleção e constituição da amostra	67
4.2. Elaboração dos Instrumentos de recolha e tratamento de informação	68
4.3. Guião de entrevista	69
V. Análise de Dados	71
1. Informação recolhida	71

1.1. Entrevistados	71
1.2. Recursos Locais e não locais	72
1.3. ADXTUR.....	77
1.4. Integração das aldeias na Rede das Aldeias do Xisto.....	79
2. Conclusões	81
V. Conclusões.....	85
1. Notas conclusivas.....	85
2. Pistas para investigações futuras e limitações deste estudo.....	88
VII. Bibliografia	89
Webgrafia.....	97
Anexos.....	99
Anexo I – Esquema representativo de operacionalização de conceitos.....	99
Anexo II – Caracterização da População	102
Anexo III - Caracterização do Território das Aldeias do Xisto	104
Anexo IV – Guião de entrevista.....	105
Anexo V – Grelhas de análise de entrevista	110

Lista de Figuras

Figura 1: Esquema representativo da metodologia de trabalho.....	3
Figura 2: Critério para definição de zonas rurais (1).....	15
Figura 3: Critérios para definição de zonas rurais (2)	16

Lista de Tabelas

Tabela 1: Caracterização modelo exógeno e modelo endógeno.....	49
Tabela 2: Distribuição das Aldeias do Xisto por concelho e por freguesia.....	65
Tabela 3: Análise SWOT do território das Aldeias do Xisto	67
Tabela 4: Distribuição da amostra em análise	68
Tabela 5: Operacionalização do conceito RAX	99
Tabela 6: Operacionalização do conceito Recursos Locais.....	100
Tabela 7: Operacionalização do conceito Turismo	100
Tabela 8: Operacionalização do conceito DR	101
Tabela 9: Caracterização da população das Aldeias do Xisto (2011)	102
Tabela 10: Taxa de atividade total e população empregada total e por sector de atividade (2011)	103
Tabela 11: Caracterização do território das Aldeias do Xisto	104
Tabela 12: Grelha de análise de entrevista: Comerciantes e Restaurantes.....	115
Tabela 13: Grelha de análise de entrevista: Lojas do Xisto e Artesanato	119
Tabela 14: Grelha de entrevista de Presidentes da Junta de Freguesia	126
Tabela 15: Grelha de análise de entrevista: ADXTUR	129

Lista de siglas e abreviaturas

ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto
AIBT – PI – Área de Intervenção de Base Territorial do Pinhal Interior
CCDRC – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro
CE – Comissão Europeia
CEE – Comissão Económica Europeia
DGADR – Direção Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural
DGDR – Direção Geral de Desenvolvimento Rural
DL - Desenvolvimento Local
DR – Desenvolvimento Rural
EFTA – European Free Trade Association
FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAGA – Fundo Europeu Agrícola de Garantia
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional
INE - Instituto Nacional de Estatística (Anuários Estatísticos Regionais)
GEPE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação
GPEARI - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações

Internacionais

GPPAA - Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar
LEADER – “Relação entre ações de Desenvolvimento Rural”
MADRP – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
MEC- Ministério da Educação e Ciência
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PAC – Política Agrícola Comum
PAR – Produtos Agro-alimentares Regionais
PEN – Plano Estratégico Nacional
PORC – Plano Operacional da Região Centro
PRODER – Programa para o Desenvolvimento Rural
QCA – Quadro Comunitário de Apoio
RAX – Rede das Aldeias do Xisto
TER – Turismo em Espaço Rural

I. Introdução

1. Enquadramento e objetivos

A temática desta tese relaciona-se com a procura da origem dos produtos mobilizados e vendidos nas Aldeias do Xisto. Ou seja, pretende-se analisar se os produtos comercializados nestas aldeias, quer nas Lojas do Xisto, quer nos comércios locais, são produzidos localmente ou não e quais as razões subjacentes. Será assim possível perceber quais as implicações diretas e/ou indiretas que a mobilização desses recursos tem em cada um dos territórios em análise, em termos do seu desenvolvimento.

Desta forma, a tese apoia-se nos programas de Desenvolvimento Rural (DR) enquanto instrumentos eficientes de incentivar e mobilizar o desenvolvimento das comunidades rurais, potenciando-as e tornando-as competitivas pela valorização dos seus recursos endógenos. Esta ideia de que, não só os processos de DR, mas também as suas políticas e estratégias de desenvolvimento deverão ser endógenas justifica a escolha da Rede das Aldeias do Xisto (RAX) como objeto de estudo. Sendo a RAX um projeto regional que abrange diversas áreas rurais da Região Centro e que retrata de forma clara alguns dos problemas que estas áreas enfrentam nos dias de hoje¹, que está de acordo com os processos atuais de desenvolvimento local, tendo como objetivo último melhorar as condições de vida das populações rurais², a potencialização dos recursos locais de cada aldeia (enquanto recursos endógenos) surge como uma forma possível de colmatar alguns dos seus problemas e de promover o seu desenvolvimento. Surge daqui a lógica subjacente à escolha da RAX como caso de estudo, na tentativa de perceber, como já se referiu, qual a origem dos produtos nela comercializados, de que forma são mobilizados e qual o seu papel no desenvolvimento destas aldeias. Espera-se assim que a mobilização dos recursos endógenos da RAX seja feita essencialmente para a venda a turistas nas Lojas do Xisto e para consumo próprio das populações locais. Daí que este estudo foque de forma sumária questões ligadas ao turismo, em específico aquele que se pratica em zonas rurais, bem

¹ O rural dos dias de hoje enfrenta problemas como baixas densidades populacionais, desertificação física, desequilíbrios ambientais resultantes da má utilização dos recursos existentes, descaraterização e degradação dos espaços rurais, entre outros.

² A melhoria das condições de vida das populações rurais é conseguida através da requalificação de edifícios, do melhoramento de infraestruturas públicas, da fixação e requalificação de pessoas, entre outros.

como a especificação da ligação entre este e o DR e da sua importância na mobilização e divulgação dos recursos locais.

No entanto, importa não esquecer que vivemos num mundo que tende a ser cada vez mais global e que tal implica que ocorram nas áreas rurais atuais processos de reestruturação e de reconfiguração (essencialmente ao nível da agricultura e dos seus processos produtivos) que, no fundo, exigem “*novos olhares e parecem desenhar diversos (e também novos) futuros*” (Figueiredo 2010, i). Importa por isso perceber quais as mudanças que se operaram no meio rural nas últimas décadas, quais as questões que tais transformações levantam e, em última instância quais as potencialidades que as mesmas criam nas áreas rurais de forma a torná-las competitivas e que permitirão a sua sobrevivência. Neste sentido, uma parte inicial deste estudo tecerá um enquadramento teórico acerca do Desenvolvimento Rural (DR), seu enquadramento lógico, fragilidades e potencialidades, bem como o quadro legal que o sustenta. Tendo ainda em conta os objetivos mencionados acima, fará todo o sentido perceber qual o papel dos recursos locais no desenvolvimento dos territórios em análise e no DR em geral.

2. Considerações Metodológicas

O esquema que se segue é representativo dos procedimentos metodológicos que conduziram à perceção da origem dos produtos comercializados na RAX, quer ao nível das Lojas do Xisto, quer ao nível dos comércios locais e quais as razões subjacentes.

Pretende-se ainda, perceber quais as implicações diretas e/ou indiretas que a mobilização desses recursos tem em cada um dos territórios em análise, em termos do seu desenvolvimento.

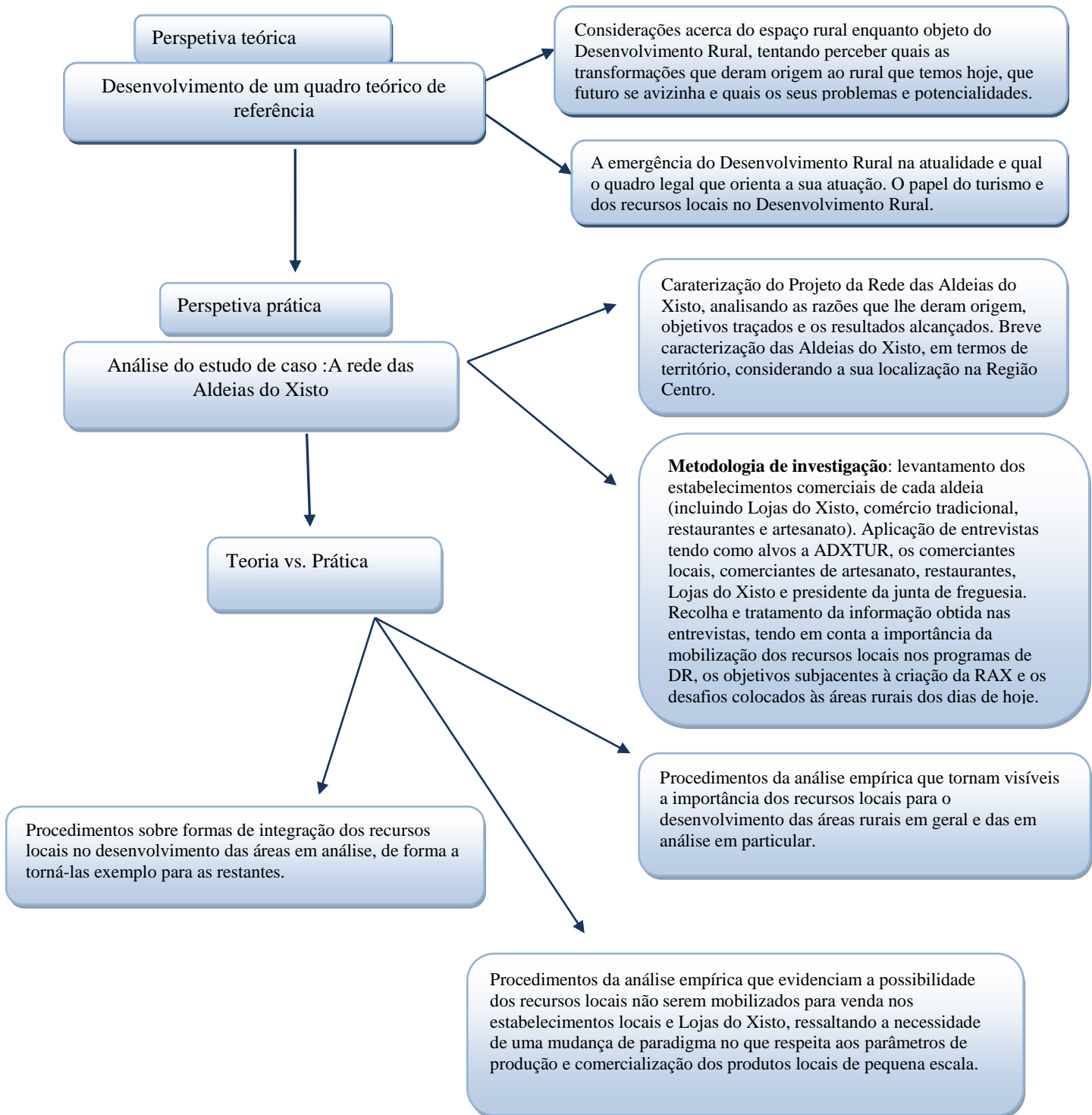


Figura 1: Esquema representativo da metodologia de trabalho

De uma forma genérica, a metodologia adotada nesta tese seguiu um modelo de estrutura de investigação tradicional, traduzida nas seguintes etapas:

- a construção de um quadro de referência que visa refletir acerca do espaço rural enquanto objeto de DR, as motivações que estão na origem do rural que temos nos dias de hoje, seus problemas e potencialidades;
- enquadramento teórico do conceito de DR, suas estratégias, políticas e abordagens teóricas, no sentido de perceber o que é afinal o DR e como deve ser aplicado, enfatizando o papel dos recursos locais nessa aplicação e a sua ligação com o turismo (enquanto instrumento de DR);
- sumária caracterização do projeto das Aldeias do Xisto, analisando as razões que lhe deram origem, objetivos traçados e os resultados alcançados, bem como a caracterização do território em análise em termos territoriais e populacionais considerando a sua localização na Região Centro;
- o método de investigação escolhido foi a entrevista semi-estruturada, que exige a existência de um guião previamente preparado e cujo objetivo é o de orientar o desenvolvimento da entrevista aplicada a três tipos de alvo distintos, desde os comerciantes de estabelecimentos locais, a colaboradores e/ou proprietários de restaurantes, a colaboradores das Lojas do Xisto, aos presidentes de junta de freguesia e a ADXTUR. A escolha deste tipo de entrevista como método de investigação deveu-se sobretudo ao facto de poder ser aplicada a diversos participantes na procura da resposta às mesmas questões e pela vantagem de se poder adaptar ao entrevistado. Assim sendo, procedeu-se ao levantamento dos estabelecimentos comerciais de cada aldeia, incluindo comércio tradicional, comércio de artesanato, restaurantes e Lojas de Xisto. Ou seja locais de venda e comercialização de produtos locais (essencialmente artesanato e produtos alimentares). A informação a analisar será recolhida por gravação e posteriormente documentada;
- procedimentos de análise empírica que tornam visível a importância dos recursos locais para o desenvolvimento das áreas rurais em geral e das analisadas em particular, bem como a adequação das políticas de DR em vigência às necessidades extremas dos territórios em análise;

- análise dos procedimentos obtidos que evidenciam a possibilidade dos recursos locais não serem mobilizados para venda nos estabelecimentos locais e Lojas do Xisto, alertando para a necessidade de uma mudança de paradigma no que respeita aos parâmetros de produção e comercialização dos produtos locais de pequena escala,
- procedimentos sobre formas de integração dos recursos locais no desenvolvimento das áreas em análise, de forma a torná-las exemplo para as restantes.

3. Organização da Tese

Atentando no que se mencionou anteriormente, a presente dissertação organiza-se da seguinte forma:

- um primeiro capítulo que introduz o tema em análise, incluindo a sua relevância e as razões que o tornam objeto da presente investigação;
- uma vez que o Desenvolvimento Rural se aplica ao espaço rural, não é possível estabelecer o que é o primeiro sem analisar, numa primeira fase, o segundo. Desta forma, o segundo capítulo parte da noção de espaço rural seguindo-se a análise das alterações que nele ocorreram nas últimas décadas. Finalmente caracterizar-se-á o espaço rural atual e far-se-ão considerações acerca do seu futuro, pelo que serão aqui tidas em conta as suas potencialidades e principais problemas;
- o terceiro capítulo desta dissertação dará conta do que é o Desenvolvimento Rural, bem como da sua importância para as sociedades atuais. Serão nomeadas e especificadas as principais abordagens teóricas que lhe deram origem, bem como as políticas e estratégias que o sustentam;
- pela importância que os recursos locais devem ter no desenvolvimento das áreas rurais e considerando o turismo como veículo de divulgação dos mesmos, a última parte deste capítulo englobará duas partes distintas: a primeira com a especificação da relação entre Desenvolvimento Rural e recursos locais e, a segunda, com o papel do turismo na mobilização dos recursos locais;
- o quarto capítulo será composto pela apresentação do estudo de caso. Aqui estarão incluídas as motivações da escolha da Rede das Aldeias do Xisto como estudo de caso, bem como as questões de investigação que a temática da dissertação levanta. Segue-se a caracterização do projeto da Rede das Aldeias do Xisto, suas implicações e objetivos. De seguida caracteriza-se brevemente as Aldeias do Xisto em apreço neste estudo;

- Far-se-á ainda menção à metodologia utilizada na elaboração do estudo de caso, no que respeita aos instrumentos de recolha de informação e ao guião de entrevista, sua organização e dados obtidos;

- um quinto capítulo dará conta da análise de dados obtidos pela realização das entrevistas. Isto é, uma pequena caracterização da amostra em análise, que resulta da observação direta de cada tipologia de entrevistado, complementada pela informação obtida numa primeira fase da entrevista referente a dados do entrevistado. Segue-se uma análise relativa aos recursos locais e não locais, cuja análise será individualizada por tipologia de entrevistados. Quanto á entrevista da ADXTUR, pelo facto de ser a entidade coordenadora do projeto, será analisada separadamente, bem como a opinião dos entrevistados em relação à integração das aldeias na rede. Uma última parte, comportará as conclusões retirada após a análise da informação recolhida;

- por fim no sexto capítulo serão tecidas as conclusões obtidas ao longo desta investigação e serão apresentadas algumas das suas limitações e algumas pistas para futuras investigações.

- Atentando no que se mencionou anteriormente, a presente dissertação organiza-se da seguinte forma:

- um primeiro capítulo que introduz de forma simplista o tema em análise, incluindo a sua relevância e as razões que o tornam objeto da presente investigação;

- uma vez que o Desenvolvimento Rural se aplica ao espaço rural, não é possível estabelecer o que é o primeiro sem analisar, numa primeira fase, o segundo. Desta forma, o segundo capítulo parte da noção de espaço rural seguindo-se a análise das alterações que nele ocorreram nas últimas décadas. Finalmente seguir-se-á uma referência ao espaço rural presente e que futuro terá, pelo que serão aqui tidas em conta as suas potencialidades e principais problemas;

- o terceiro capítulo desta dissertação dará conta do que é o Desenvolvimento Rural, bem como da sua importância para as sociedades atuais. Serão nomeadas e especificadas as principais abordagens teóricas que lhe deram origem, bem como as políticas e estratégias que o sustentam;

- pela importância que os recursos locais devem ter no desenvolvimento das áreas rurais e considerando o turismo como veículo de divulgação dos mesmos, a última parte deste capítulo englobará duas partes distintas: a primeira com a especificação da

relação entre Desenvolvimento Rural e recursos locais e, a segunda, com o papel do turismo na mobilização dos recursos locais;

- o quarto capítulo será composto pelo estudo de caso. Aqui estarão incluídas as motivações da escolha da Rede das Aldeias do Xisto como estudo de caso, bem como as questões de investigação que a temática da dissertação levanta. Segue-se a caracterização do projeto da Rede das Aldeias do Xisto, suas implicações e objetivos. De seguida caracteriza-se brevemente as Aldeias do Xisto em apreço neste estudo;

- Far-se-á ainda menção à metodologia utilizada na elaboração do estudo de caso, no que respeita aos instrumentos de recolha de informação e ao guião de entrevista, sua organização e dados obtidos;

- um quinto capítulo dará conta da análise de dados obtidos pela realização das entrevistas,

- por fim no sexto capítulo serão tecidas as conclusões obtidas na investigação realizada ao longo desta investigação e serão apresentadas algumas pistas para o futuro.

II. Espaço Rural

1. O que é o espaço rural?

No rural europeu do século XIX a população organizava-se de forma dispersa, em comunidades constituídas por pequenos aglomerados nos quais a agricultura figurava como atividade agrícola principal *“onde os modos de sociabilidade se baseavam em redes familiares e relações pessoais de interconhecimento e de interdependência, onde os saberes e as tradições eram passados de geração em geração”* (Poças 2006,1).

Contrariamente, o urbano era caracterizado por gerar grandes aglomerados, industrializados nos quais *“a sociabilidade fazia-se mediante relações de utilidade, independência, privacidade e desconhecimento entre as pessoas, não existindo consciência de pertença a um mesmo grupo senão através de tarefas complementares”* (Poças 2006,1), vivia-se por isso numa tipologia de sociabilidade denominada por associação.

Surgiram, no entanto, algumas alterações (a analisar com mais detalhe no ponto seguinte deste capítulo) essencialmente ao nível agrícola e cultural que alteraram os contornos do rural. Contornos esses que se traduzem num espaço rural (outrora baseado na agricultura e em relações interpessoais de transmissão de conhecimentos) que perdeu as suas especificidades essencialmente na dimensão económica, cujas consequências se traduziram em aspetos como: *“o êxodo rural, a industrialização e a instalação de serviços, a generalização da educação e de unidades de saúde, a articulação das populações com mercados de trabalho regionais e urbanos, o acesso a equipamentos e a meios de comunicação, a melhoria e a intensificação da rede rodoviária, o novo interesse das populações urbanas pelos campos, a preocupação da sociedade e a própria evolução tecnológica da agricultura”* (Baptista 2003 in Poças 2006,2). O que leva Baptista (2003 in Poças 2006, 3) a concluir que *“os critérios que [demarcam o rural] do mundo urbano, ou que nele diferenciam tipos, são uma consequência sobretudo das atividades da população e do modo como estas se distribuem pelo espaço e não tanto de decisivas diferenças sociológicas”*.

Mas o que significa então espaço rural? Numa primeira análise e de uma forma muito genérica a *“expressão zona (espaço) rural costuma englobar não apenas a noção geográfica do espaço rural mas também todo o tecido económico e social compreendendo um conjunto de atividades que nele têm lugar”* (Varela 1993, 75 in Cussecala et al 2009,

6-7). Por sua vez, Ferrão (2000, 47) fala na existência de um rural arcaico que se encontra “*num processo estrutural de marginalização económica, social e simbólica*” sendo que “*a forte mercantilização da produção agrícola em massa*” retira algumas áreas rurais do domínio do mundo rural tradicional³. Surgem assim, segundo este autor, áreas rurais modernas e áreas rurais tradicionais, evidenciando que a modernidade deixa de ser característica exclusiva dos centros urbanos. Lima (2006, 152) refere que a “*representação social do rural no Portugal atual está [...] cada vez mais associado à função de reserva ambiental*”, pelo que, a ruralidade pode ser entendida como “*um princípio de organização e um sistema de valores, que, a par com a visibilidade social das questões ambientais, se reforça na componente do que podemos designar por reserva de qualificação ambiental*”. Tomando como unidade de análise o concelho, Oliveira Baptista (2006, 86) define o rural “*como o conjunto da população isolada [e que] vive em aglomerados com menos de 2000 habitantes*”. A definição de rural é reforçada pelo autor ao referir que “*a diferenciação rural/urbano, centra-se na dimensão dos aglomerados populacionais e não nas características que a população, no seu conjunto, confere a uma determinada unidade administrativa*”. Diniz e Gerry (2009, 8-10) distinguem o rural em três aspetos nomeadamente ao que respeita à sua função, demografia e diferenciação. Quanto ao aspeto funcional, o rural assume funções produtivas ligas à sua dependência em relação ao setor primário em geral e ao uso extensivo da terra em particular. São-lhe atribuídas funções sociais e patrimoniais, pela clara dependência territorial em relação ao sector industrial e ao setor terciário, nomeadamente no que respeita por exemplo à indústria extrativa e à administração pública local, ou ainda em relação ao património natural e histórico. Relativamente à demografia, as áreas rurais apresentam baixas densidades populacionais e caracterizam-se como sendo de pequena dimensão e afastadas dos centros administrativos a que pertencem. Por fim, “*em termos da sua fisionomia geográfica, das condições sociais, e da sua herança histórica, política e cultural, as zonas rurais caracterizam-se por divergirem bastantes umas das outras*” (Diniz e Gerry 2009, 8). Como denotam Galvão e Vareta o espaço rural assume-se como um espaço “*recurso*” do qual fazem parte os

³ O mundo rural tradicional é caracterizado, nas palavras de Ferrão (2000, 47), como tendo uma função principal, a de produção de alimentos; uma atividade agrícola dominante, a agricultura; um grupo social de referência, a família camponesa, e um tipo de paisagem que reflete a conquista de equilíbrios entre as características naturais e o tipo de atividades humanas desenvolvidas.

“sistemas de produção e os respetivos produtores [participantes da] dinâmica paisagística”, como um espaço “quadro de vida” enquanto cenário de ocupação dispersa e como espaço “natureza” integrando “os recursos, os quadros de vida e todas as funções biofísicas da natureza “clássica” [...]” (Galvão e Vareta 2010, 64). Os mesmos autores referem ainda que, a partir de 1980, a paisagem rural sofreu várias mudanças cuja origem deriva das alterações verificadas ao nível dos valores sociais, dos sistemas de produção, que tendem a fundir-se com a paisagem urbana e ainda na relação direta entre estes e a paisagem. Em resultado destas alterações a paisagem rural identifica-se através de três grupos de recursos identitários: recursos histórico-culturais (referentes, por exemplo, ao património histórico e cultural do território), recursos ecológico-naturais (inclui os sistemas hidrológicos, geomorfológicos, bioclimáticos e vegetais) e recursos sociais e simbólicos (referentes ao valor que se dá a cada paisagem) (Galvão e Vareta 2010, 64). Segundo Figueiredo (2003, 175), “a questão da dificuldade de delimitação do que é o espaço rural subsiste” existindo ainda uma dificuldade em defini-lo “num contexto de globalização e da crescente homogeneização das sociedades modernas”. Muito embora há mais de três décadas atrás se tenha começado a discutir a questão do desaparecimento do rural, a pertinência da sua definição continua atual. Neste sentido a autora apresenta os porquês do desaparecimento do rural:

- o seu desaparecimento enquanto objeto de estudo, nomeadamente das ciências sociais, pelo que o estudo das áreas rurais por se deixa de fazer sentido ao mesmo tempo que surge o conceito de urbano (utilizado por muitos cientistas sociais). Este novo conceito prevê a existência de um espaço que não chega a ser nem rural nem urbano (o que, na opinião da autora, embora represente a tendência das sociedades atuais, é impreciso e não aplicável a toda a parte);

- o seu desaparecimento enquanto espaço físico, económico, cultural e social, dotado de especificidade. Ou seja, algumas das áreas rurais do país foram assimiladas pelo modelo dominante (o de acumulação capitalista e de concentração de recursos), enquanto outras (mais remotas) foram perdendo os seus recursos humanos e as suas potencialidades. Trata-se por isso da “diluição do rural no urbano e no global” (Figueiredo 2003, 130-131);

- trata-se de um desaparecimento que não chega a sê-lo, mas sim um renascimento. Isto porque a pré-modernidade de uma parte importante das áreas rurais do sul europeu pode ser vista com uma mais-valia para o renascimento do rural.

Por fim a autora conclui que *“rural e ruralidade são conceitos suscetíveis de possuir diversos significados [...] Não parece existir atualmente uma definição globalizante, homogênea, ‘pronta a servir’ dos conceitos mencionados, o que de algum modo é consequência da grande diversidade de espaços rurais existentes e também [...] da diversidade de imagens socialmente construídas sobre esses mesmos espaços”* (Figueiredo 1994, 24). É precisamente a constatação de Figueiredo (1993, 24) de que existe uma grande diversidade de espaços rurais, que permitirá a este estudo avançar para a explicitação das várias tipologias de áreas rurais existentes no contexto específico de Portugal. Assim, Barros (1998, 11) considera que se se tiverem em consideração critérios de análise regional, existem três tipologias de zonas rurais:

- *“zonas rurais existentes na proximidade de centros urbanos ameaçados pela expansão da rede urbanística, com problemas de disputa de solos e de degradação ambiental fortemente influenciadas pela cultura e modo de vida das cidades”;*
- *“zonas rurais em que a componente agrícola é importante mas onde esta se encontra ameaçada quer pelas alterações operadas nas estruturas e nos sistemas de produção agrícola, quer pelo êxodo rural e pela atratividade dos centros urbanos”;*
- *“zonas rurais marginais afetadas pelos problemas específicos derivados quer da normalmente baixa produtividade dos solos, quer dos acessos difíceis.”*

Ferrão (2000,47) ao referir a existência de um novo contexto na relação rural/urbano e da existência de uma *“participação das áreas rurais em função da sua proximidade (física mas também funcional e socioeconómica) aos principais centros urbanos”*, caracteriza as áreas rurais como sendo centrais, periféricas, marginais ou profundas. Para estabelecer tipologias de espaço rural, Baptista utiliza o concelho como unidade de análise e define o rural como *“o conjunto da população isolada e a de que vive em aglomerados com menos de dois mil habitantes”* (Baptista 2006, 86) cuja vantagem está na possibilidade de distinção entre população isolada e a que vive em pequenos aglomerados, e a população urbana. A fim de caracterizar a diversidade rural o autor usou como critérios a densidade rural e a percentagem de população ativa que trabalha na agricultura. Surgem assim quatro zonas rurais distintas (Baptista 2006, 86-87):

- zona rural de baixa densidade: densidade média de 13 habitantes/km², onde reside 7% da população. Ocupa mais de metade do Continente, estendendo-se por 96 Concelhos. A Sul ocupa os três Concelhos do Algarve (Aljezur, Monchique e Alcoutim) e

todo o Alentejo. No Ribatejo integra os Concelhos situados a este da faixa entre Benavente e Abrantes, à exceção de Salvaterra de Magos e Constância. Nas Beiras ocupa a zona do Pinhal compreendida entre Góis, Pampilhosa, Oleiros, Sertã, Vila de Rei, Proença-a-Nova e Mação, estendendo-se ainda pelo Alentejo em Vila Velha de Ródão, Idanha-a-Nova e Castelo Branco. Ocupa ainda uma faixa alargada correspondente à fronteira e limites de Penamacor, Sabugal, Sernacelha, Penedono, Vila Nova de Foz Côa, Carraceda, Murça, Vila Pouca de Aguiar, Boticas e Montalegre;

- zona rural urbano: densidade rural média de 165 habitantes/km², 25% da população e um sexto da área do Continente;
- zona rural agrícola: ocupa 9% do Continente e corresponde a 8% da população residente,
- zona rural da indústria e serviços: ocupa 15% do Continente e corresponde a 5% da população residente.

De referir que, as duas primeiras tipologias “*polarizam as situações mais extremadas*” sendo que as restantes “*situam-se entre os dois extremos do rural de baixa densidade e do rural urbano*” (Baptista 2006, 86-87).

Kayser (1990, *cit.* em Figueiredo 2003, 132) apresenta outras três tipologias de rural, sendo elas o espaço periurbano ou rurano, o espaço rural profundo e o espaço com implantação de atividades de serviço. A primeira tipologia caracteriza-se como um espaço rural de economia agrícola produtiva, praticada essencialmente por agricultores profissionais, explorando todo o território cultivável. Na segunda tipologia a atividade agrícola tem uma produtividade reduzida e é pouco modernizada. É um espaço pobre, marcado pelo êxodo, podendo mesmo ser definido como marginal. Na terceira e última tipologia, as atividades de serviço animam o espaço, mas geram, simultaneamente perturbações de ordem económica, social e cultural, podendo gerar também conflitos relacionados com a disputa pelo espaço por parte de atividades diversificadas (indústria, residência secundária, entre outras). Já Pinguad (*cit.* em Figueiredo 2003, 133) classifica os espaços rurais como espaços integrados – usados sobretudo por atividades económicas mais desenvolvidas; espaços expectantes – nos quais ainda se pratica alguma atividade tradicional, funcionando, essencialmente como reservas de mão-de-obra, sem qualquer tipo de modernização e os espaços degradados quer a nível material, quer a nível social. Figueiredo (2003, 133-134) apresenta as três tipologias de Cavaco (1993) como uma

tipologia interessante, pois, não só integram contributos anteriores como os ultrapassam e, muito embora esta tipologia tenha sido idealizada para as zonas rurais portuguesas, pode também ser aplicada a outros países da Europa, particularmente aos do Sul:

- campos periurbanos, caracterizados pela autora (Cavaco, 1993), como espaços de densidades populacionais elevadas, com acréscimos demográficos, saldos fisiológicos positivos, afluxos de população, diversidade de atividades económicas, sendo a agricultura a atividade dominante em termos de uso do solo e a marca dominante na paisagem. Quanto à população ativa, esta não é maioritariamente agrícola, sendo que migra pendularmente entre a residência e os centros de emprego. Verifica-se ainda uma urbanização generalizada, quer a nível de padrões de vida e de consumo como a nível de sistema de valores. Fatores como a pressão da expansão urbana, o preço do solo, entre outros, tornam a agricultura uma atividade relativamente instável;

- campos em vias de extinção ou abandono, que se caracterizam sobretudo pelas terras pobres, difíceis de trabalhar, de montanha, pouco produtivas, que foram marginalizadas pelos locais, quando outras oportunidades surgiram fora destas áreas. São espaços caracterizados como áreas onde dominam os camponeses velhos, reformados e isolados. São igualmente espaços em processos de degradação, tanto ao nível da paisagem tradicional, como ao nível das casas, entre outros. São ainda, segundo a autora (Cavaco, 1993), pontuais e geralmente constituídos pelos espaços protegidos institucionalmente ou igualmente por certas aldeias recuperadas ou em processo de recuperação,

- campos intermédios, que em termos de caracterização posicionam-se entre os dois anteriores. São espaços onde predomina a população agrícola e que apresentam grande diversidade de formas de uso do solo, arquitetura, povoamento, modos de vida e sistema de valores. A atividade agrícola é igualmente predominante em termos de ocupação do solo e também como fonte de rendimento, coexistindo em muitos casos com situações de plurirrendimento e pluriatividade. São espaços sobre os quais, no entender de Cavaco (1993) pesam muitas incertezas, na maioria associadas à atividade base – a agricultura.

Refere-se ainda as tipologias de zonas rurais criadas por Novais *et al* (2000), publicadas em resultado de um estudo elaborado no âmbito das atividades do Centro de Economia Agrária e Sociologia Rural em 2000. Estudo este, presente no Projeto AGRO 62, intitulado “As dinâmicas socio-económicas do espaço rural português” (2001-2005).

Esta investigação foi ainda baseada na informação de recenseamento geral da população de 2001, do INE, sendo o objetivo último a elaboração de um esboço da caracterização do rural do continente português. Com base nesta informação e nos critérios presentes na tabela seguinte, surgiram 4 tipologias de zonas rurais (Poças 2006, 4).

Densidade Rural (hab/km ²)	Grupo socio-económico com mais peso	Densidade Rural (hab/km ²)	Zonas do Rural
≤30	<div style="display: flex; align-items: center; justify-content: center;"> <div style="font-size: 3em; margin-right: 10px;">{</div> <div style="text-align: center;"> <p>Agricultura</p> <p>Indústria</p> </div> </div>		Ruralidade de baixa densidade (4)
>30		<div style="display: flex; align-items: center; justify-content: center;"> <div style="font-size: 3em; margin-right: 10px;">{</div> <div style="text-align: center;"> <p>≤100</p> <p>>100</p> </div> </div>	<p>Rural agrícola (3)</p> <p>Rural assente na indústria e serviços (2)</p> <p>Rural urbano (1)</p>

Figura 2: Critério para definição de zonas rurais (1)

Fonte: Novais *et al.*, 2000 (adaptado)

- **Rural urbano (1)** – delimitava os concelhos que se encontram sob influência direta da capital e os concelhos que se situam na faixa Norte Litoral, Coimbra e Mação;
- **Rural assente indústria e serviços (2)** – concentrava uma parte dos concelhos do Algarve, do Centro Litoral a Norte de Lisboa e do seu prolongamento pelo interior do país até Viseu e Guarda;
- **Rural agrícola (3)** – prolongava-se pelo Centro Interior Norte do continente, de Mortágua, Castro Daire e Celorico da Beira até Valença e Chaves, com Vale do Douro de permeio, integrando também mais a Sul os concelhos de Vagos, Mira, Cantanhede, Bombarral e Lourinhã,
- **Ruralidade de baixa densidade (4)** – ocupava mais de metade do país, estendendo-se da Serra do Algarve à Terra Fria transmontana.

Segundo Silva (2005,5) este projeto permitiu, além de identificar as quatro tipologias do rural já mencionadas, “identificar e descrever diferentes dinâmicas socioeconómicas que definem os territórios rurais de baixa densidade populacional e contribuir para o aprofundamento da análise sobre o conceito de rural, enquanto

caracterizador de territórios com especificidades, e das particularidades e variantes observadas no âmbito desse mesmo conceito”.

Estas tipologias foram atualizadas por Poças (2006) que à semelhança de Novais et al utilizou o concelho como unidade de análise, considerando que os aglomerados rurais seriam aqueles cuja população isolada não excede-se os 2000 habitantes. A autora teve ainda em consideração facto de existirem, em alguns concelhos, população urbana e população rural e dois indicadores: a densidade rural – como forma de espelhar a diversidade do rural e o peso da população ativa agrícola. Refere-se ainda que foram excluídos pela autora 9 concelhos, pois “trata-se de concelhos estritamente urbanos. Com efeito, o peso da população ativa agrícola é desprecioso e os valores de densidade rural são nulos ou muito próximos disso”(Poças 2006, 41).

Surgiram assim refeitas as quatro tipologias do rural de Novais *et al*, que embora mantenham a mesma denominação, sofreram alterações nos critérios que os caracterizam:

Densidade Rural (hab/km ²)	Peso da população ativa agrícola	Densidade Rural (hab/km ²)	Zonas do Rural
<30	<div style="display: flex; align-items: center; justify-content: center;"> <div style="font-size: 3em; margin-right: 10px;">{</div> <div style="text-align: center;"> <p>≥15%</p> <p><15%</p> </div> </div>	<div style="display: flex; align-items: center; justify-content: center;"> <div style="font-size: 3em; margin-right: 10px;">{</div> <div style="text-align: center;"> <p>≤100</p> <p>>100</p> </div> </div>	Ruralidade de baixa densidade (4)
>30			Rural agrícola (3)
			Rural assente na indústria e serviços (2)
			Rural urbano (1)

Figura 3: Critérios para definição de zonas rurais (2)

Fonte: Poças (2006, 5) (adaptado)

Tendo em conta a diversidade de áreas rurais e de modos de a classificar, optar-se-á, nesta dissertação, pela definição de rural de Diniz e Gerry (2009,10) que o define como “um fenómeno complexo e multidimensional, referido a um conjunto de comunidades e territórios distintos [...], caracterizado por diversas atividades, tais como agricultura, artesanato, pequenas e médias empresas transformadoras, comércio (tanto tradicional como moderno), serviços pessoais e coletivos (privados ou públicos) [...]”.

Ao longo desta secção é possível perceber-se que o rural que temos hoje no nosso país é um rural que foi e continua a ser alvo de algumas transformações e está por isso em

mutação. Estas são transformações que se traduzem num rural diversificado e multifuncional. Por sua vez, se analisarmos o exposto em relação à possibilidade do desaparecimento ou melhor do renascimento do rural mencionado por Figueiredo (2003) é possível delinear um futuro para o rural português, um rural competitivo e com capacidade de sobrevivência num mundo que se avizinha cada vez mais global (pela sua modernização e reestruturação). É importante referir ainda que ao se tentar definir o que é o rural se levantam questões a cerca da delimitação da fronteira entre rural e urbano, que na atualidade é bastante ténue, não sendo por isso possível especificar com clareza o que é um e outro. Quais os motivos que estiveram e continuam a estar na origem das alterações verificadas no rural? Será objetivo da secção seguinte deste capítulo dar resposta a esta questão.

2. O que mudou nas últimas décadas?

Como referido inicialmente, vivemos num mundo que tende a ser cada vez mais global e que tal implica que ocorram nas áreas rurais atuais processos de reestruturação e de reconfiguração (essencialmente ao nível da agricultura e dos seus processos produtivos), que exigem “novos olhares e parecem desenhar diversos (e também novos) futuros” (Figueiredo 2010, i). Assim sendo, este ponto focará as razões que estão na origem do rural que temos nos dias de hoje.

De uma forma simplista, o padrão do chamado rural tradicional que vigorava na década de 50, ao qual Portugal não era exceção, atribuía-lhe uma “função principal: a produção de alimentos”; uma “atividade económica dominante: a agricultura”; um “grupo social de referência: a família camponesa com modos de vida, valores e comportamentos próprios” e um “tipo de paisagem que reflete a conquista de equilíbrios entre as características naturais e o tipo de atividades humanas desenvolvidas” (Ferrão 2000, 46). Mais, “rural e agrícola eram sinónimos e tinham a hegemonia da utilização do espaço. O abastecimento público era a função da agricultura [...]” (Baptista 2011, 51). Nas últimas décadas este rural tradicional tem sofrido profundas alterações (cf. Portela 1997; Barreto 2002; Figueiredo 2003; Covas 2006; Vieira 2008; Baptista 2011) o que se confirma nas palavras de Baptista (2011, 49) quando este afirma que “os contornos do rural [se alteraram] nas últimas décadas em muitas regiões ou países”. Alterações estas que,

segundo o mesmo autor, ocorreram consoante as características, dinâmicas e contexto socioeconómico de cada território.

Relativamente ao contexto português, parecem surgir na bibliografia analisada (Portela 1997; Barreto 2002; Figueiredo 2003; Covas 2006; Vieira 2008; Baptista 2011) diversas razões para as alterações verificadas no rural nomeadamente, o abandono da agricultura, uma maior abertura da economia do país ao exterior; o êxodo rural da década de 70; a crescente modernização da agricultura; o pós 1974 e a entrada de Portugal na U.E.

Assim, no fim da década de 50 (1959) Portugal torna-se um dos fundadores da EFTA (cuja criação se deu em resposta ao surgimento do Mercado Comum Europeu). Em consequência a economia do país abriu-se ao exterior, verificando-se, como denota Barreto (2002, 2), um crescimento do investimento externo em Portugal, a criação de uma alternativa industrial ao emprego agrícola, uma nova forma de organização do trabalho, salários superiores e consequentemente, a diminuição do desemprego. Em resultado, entre os anos de 1960 e 1973, o país teve o maior crescimento económico. Ainda na década de 50, factores como a escassez de mão-de-obra e a consequente subida dos salários vieram provocar uma modernização na agricultura portuguesa (pela introdução da mecanização, de pesticidas, adubos químicos, entre outros, tendo como consequência a emergência da dimensão ambiental em meio rural), permitindo assim “ganhos de produtividade nunca antes vistos e [que] contribuíram para melhorar o controlo do homem sobre a natureza” (Baptista 1996 in Vieira 2008, 20). No entanto esta modernização agrícola revelou-se insuficiente e controversa. Insuficiente porque não foi mais que uma forma ideológica “baseada nos louvores do campo e numa imagem muito negativa da cidade e da industrialização” (Figueiredo 2003, 193-194), ou seja uma ideologia de conservadorismo rural que nunca foi verdadeiramente posta em prática. Tal ideologia era ainda caracterizada por rendimentos médios de produção fracos e por uma produtividade baixa da mão-de-obra, originando rendimentos fracos para os agricultores e níveis de vida insatisfatórios para as populações das áreas rurais (Figueiredo 2003, 196). Controversa porque a emergência da dimensão ambiental nas práticas agrícolas provocou grandes danos ao nível ambiental quando era suposto diminuí-los (Baptista 2011, 50). Por sua vez a década de 70 ficou marcada pelo abandono das áreas rurais, pela mudança de regime político em 1974, pela candidatura do país à UE, e pela crescente modernização da agricultura (Barreto 2002, Vieira 2008).

O abandono das áreas rurais deu-se essencialmente pela perda de importância da agricultura e pelo êxodo rural para os grandes centros urbanos, mais industrializados, com mais oportunidades e com melhores condições de vida, ou para fora do país (inicialmente para o Brasil e outros países da América Latina, Estados Unidos, Canadá, África do Sul e colónias portuguesas de África, depois para a Europa, essencialmente para a França) (Barreto 2002; Vieira 2008).

A mudança de regime político em 1974 alterou radicalmente a vida política, o que teve repercussões a nível económico, social e cultural. Originou também a rápida descolonização cujas consequências se traduziram no corte dos vínculos ultramarinos do país e na vinda de 650 000 expatriados de África (Angola e Moçambique), bem como no desaparecimento das perspectivas de emigração de portugueses para África. Em última instância, o poder político português ficou reduzido ao seu território europeu. Nos dois anos seguintes à revolução ocorreu uma inversão de poderes políticos e sociais com “governos de composição maioritariamente esquerdista”. Finalmente “[a]pós um processo político rápido e pacífico [...], baseado sobretudo na realização de eleições, na aprovação de uma Constituição e na reposição da autoridade administrativa e legal constitucional, foi fundado um regime democrático e parlamentar”. Em consequência foram “repostas as normas legais de garantia dos direitos fundamentais, incluindo os de propriedade, [bem como o retorno daqueles que se haviam exilado] e foram repostas as regras de funcionamento de mercado” (Barreto 2002, 5-6). Verificou-se ainda a melhoria das condições de vida no rural⁴ (Baptista2006, 89-90); “as explorações agrícolas de uma parcela importante do território agrícola [foram] objeto de ocupação e nacionalização, num complexo processo de ‘reforma agrária’ de cariz coletivista” (Barreto 2002, 5). Em simultâneo, a agricultura deixou de ser o “fator de unificação dos contextos sociais rurais”, pelo que se verificou uma “desagregação da ruralidade a favor de um desenvolvimento de carácter urbano e suburbano” (Figueiredo 2003, 200-201).

A entrada de Portugal na UE (cuja candidatura foi feita em 1977 e concretizada em 1986) e a consequente submissão às diretivas da PAC⁵ “vieram revolucionar a racionalidade agrícola nacional” cujo resultado se traduziu no que Baptista (2006) denominou de “simulação do cultivo agrícola” (“simulação do cultivo agrícola, semear,

⁴ (ao nível da difusão do abastecimento de água, do saneamento básico, da generalização no acesso a melhores cuidados de saúde, do apoio a idosos, da construção de equipamentos sociais)

⁵ Os efeitos da PAC em Portugal serão melhor explicados posteriormente

receber o subsídio e não colher”), ou seja, cultivava-se não para produzir alimentos, mas para receber subsídios. Em contrapartida, as inconstâncias e permanentes mudanças nas orientações europeias afastaram cada vez mais os agricultores da agricultura (Vieira 2008, 3). Na sequência destes acontecimentos dão-se transformações no mundo rural traduzidas em aspetos como (Baptista 2011, 50-52): o espaço agro-florestal deixou de ser hegemónico pela agricultura e separou, progressivamente a agricultura da população rural; a diversidade do espaço rural deixou de depender das características dos sistemas agrícolas e passou a ser demarcada pela densidade populacional e pela influência de diferentes sectores de atividade económica; a partir da década de 90 começou a impor-se a valorização ambiental, dos recursos naturais e do património rural; embora a população rural continue com tendência a envelhecer e a diminuir, criaram-se novas dinâmicas, hábitos e atitudes, pelo que a mobilidade quotidiana aumentou; com o surgimento de grandes superfícies comerciais, alteraram-se os hábitos de consumo; as atitudes e padrões de comportamento adaptaram-se aos modelos urbanos, o espaço rural deixou de ter fins exclusivamente produtivos e passou a ser procurado pela população urbana como local de residência e para atividades turísticas, como por exemplo contato com a natureza, desportos, passeios de lazer, caça e outras atividades ligadas ao património material e imaterial.

A par destas transformações, Covas (2006, 107) refere que a “agricultura é cada vez mais bio-industrial”, “sem sazonalidade e sem ritmo natural de vida”. Afirma ainda que “gerir a agricultura e os seus recursos naturais será administrar o compromisso entre os sistemas naturais e os sistemas bio-industriais”. A ruralidade do nosso tempo surge assim, nas palavras do autor como uma “2ª modernidade”, que pretende encontrar o equilíbrio entre produção, conservação e recreação (três polos da nova economia de DR), através da conservação dos recursos escassos, do acrescento de valores a atividades tradicionais, pela criação de produtos novos e pela recreação de amenidades (Covas 2006, 108). Surge assim uma nova economia de DR, uma economia biotecnológica, apelidada de economia eco-rural ou agro-rural, assente na “ordem multifuncional da agricultura pós-moderna” e cujos objetivos passam por (Covas 2006, 111): reposição da bio-diversidade; pluralidade das fontes energéticas; multifuncionalidade das atividades; sustentabilidade dos processos e dos recursos naturais; qualidade e segurança dos alimentos; reticulação dos empreendedorismos agro-rurais; solidariedade entre grupos de regiões e países.

Independentemente de todas estas transformações, a questão que se coloca é mesmo a de como fazer a transição global, gradual e harmoniosa de uma base agrária e produtiva para uma ruralidade de base sócio-territorial, multifuncional e cada vez mais terceirizada, sem por tanto perder o essencial da sua base produtiva (Covas 2006, 108), estando a resposta na constituição da “2ª modernidade” caracterizada neste ponto.

Como consequência destas alterações e tal como salienta Figueiredo (2003, 201) assistiu-se à “destruição de tradições associadas à atividade agrícola e ao empobrecimento cultural de algumas áreas rurais”, bem como a “uma alteração da composição do trabalho agrícola” verificado por uma diminuição do número de assalariados agrícolas e uma expansão do trabalho familiar. Acrescenta-se ainda, nas palavras de Vieira (2008, 21) que “[t]odos estes factores contribuíram para o aumento do desprestígio da agricultura, alimentando o abandono da terra num ciclo vicioso estimulado pelas dificuldades da vida na agricultura [...]”. Surge assim um rural que “ainda não perdeu a sua velha identidade agrícola, mas que ainda não conseguiu conquistar uma nova”, pelo que, permanecem dúvidas acerca da capacidade das políticas de desenvolvimento em transformar, verdadeiramente este rural (Vieira 2008, Baptista 2011).

3. Presente e Futuro – Problemas e Potencialidades do rural

Como referido anteriormente, nas últimas décadas têm-se operado grandes alterações nas áreas rurais. Alterações essas, que no caso português, são fruto de uma maior abertura da economia do país ao exterior, de êxodo rural da década de 70, da crescente modernização da agricultura, do pós 1974 e da entrada do país na U.E. (cf. Portela 1997, Figueiredo 2003, Covas 2006, Vieira 2008, Baptista 2011). Em consequência, a hegemonia do espaço agro-florestal deixou de ser da agricultura, a diversidade do rural deixou de depender das características dos espaços rurais, impôs-se (na década de 90) a valorização ambiental, dos recursos naturais e do património cultural, criaram-se novas dinâmicas nas áreas rurais (apesar do envelhecimento da sua população e da crescente desertificação), alteraram-se os hábitos de consumo e o rural passou a ser procurado para outras funções que não a agrícola – residência, lazer, turismo (cf. Baptista 2011). Isto é, a procura social da multifuncionalidade da paisagem rural aumenta enquanto o papel da produção nessa mesma paisagem entra em declínio. Este aspeto levanta questões relacionadas com a preservação do ambiente e do património cultural, com a

sobrevivência das explorações agrícolas, com a nova definição e funcionamento das comunidades rurais, com as novas procuras sociais do rural e que factorres determinam essa procura ou ainda com o valor que essas novas funções do rural podem representar.

É precisamente esta questão que origina o rural que temos nos dias de hoje, um rural multifuncional que transforma a paisagem rural num espaço de consumo (mesmo que o padrão de uso do solo seja dominado pela agricultura) e que agrega em si, não apenas funções de produção, como também funções não produtivas (cf. OCDE 2001, Correia et al 2006, Pinto Correia 2007, Pinto-Correia et al 2007;Galvão e Vareta 2010). Importa por isso perceber o que é a multifuncionalidade e quais as suas implicações no meio rural.

Em termos genéricos a multifuncionalidade é definida por Correia et al (2006,7) como “a integração de várias funções no mesmo espaço e no mesmo tempo, a uma escala determinada. [...] Todas as paisagens ou unidades espaciais são multifuncionais, mas o grau de multifuncionalidade pode ser muito variável, uma vez que a vocação para uma ou várias funções é altamente contextualizada – nem todas as unidades espaciais têm capacidade ou vocação para assegurar todas as funções.” Por sua vez, na bibliografia analisada (cf. OCDE 2001, Correia et al 2006, Pinto Correia 2007, Pinto-Correia et al 2007; Galvão e Vareta 2010) a multifuncionalidade surge como paradigma das políticas agrícolas, como ponte para a compreensão do rural na transição entre o produtivismo e o pós-productivismo. Já Vejre et al (2006) e Potter (2005) (cit. Pinto-Correia 2007) consideram que a multifuncionalidade pode ser entendida como: forma de caracterizar o sector primário e as externalidades que se lhe associam; forma de caracterizar a paisagem per se e como atributo do espaço rural (além do referido anteriormente), considerando-a uma reinterpretação da contribuição da agricultura para o conjunto da paisagem.

A esta perspetiva, o enquadramento concetual da multifuncionalidade da OCDE (2001) acrescenta que “até ao presente, os sistemas de uso do solo, determinados por interesses de produção, foram os motores de gestão da paisagem”, sendo que, as características específicas que derivam dessa gestão passam a determinar as restantes funções dessa mesma paisagem. Neste sentido, as funções de cada paisagem podem ser definidas como bens ou serviços (são aqueles que provêm às necessidades, procuras e expectativas do Homem, no sentido lato, sendo assim valorizadas pela sociedade); como privadas e comercializáveis (comodidades) ou como serviços públicos para os quais não existe o mercado ou este não funciona satisfatoriamente (amenidades) (OCDE 2001).

A introdução da multifuncionalidade no meio rural traduz-se no surgimento de novas abordagens e novos paradigmas acerca do rural que por sua vez conduz à crença de que mais multifuncionalidade pressupõe mais sustentabilidade. No entanto, Cairol (2005) no seu projeto MULTAGRT (cit. Pinto-Correia 2007) refere que esta relação nem sempre é clara, por isso, deve-se tratar os conceitos em separado. Devendo a sustentabilidade ser considerada como um conceito normativo e orientado para um objetivo. E a multifuncionalidade como um conceito analítico, sem valor atribuído, que descreve as características da paisagem e as funções que esta suporta (cf. OCDE 2001, Correia et al 2006, Pinto Correia 2007, Pinto-Correia et al 2007; Galvão e Vareta 2010). É por isso necessário que se perceba que funcionalidades podem e devem atuar de forma sustentável e socioeconomicamente exequível no espaço rural. Neste sentido, Santos e Cunha (2007, 2) apontam a agricultura como uma atividade essencial ao rural, pelo que, deve nele continuar a existir. Por outro lado a agricultura é determinante enquanto atividade económica, criadora de paisagens atrativas e de suporte organizacional. Por sua vez, a globalização tem um papel importante na valorização dos lugares e na sua identidade territorial, dando projeção ao espaço rural e associando-lhe novas oportunidades de desenvolvimento nomeadamente no que respeita ao turismo rural. Assim sendo, o turismo pode ser visto, na perspetiva dos mesmos autores, como uma importante ferramenta estratégica de desenvolvimento social e económico em espaços rurais⁶ (questão esta que será desenvolvida mais adiante, no ponto 3.2 do capítulo III). Desenvolvimento este que tem necessariamente de ser sustentável ao nível das intervenções locais, em particular, na conjugação das dimensões económicas, sociais e ecológicas⁷.

A multifuncionalidade do espaço rural assume assim uma importância crucial, uma vez que permite que sejam atribuídas novas funções à agricultura bem como a reconfiguração do seu papel na sociedade atual. Permite ainda a “sobrevivência” de algumas áreas rurais bem como a constituição de dinâmicas em associação com outras atividades (Figueiredo 2003, 155). Esta característica aplicada às áreas rurais traz-lhe benefícios a diversos níveis. Por exemplo, ao nível da manutenção das tradições culturais,

⁶ A importância do turismo no desenvolvimento das áreas rurais deve-se ao facto deste, como refere Simões (1993 *in* Santos e Cunha 2007,2) gerar o aumento dos rendimentos, a construção de novas infraestruturas, cria emprego, forma recursos humanos, aumenta a produção e a entrada de divisas e, de uma forma mais genérica, cria riqueza.

⁷ Dimensão económica: eficiência, crescimento e estabilidade. Dimensão social: equidade e solidariedade. Dimensão ecológica: reprodutibilidade dos recursos (Santos e Cunha 2007, 2)

ao nível ambiental pela proteção dos solos e a nível nacional pela preservação das paisagens (Galvão e Vareta 2010, 70-72). Além disso, pensar a multifuncionalidade do território em conjunto com a agricultura e as diversas funções que esta pode assumir significa perceber de forma mais clara e simplificada a necessidade de reestruturação do sector agrícola e que se defina, consoante os potenciais de cada território, qual o tipo de agricultura sustentável e exequível (Correia et al 2006, 195).

Tendo em conta tudo quanto se disse anteriormente, é possível concluir, nas palavras de Baptista (2011,51-53) que “o rural já não é agrícola, mas ainda não é outra coisa”. Por sua vez “apesar destas mudanças ainda não se estruturou uma vida socioeconómica que se sobreponha aos destroços dos anos em que o rural era sinónimo de agricultura”. O mesmo autor refere ainda que as economias que o novo rural gera, “são economias de resistência, com uma inserção muito débil em mercados mais amplos”.

No entanto, este rural apresenta algumas fragilidades, nomeadamente a redução continuada do peso da agricultura na economia, a redução dos níveis de rendimento agrícola, a fraca capacidade para atrair investimento para outros sectores, condições de vida e trabalho pouco atrativas e problemas ambientais como poluição, erosão e incêndios florestais (Cunha 2004, 248). Como refere Cavaco (2004, 100), “o Desenvolvimento Rural é um problema de densidades: densidades de população (...), de atores e das suas relações, de iniciativas, institucionais e privadas, de capacidade organizativa, densidade de atividade económica, de capitais, de mão-de-obra qualificada, de saberes e competências, de criação de emprego, de infraestruturas, de serviços [e] de centros urbanos”. Natário et al (2010, 3) referem ainda que as regiões rurais enfrentam problemas como “o declínio e idade avançada da população, bem como o distanciamento relativamente aos mercados e serviços, o declínio no emprego agrícola e nas oportunidades de emprego⁸”, não esquecendo ainda que “as suas populações possuem níveis de qualificações inferiores às zonas urbanas, o sector dos serviços está menos desenvolvido e têm rendimentos inferiores”. Uma outra fragilidade das áreas rurais é também a desertificação que passa a ser nelas característica. Trata-se de uma desertificação física provocada pela degradação das capacidades produtivas e pela conseqüente diminuição da base dos recursos das regiões.

⁸ OCDE 2006 in Natário et al 2010, 3

Por outro lado, o já referido abandono das áreas rurais, as baixas densidades populacionais aliadas à ausência de limiares de procura e à ausência de interações, bem como os desequilíbrios ambientais resultantes da má utilização dos recursos existentes ou da dinamização de estratégias de desenvolvimento sem preocupação pela conservação do ambiente, são também problemas referidos por Baptista (2004,7). O mesmo autor refere ainda o problema da descaracterização e degradação das aldeias ao que se acrescenta a desacuada utilização do espaço e a pressão derivada das novas procuras residenciais totalmente desligadas da agricultura. Por sua vez, a CEE (1988b, 5-6) agrupou os problemas das áreas rurais em três grupos distintos que, nas palavras de Figueiredo (2003, 147) se resumem a: problemas que decorrem das “pressões do moderno desenvolvimento”; problemas que derivam do declínio rural, originados pelo contínuo êxodo rural em áreas onde a agricultura ainda é importante e “problemas que decorrem da própria natureza em áreas marginalizadas da U.E., frequentemente de acessibilidade difícil”. Cuddy (1992, 70-71 cit. Figueiredo 2003, 148) refere que o declínio das áreas rurais é consequência de um ciclo vicioso. Isto porque, nas palavras do autor, “o declínio da atividade agrícola [reduz] o emprego rural que por sua vez conduz à emigração. Esta leva, por seu turno, a uma redução da população rural e a uma conseqüente redução na procura de bens e serviços locais. Tal situação gera uma nova diminuição em termos de emprego rural e o ciclo repete-se”.

Para Figueiredo (2003, 150), a crise do rural justifica-se ainda pela perda de qualidade ambiental e pela transformação da paisagem tradicional do mundo rural que se deve, sobretudo, à especialização e modernização agrícola, não esquecendo as pressões exteriores (urbanas, turísticas e de atividades económicas) importantes sobre o espaço que variam consoante as especificidades de cada território. Covas (2006,112) apresenta o “problema rural” noutra perspetiva. O autor refere que o “problema” apenas existe se “se gerar despesa pública, mesmo que não haja recursos para o efeito”. Com isto, Covas pretende dizer que as necessidades sociais em consumos públicos e as formas de satisfazer as necessidades dos centros urbanos, podem deles ser “exportados para o rural” mas apenas existem na “administração urbana”. Por isso “as soluções inovadoras para os problemas da sociedade rural terão [...] que ser objeto de uma ‘decisão especial’ porque economizam recursos ou não se enquadram nos critérios de elegibilidade da administração central urbana [...]”. No entanto, a falta de interesse (se assim se pode dizer) pelo “problema

rural” por parte da administração central pode ser justificada pelas características atuais do rural, no que respeita, principalmente à baixa densidade que “não justifica o investimento”.

Após esta enumeração dos problemas das áreas rurais dos dias de hoje, facilmente se depreende que tais problemas são estruturais e que se traduzem na clara necessidade de adoção de políticas de desenvolvimento que se adaptem a cada espaço (Figueiredo 2003, 151). Por sua vez, a adoção de políticas específicas a cada território deve-se pela diversidade de áreas rurais (diversidade essa que se estende ao nível cultural e ambiental) como se deu conta no presente capítulo. É importante não esquecer que as áreas rurais portuguesas apresentam algumas potencialidades, ou melhor, possuem novas oportunidades de desenvolvimento. A existência de tais oportunidades deve-se, essencialmente ao facto dessas áreas terem passado de espaço produtor a espaço produzido e de consumo e ainda pelo facto de se lhes reconhecerem, não apenas novas funções (ambientais, culturais e turísticas), mas múltiplas funções.

Se atentarmos no trabalho de Santos e Cunha (2007, 6-17), é possível nomear algumas dessas potencialidades, nomeadamente o termalismo, as praias fluviais, a produtividade vinícola, atividades equestres e ao nível de elementos ligados à natureza. Muito embora haja uma tendência para o aumento da procura deste tipo de turismo, a verdade é que, como deram conta os autores em apressado, existem ainda alguns problemas a solucionar. Problemas estes que são contornáveis pela intervenção do poder local e por investimentos privados de forma a potenciar os recursos rurais portugueses. A agricultura biológica surge também como uma nova oportunidade de exploração futura para o desenvolvimento (sustentável) das áreas rurais. Nas palavras de Natário et al (2010, 5) “contribui para o aproveitamento, valorização e gestão dos recursos endógenos, bem como para a mobilização e dinamização das populações e [para o fomento] da competitividade dos territórios rurais”. Existe assim um leque de potencialidades associadas aos territórios rurais que podem e devem ser melhor exploradas.

Pelo exposto nesta secção é possível resumir estas potencialidades em elementos patrimoniais, naturais, culturais e económicos e às atividades desportivas e de lazer que se lhes pode associar. Estas atividades podem contribuir para “animar” os espaços rurais e diminuir a sua tendência de declínio.

Conclui-se assim que o rural que temos nos dias de hoje é um rural que está ainda num processo de reestruturação e de reconfiguração. Tal é perceptível quando se define o

rural como “um fenómeno complexo e multifuncional” (Diniz e Gerry 2009, 10), quando se diz que este “já não é agrícola, mas ainda não é outra coisa” (Baptista 2011, 51), ou ainda quando se dá conta das alterações que as últimas décadas nele operaram ou pela clara transformação da paisagem que o caracteriza. É um rural que se modernizou ou que tende a modernizar-se, pelo que, passa a ter novas potencialidades e a (re)aproveitar potencialidades existentes. Apesar dos problemas que o rural apresenta estes são colmatáveis através de intervenções do poder local que se devem traduzir em políticas e estratégias adaptadas às características específicas de cada território e que conduzam a um desenvolvimento sustentável das mesmas, possibilitando-lhes, em simultâneo, a sobrevivência num mundo cada vez mais globalizado. Tais estratégias passam, como se perceberá de forma mais clara, pela valorização e promoção dos recursos endógenos de cada um desses territórios.

III. Desenvolvimento Rural

1. Conceito de Desenvolvimento Rural, sua importância e principais abordagens teóricas

O mundo vive, nos dias de hoje, uma conjuntura económica que tende, cada vez mais, a inserir os países na chamada “aldeia global”. Martinho (2000, 1) aponta diversos fatores para justificar esta conjuntura, nomeadamente “*o fim de grande parte dos regimes ditatoriais*”, “*as mudanças económicas verificadas em muitos países*”, “*o aumento da esperança média de vida*”, “*as facilidades de comunicação atuais*”, “*as mudanças de valores e dos padrões de vida das pessoas*” e ainda as “*mudanças tecnológicas*” decorrentes da Revolução Industrial. A Revolução Industrial impulsionou ainda o aumento da importância do conceito de Desenvolvimento Local, pois provocou mudanças em termos teóricos e práticos sobre o crescimento e o desenvolvimento económicos. Em termos teóricos, a terra deixou de ser o motor económico em detrimento do capital e da sua acumulação, que nos dias de hoje tende a ser substituído pela informação, educação e inovação. Ao nível prático alterou-se a estrutura económica face à inovação tecnológica que veio modernizar os sectores da economia.

O pós II Guerra Mundial foi também importante para impulsionar as mudanças de conceção de desenvolvimento. Muito embora se tenha pensado até à II Guerra Mundial que o crescimento económico seria condição suficiente para alcançar o desenvolvimento e que assim se obteria uma melhoria do bem-estar da população a todos os níveis, a verdade é que tal pensamento levantava uma forte dicotomia quanto aos meios e à forma de utilizá-los (Reis 2012, 156). Em todo o caso, as primeiras iniciativas de desenvolvimento surgem com o conceito de desenvolvimento comunitário (Silva 1964, Reis 2012) que, Silva (1964, 498) define como “*uma técnica pela qual os habitantes de uma região ou de um país unem esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorarem a situação económica, social e cultural das suas coletividades, de associarem essas coletividades à vida da nação e de lhes permitir que contribuam para os progressos do país*”. A mesma autora (1964, 502) refere ainda que este tipo de desenvolvimento “*deverá provocar a reintegração das zonas não evoluídas no ritmo geral do desenvolvimento nacional e assim corrigir [...] as atuais assimetrias regionais verificadas*”.

Por outro lado, o êxodo rural e a consequente desertificação das áreas rurais (referidos no capítulo anterior) foram uma constante por toda a Europa originando uma

diminuição da importância da agricultura na economia em geral e nas áreas rurais em particular e que, em consonância com alguns problemas que surgiram com a PAC até então em vigor (respeitantes aos excedentes de produtos agrários e problemas ambientais, provocados pelo uso abusivo de produtos químicos e por uma agricultura intensiva) originaram a sua reforma (Martinho 2000, 3). Mas é precisamente esta necessidade de valorização dos recursos endógenos acima referida que introduz o conceito de Desenvolvimento Rural a ser desenvolvido neste capítulo.

Neste sentido, várias são as concepções de desenvolvimento e que conduziram, necessariamente ao DL e, conseqüentemente ao DR. Assim a abordagem tradicional de desenvolvimento trata-o como *“uma questão solúvel de dinâmica programada, orientada para a redistribuição espacial da atividade económica e para a redução das diferenças dos níveis de rendimento per capita”* (Vasquez-Baquero 1995, 24). Esta era uma concepção meramente técnica e dependente, nas palavras de Nunes (2003, 3), *“[da] melhor ou pior afetação de recursos, que seria solucionada por um correto planeamento sectorial e na maior ou menor taxa de acumulação de capital”*. Por sua vez, a não afetação espaço-temporal das leis económicas, conferem às regiões um carácter universal, sendo que, a mesma solução teria que ser aplicada aos problemas de todas elas, o que demonstra que as regiões eram tratadas como sendo idênticas. Facto é que as regiões não são todas iguais e prova disso é que *“houve regiões que apesar de inseridas em países considerados desenvolvidos ou em vias de tal, não conseguiram desenvolver-se”* (Nunes 2003, 3). Daqui resulta a consciencialização de que o desenvolvimento não é apenas algo mecânico e técnico, pelo contrário, *“o processo de desenvolvimento deve ter a si associado uma transformação da sociedade assente numa estratégia que estabeleça alterações quantitativas [...] e qualitativas como sejam a criação de capitais sociais, a acumulação de novos conhecimentos e alterações institucionais”* (Nunes 2003, 4). Enfatiza-se assim o aumento da autonomia local e regional, responsabilizando as comunidades locais e regionais, apelando às suas capacidades de desenvolvimento e construção de processos de aprendizagem e capacidade de organização próprias. Por sua vez, o sucesso das regiões face aos desafios que enfrentam, no que respeita, particularmente, à sua adaptação a transformações estruturais económicas depende, não apenas das novas tecnologias, mas essencialmente, das políticas adotadas. Não se pretende com isto tirar o protagonismo dos avanços tecnológicos no sucesso destas regiões, pretende-se apenas colocá-lo nas *“ações*

[assentes] no domínio das infraestruturas, da criação de condições para o desenvolvimento de fatores imateriais, de fortalecimento da capacidade organizativa dos territórios, ou seja, nas orientações de política regional” (Nunes 2003, 4).

Por três décadas esta abordagem foi-se desenvolvendo. A título de exemplo refere-se que, na década de 70 surgiram as preocupações com a natureza distributiva do Desenvolvimento Regional, na década de 80, alteraram-se os problemas de desenvolvimento, a sua interpretação e a forma de lhes dar resposta (Nunes 2003, 5). Na década de 90 depois de consolidadas as ideias da U.E., nomeadamente no que respeita à democracia e ao facto desta passar pela coesão económica e política, a ação política tornou-se fundamental para a correção das disparidades regionais até então verificadas. Alteram-se assim as estruturas económicas e os seus objetivos que passam a ser orientados para o aumento da produtividade e da competitividade através de duas estratégias/paradigmas distintas/distintos, uma exógena (a-espacial) ou funcionalista e outra endógena (territorializante) ou territorialista (Nunes 2003, 6). Fica assim em aberto a *“problemática da participação das ‘comunidades locais’ no processo de desenvolvimento [que] coloca em confronto duas perspetivas distintas, que podem ser, ao mesmo tempo opostas ou complementares á articulação territorial da problemática do desenvolvimento”* (Reis 2012, 156)⁹.

Surge então o paradigma funcionalista, assente em pressupostos de difusão espacial do desenvolvimento, tem a sua fundamentação técnica no pensamento económico da teoria neoclássica e coloca em questão a capacidade das populações satisfazerem as suas necessidades. Por ser de base essencialmente económica, este paradigma enfatiza o desenvolvimento urbano-industrial, a utilização de tecnologias avançadas, o aproveitamento das economias externas e de escala e o aumento das escalas de organização públicas e privadas. Pode ainda ser tido como uma especialização do fordismo e caracteriza-se por uma visão centralizada do desenvolvimento *“partir de cima para baixo”*¹⁰ (Reis 2012, 157). Tal abordagem tem as raízes na economia neoclássica e a sua manifestação espacial reflete-se no conceito de crescimento centrado. A hipótese base desta abordagem é a de que *“o desenvolvimento é conduzido pela procura externa e por impulsos de inovação que, a partir de determinados sectores mais dinâmicos ou de*

⁹ Para este estudo adotar-se-ão os termos “paradigma funcionalista” e “paradigma territorialista”.

¹⁰ Ou abordagem *top-down* ou *from above*.

espaços geográficos particulares, leva o desenvolvimento a espalhar-se aos restantes elementos do sistema social e económico” (Nunes 2003, 6). Tal como referem Stöhr e Taylor (1981, 1), esta é ainda uma abordagem de natureza urbana e industrial, de capital intensivo e utiliza tecnologia moderna. Assim, preconiza-se um desenvolvimento que se baseia numa perspetiva sectorial e polarizada, que reduz os sistemas produtivos locais a simples derivados de dinâmicas externas ou das estratégias de grandes grupos industriais (Tolda 1995, 77 *in* Nunes 2003, 7). Aqui as grandes cidades eram consideradas privilegiadas a dois níveis. Um primeiro privilegia-as em termos de localização de atividades económicas, tornando-as polos atratores em termos populacionais. O desenvolvimento torna-se assim, como vimos a cima, sinónimo de industrialização e urbanização cuja consequência é, em última instância, o abandono e marginalização das áreas rurais (Reis 2012, 157-158). Num segundo nível enfatiza-se o carácter a-espacial (em termos de processo de inovação) desta abordagem. Isto porque considerava-se que as tecnologias eram, igualmente, adotadas nas grandes cidades que beneficiavam, por isso, de crescimento económico, para numa fase posterior, transmiti-lo de forma mecânica aos espaços mais atrasados.

As políticas regionais deste paradigma surgem em dois planos distintos. Numa primeira análise surgem num plano de integração funcional do espaço, com vista à maximização do crescimento nacional. Em segundo plano, surgem como uma forma de promover o desenvolvimento das periferias rurais (baseado no modelo concentração/difusão/urbano/industrial) (Reis 2012, 158). Tais políticas prosseguem ainda dois objetivos específicos. O primeiro corresponde à redução dos efeitos negativos das consequências espaciais da integração funcional socioeconómica. O segundo corresponde à redistribuição do crescimento das áreas centrais para as áreas menos desenvolvidas (Reis 2012, 158). No entanto, esta abordagem apresenta algumas limitações, ou se quisermos alguns problemas, por duas razões fundamentais. Uma primeira prende-se com o facto de estas abordagens considerarem que os mecanismos de transmissão podem ser reproduzidos a qualquer nível espacial e temporal independentemente das especificidades territoriais. A segunda por assumirem que as relações internacionais se levam a cabo em ambiente de grande harmonia e preocupação pelos países menos desenvolvidos, esquecendo-se que prevalece o modelo de acumulação fordista, as ações de carácter redistributivo acabam por

ser ineficazes, dado que o sistema produtivo assenta no desequilíbrio da divisão espacial do trabalho.

Quanto ao processo de inovação nesta abordagem, este passa pelo aumento da produtividade do trabalho através da incorporação no capital de conhecimento produzido no sistema científico (Guinet 2000, 60 *in* Nunes 2003, 7). Reis (2012, 158) refere ainda que “*em torno desta estratégia emanam críticas e limites, a avaliar pelo ritmo acelerado de crescimento económico, de crescimento demográfico, de sobre-utilização de recursos naturais e de produção de resíduos, impondo-se uma contenção que viabilizasse a durabilidade ou sustentabilidade do desenvolvimento*”. Desta forma o paradigma funcionalista vê o seu fim nos fins dos anos 70, princípios dos anos 80 (*cf.* Reis 2012, Preer, 1992; Castells e Hall, 1994; Malecki e Todtling, 1995; Oh e Masser, 1997 *cit.* Nunes 2003). Surge assim o paradigma territorialista¹¹ como “*uma reação ao esgotamento dos modelos e políticas regionais tradicionais*”, cuja base está “*na maximização das oportunidades económicas, entendidas como exteriores às estratégias dos atores culturais associados aos diferentes meios*” (Reis 2012, 158). São dois os motivos que estiveram na origem desta mudança, nomeadamente a alteração dos fatores de enquadramento originada pela mudança de suporte de desenvolvimento económico e a evolução tecnológica ao nível das tecnologias de inovação no sentido da sua convergência (Nunes 2003, 9-12). A partir daqui deu-se a adoção de políticas preconizadas pelo pensamento económico de economia de oferta, que passam pelo abandono do pensamento keynesiano, pela ênfase nos incentivos mais discriminatórios e por uma política menos restritiva, o que se traduz numa clara mudança de nível administrativo em relação às diferentes decisões de políticas de desenvolvimento adotadas. Estes fatores em conjugação com a eminente constatação da necessidade de uma reestruturação regional e das suas consequências “*alterou o campo de muita investigação académica, do crescimento económico per se para o desenvolvimento local e regional*” (Nunes 2003, 11). Criam-se assim condições para a implementação de estratégias “*de baixo para cima*”¹². De referir ainda que, a mudança de estratégia dá-se também pela conjugação dos seguintes aspetos (Nunes 2003, 13): o aprofundamento das interações entre territórios e da sua capacidade de resolverem conflitos independentemente da escala considerada; a resistência de alguns territórios à penetração e uniformização

¹¹ Ou endógeno.

¹² Ou *bottom-up* ou *from below* ou ascendente.

cultural institucional; o rápido crescimento de tecnologias de produção e de transporte que alteram as estruturas económicas e sociais dos espaços; o aumento das disparidades nos níveis de vida e a falta de provisão das necessidades básicas a toda a população e o esquecimento do rural face à indústria e o aumento da instabilidade dos sistemas face à falta de normas comuns de natureza social de âmbito mais alargado que viessem dar resposta aos anseios da população.

A implementação da estratégia “de baixo para cima” justifica-se pela tentativa de tornar o desenvolvimento regional, de certa forma, mais independente dos processos macroeconómicos com vista à promoção de políticas que salientem os mecanismos informais e locais e o estímulo do investimento privado e da iniciativa empresarial de base local. Deve por isso, assumir como princípio orientador, o seguimento de um desenvolvimento territorial, no qual, a respostas às necessidades de determinado espaço são satisfeitas pelo uso dos recursos desse espaço pelos seus residentes. Por sua vez, o mesmo autor, menciona que a revolução tecnológica ao nível das tecnologias de informação possibilita avanços alcançados em determinada área originem processos sinérgicos noutras áreas e separa cada vez mais a produção de bens da produção de serviços obrigando à externalização de parte da produção, criando um grande número de pequenas empresas altamente especializadas.

Em última análise, a conjugação de ambos os fatores acima referidos (alteração dos fatores de enquadramento e a evolução tecnológica ao nível das tecnologias), para além de se traduzir diretamente na mudança de paradigma (do funcionalista para o territorialista), alterou, face às constatações das consequências da reestruturação regional que daí resultam, o campo de muita investigação académica, do crescimento económico *per se* para o desenvolvimento de âmbito local e regional. Assim, esta abordagem (territorial) consiste, segundo a CE (1999), “*em definir uma política de desenvolvimento a partir das realidades, forças e fraquezas, particulares de uma zona*”¹³. Preconiza a nova importância atribuída ao papel dos recursos endógenos (físicos, ambientais, culturais, humanos, económicos e financeiros, institucionais e administrativos) na promoção de um desenvolvimento sustentável. Ao se permitir a mobilização destes recursos, as políticas de DL tornam-se mais eficazes, facilitando-se também a sua gestão (CE, 1999). Nesta

¹³ Segundo o Programa LEADER, neste caso, uma zona corresponde a uma unidade territorial rural, caracterizada como homogénea, com coesão social interna, história e tradições comuns, a sua dimensão varia consoante o contexto e a estratégia de desenvolvimento adotadas (CE, 1999)

abordagem, as zonas rurais são tidas como diferentes entre si. Isto porque, é possível perceber, contrariamente ao que acontecia na abordagem funcionalista, que cada território dispõe de um conjunto de recursos particulares e típicos suscetíveis de serem valorizados mais eficazmente pelas instituições e atores locais (na medida em que são aqueles que melhor conhecem as forças e fraquezas do território e capazes de desenvolver uma visão global das suas potencialidades) (CE, 1999). Permite-se assim, valorizar e mobilizar recursos endógenos ou antes subestimados, oferecer melhores perspetivas de desenvolvimento sustentável do que as políticas que aplicam medidas indiferenciadas a todas as zonas rurais desfavorecidas e, formar uma visão global para o território (CE, 1999). Assim, a ligação de estratégias “de baixo para cima” com a abordagem territorial, torna-se evidente quando se refere que a estratégia *“visa incentivar a tomada de decisão participativa ao nível local para tudo o que diz respeito às políticas de desenvolvimento, procurando-se assim o envolvimento de agentes locais: população, grupos de interesse económico e social, instituições públicas e privadas e representativas”* (CE, 1999). O desenvolvimento regional deve ser visto como uma estratégia regional onde cada interveniente tem um papel ativo a desempenhar no qual se preconizam ações de âmbito local, valorizando os recursos locais. Por sua vez, a política regional de cariz territorialista deve procurar *“ultrapassar os desequilíbrios fomentando o desenvolvimento de todos os territórios com potencialidades de desenvolvimento competitivo”* (Vasquez-Barquero 1995, 27).

Pelas suas características, esta estratégia será eficaz se aplicada a um território relativamente pequeno, onde os habitantes se conhecem, podem encontrar-se facilmente e podem ter oportunidades para participar na tomada de decisão. É precisamente pela integração do território na tomada de decisão que esta estratégia se liga diretamente à abordagem territorialista do desenvolvimento. Implica por isso a delegação do poder de decisão ao nível local em relação a outros. Pode ainda garantir uma maior eficácia, mais flexibilidade em matéria de desenvolvimento rural, uma descentralização e um melhor consenso a nível local (Nunes 2003, 15). Tal como se referiu a cima e nas palavras de Nunes (2003, 12), a estratégia “de baixo para cima” *“tem a sua génese na mudança de nível administrativo ao qual estão associados diferentes decisões de políticas de desenvolvimento”*. Tal é uma condição necessária ao sucesso da estratégia, mas não é suficiente. O mesmo autor refere a necessidade de se alterar o próprio conceito de

desenvolvimento que “*deixa de ser visto apenas numa perspetiva dos indivíduos e no desenvolvimento de algumas partes do território utilizando apenas uma parte dos recursos*”. O desenvolvimento passa assim a “*fazer parte de uma visão que considera a maximização integral dos recursos mobilizados e dos benefícios e trocas, passando por novas formas de organização social e económica*” (Nunes 2003, 12). Facto é, que o quadro teórico desta estratégia não está claramente definido e estruturado e não existe apenas uma estratégia “de baixo para cima”, mas sim uma variedade de estratégias que variam no espaço e nos contextos espaciais particulares, face às suas envolventes particulares (Nunes 2003, 13).

Conclui-se assim que “*o paradigma [“a partir de cima para baixo”] é o ponto de partida para a investigação, sendo o objetivo caminhar no sentido [“de baixo para cima”], nunca esquecendo que nenhuma destas estratégias se consegue aplicar na sua explicitação pura, sendo que o resultado obtido será sempre uma combinação das duas variando no espaço e no tempo, devidamente ponderada por critérios de oportunidade política e de interesses próprios dos agentes envolvidos*” (Nunes 2003, 13).

Reis (2012, 160), refere ainda que “*o modelo de desenvolvimento seguido pelos territorialistas, embora surja em alternativa ao modelo “de cima para baixo” ou de concentração, apresenta um elevado grau de compatibilidade com o mesmo, o que permite afirmar que o processo de desenvolvimento beneficiara se incorporar elementos de ambos*”.

No seguimento destas abordagens o DR surge como tema político na U.E. em documentos como “*The future of Rural Society*” (publicado pela CEE em 1988), “*New Trends in Rural Policymaking*” (publicado pela OCDE) em 1988 e “*What Future for Countryside?*” (publicado pela OCDE) em 1993 que vieram balizar as questões fundamentais do DR e conferir-lhe a relevância institucional que não possuía até então. Tais documentos demonstravam ainda “*a necessidade de apoiar as mudanças estruturais das zonas rurais europeias*” e “*a necessidade de uma progressiva adaptação da agricultura comunitária à realidade do mercado*” (Carneiro 2004, 3). É também neste ponto que surge aquilo a que Ferreira de Almeida, Amaral, Borrego, Capucha e Ferrão (1994 *cit.* Figueiredo 2003, 5) chamaram de “*quarta geração de paradigmas de desenvolvimento regional*” (consequência da evolução dos paradigmas de

desenvolvimento¹⁴) no qual constam “*as primeiras preocupações com o desenvolvimento rural extra-agrícola e a consideração da importância das funções das áreas rurais para a sociedade entendida globalmente, com particular ênfase para as suas funções ambientais*”. Por sua vez, a integração do território no raciocínio económico gera uma nova economia, a economia rural (caracterizada a cima) que evidencia as características do DR, que visa a melhoria qualitativa e durável das atividades económicas situadas em meio rural, tendo como características fundamentais: localização em meios rurais, é fundado sobre as características específicas do mundo rural, é à escala do rural e pratica-se à escala do rural, tem a sua base no desenvolvimento humano, aproveitando o capital físico, natural e social das comunidades, respondendo aos seus interesses a longo prazo e por último, mas não menos importante, deve ser viável e preservar as características rurais, utilizando quer recursos locais, quer recursos externos (Carneiro 2005, 2).

Os princípios e objetivos do DR surgiram pela primeira vez na reforma da PAC (política esta que será explicada na seção seguinte) em 1991/1992. Isto porque, a relevância institucional dada ao DR, apenas foi possível através de programas de desenvolvimento rural ou regional decorrentes da reforma dos Fundos Estruturais (FEDER e FSE) que originou a criação da Política estrutural de DR (Carneiro 2004, Cavaco 2004). Deste modo, os princípios e objetivos de DR são “*a preservação da face rural*”, “*a multifuncionalidade como perspetiva futura de encarar a atividade agrícola*” e “*o carácter necessariamente integrado das futuras políticas dirigidas ao mundo rural, assumindo-se a necessidade de incentivar a diversificação da sua base económica, afirmando-se que o desenvolvimento rural não depende exclusivamente do sector agrícola*” (Carneiro 2004, 6). Carneiro (2004, 9-11) dá conta das alterações das políticas de DR integradas na PAC, nomeadamente, a nova reforma da PAC em 1995 que gerou a base estratégica da Agenda 2000 e alarga a PAC de 1992 em três dimensões: o aumento da competitividade da agricultura europeia, a criação de uma política rural integrada e a simplificação radical da PAC. Posteriormente, no Relatório de Coesão da Conferencia de Cork (realizada em 1996), surge uma nova reforma da política agrícola que “*propunha*

¹⁴ A evolução dos paradigmas de desenvolvimento traduziu-se, segundo Figueiredo (2003, 4-5) na multifuncionalidade dos processos de mudança social; no facto de a noção de desenvolvimento remeter para a realização das capacidades das populações (*empowerment*), na participação da população a que o desenvolvimento se dirige e de novos protagonistas além das empresas e do Estado, na sustentabilidade e solidariedade inter-geracional e na substituição do desenvolvimento por desenvolvimentos, apelando assim à necessidade de assentar em territorialidades diversas, especialmente as infra- nacionais.

uma estratégia de orientação de preços para o mercado e defendia, pela primeira vez, uma abordagem integrada e multifuncional do desenvolvimento rural, no sentido da valorização do potencial económico e da riqueza ambiental das zonas rurais". Por fim, é na Agenda 2000 que fica constituída a nova política de DR, cujos objetivos se prendem *"com a criação de um sector agrícola e silvícola mais forte [...], com a melhoria da competitividade das zonas rurais e com a preservação do ambiente natural e do património rural da Europa"*, através do regulamento do DR. Independentemente de todas estas reformas e alterações em relação ao DR e às suas políticas (a analisar em maior pormenor na secção 2 do presente capítulo), a conclusão é a de que embora se tenha reconhecido, na Declaração de Cork (Anexo IV), que o desenvolvimento rural (sustentável) *"deve ser uma prioridade de qualquer política rural"*, *"este não teve a relevância política que se inferiria de tal declaração. Nem ao nível da política que lhe foi consagrada, que ficou aquém das expectativas e das necessidades, nem ao nível orçamental"*.

Mas o que é o DR? Vitor Martinho (2000,2) define-o como *"a melhoria das condições de vida das pessoas residentes nas áreas e regiões rurais, através de processos sociais que respeitem e articulem os seguintes princípios: eficiência económica, equidade social e territorial, qualidade patrimonial e ambiental, sustentabilidade, participação democrática e responsabilidade cívica"*. Nos dias de hoje, o DR tende a ser pensado, ou melhor, deveria ser pensado como sendo participativo, endógeno, integrado e sustentável. Além disso, como se viu anteriormente, esta conceção de desenvolvimento assume a promoção da localidade como um fator essencial à compreensão das transformações do rural atual. Assim sendo, entender-se-á o DR como *"um processo [dinâmico] que designa a ação social e política na mobilização de recursos de diversa ordem para benefício de determinados contextos ou grupos sociais"*, que no contexto rural, *"agrega dimensões e fenómenos materiais e imateriais"* (Figueiredo 2003, 218). Por sua vez, *"o modelo europeu de desenvolvimento rural sustentável tem vindo a consolidar o carácter multifuncional da agricultura e dos sistemas agro-florestais exigindo que estes se afirmem, com racionalidade económica, numa tripla valência: económica - produtora de bens de mercado; ambiental - gestora de recursos e territórios; e social - integradora de atividades e rendimentos"* (MADRP 2005, 4). Jouen (2000)¹⁵ refere que *"o desenvolvimento rural não deve, com efeito, nada ao acaso: prolonga um diálogo*

¹⁵ cf. <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/model/art01.htm>

ancestral entre os homens - ou as mulheres - e a natureza. Reflete a maneira como os constrangimentos naturais foram ultrapassados ou como as riquezas foram exploradas”.

Posto isto, e considerando os problemas específicos do rural português, o DR atual deve ter em conta as seguintes orientações (Quercus 2006, 5-6): o DR deve ser tido como um objetivo comum aos vários ministérios; o sector agrícola tem que sair do poder regulamentar da organização mundial do comércio para que o DR seja sustentável; é necessário maximizar a autossuficiência agroalimentar e dinamizar a economia local em vez de apostar na competitividade; deve restabelecer-se uma relação direta e real entre custos de produção e preços de mercado e a eficiência do uso de recursos naturais deve ser aumentada com vista à diminuição do desemprego.

As formas de colocar tais considerações em prática serão analisadas na secção 2. E muito embora não se possa falar da existência de um verdadeiro DR em Portugal pois, como refere Figueiredo (2003, 2), as políticas que o orientam são, no nosso país inexistentes e, apesar de tal situação se ter alterado com a entrada de Portugal na U.E, o facto é que a *“análise dos vários programas e medidas elaboradas e implementadas nas áreas rurais atualmente continua a não permitir que se fale de uma política de desenvolvimento, por um lado devido à ausência de articulação entre os diversos mecanismos e, por outro lado, devido à continuada concentração das preocupações no sector agrícola”*. Independentemente desta constatação, continua a justificar-se a elaboração de políticas de desenvolvimento aos níveis rural e local, e também regional, (que Cavaco [2004] diz serem conjugadas por forças globais de sentido contraditório), na medida em que os espaços rurais podem e devem surgir como espaços envolventes e dinamizadores dos espaços urbanos. Isto porque, uma vez que *“as cidades são os motores dos processos de desenvolvimento, os polos da dinamização da economia e de fixação e atração da população”* (Cavaco 2004, 99) *“[...] a chave do desenvolvimento pode residir na dinamização das cidades e da sua relação com o espaço envolvente”* (DGOTDU, 2004, vol. 2, 71 in Cavaco 2004, 99). Conclui-se assim, mediante o exposto anteriormente e nas palavras de Cavaco (2004) que o desenvolvimento em meios rurais é sempre um processo complexo e pleno de incertezas, ficando a dúvida se este realmente existe em Portugal.

No seguimento destas ideias e segundo Mortágua (1998, 22), surgem algumas dúvidas acerca do que é o DL, nomeadamente: como distinguir as práticas de DL das outras?; algumas, embora poucas, das reflexões sobre o DL em Portugal surgiram nas

décadas de 90/91. Significa que até então não se praticava DL no país? e se o DL já existia, porque era designado por outros nomes? Seria uma questão de moda? Pelo contrário, se não existia, qual era a novidade? Em que consistiam as inovações em relação às práticas existentes? Porquê chamar-lhe DL e não outra coisa?

Segundo o mesmo autor as opiniões quanto a este assunto dividem-se em duas perspectivas. Uma primeira defende que a nova designação (DL) foi e continua a ser *“apenas uma questão de moda”* porque sempre existiram ações de DL. A segunda defende que *“o DL não é apenas uma questão de dar outra designação às mesmas coisas”*. Aqueles que defendem a primeira perspectiva, fazem-no porque não importa o carácter das ações desenvolvidas em determinado local (educativo, social, cultural ou económico), importa que tenham como objetivo a valorização das pessoas desse local e o melhoramento das suas condições de vida. Qualquer ação que siga este objetivo constitui uma ação de DL. Em todo o caso, *“o DL deve ser entendido como um processo de desenvolvimento socioeconómico multiforme, de natureza empírica e voluntarista, determinado apenas pelas potencialidades, competências e capacidades de cada grupo em cada local”* (Mortágua 1998, 23). As críticas a esta corrente de pensamento são que, o DL é reduzido a uma questão meramente técnica e material *“despida de valores éticos e de políticas essenciais à evolução da democracia”*. Por outro lado, esta abordagem parece ainda pretender ou aceitar a *“separação entre técnica e economia por um lado, e a cultura e a política por outro”*, assim e conscientemente, ignora-se também que essa *separação “tende a desintegrar o homem da sua globalidade, reduzindo-lhe a necessária capacidade de relacionamento com o seu meio, de forma a poder assumir-se como uma pessoa responsável, participativa e solidária no desenvolvimento do seu ‘local’”* (Mortágua 1998, 23). Pela segunda perspectiva, *“o DL não é apenas uma questão de dar outra designação às mesmas coisas”*. É palco de inovações em termos de valores, práticas e métodos, o que o torna completamente distinto das conceções de desenvolvimento tradicionais. Por sua vez, preconizam-se as políticas que tenham em vista o desenvolvimento interno de cada local, pelo que abrangem, integram e ponderam todas as suas potencialidades, fragilidades e necessidades. É aquele que *“integrando todas as práticas sectoriais e temáticas até então utilizadas de forma dispersa, as interliga e pondera, da base para o topo, em busca de objetivos consensuais [...]”* que culminem em processos de cooperação entre os diversos territórios. Aplica-se por isso uma pedagogia de participação das pessoas de cada território,

no sentido de desenvolver *“uma sustentável simbiose, uma identidade social e telúrica que não pode deixar de ser democrática e solidária com outras, mesmo que diferentes”*. Reafirma a convicção de que, sem liberdade e práticas democráticas substantivas, não é possível o desenvolvimento das sociedades humanas, por muita que seja a “riqueza” material que possuam. É esta a abordagem que se tem verificado nos últimos anos e que segundo o autor, continuara em vigor. É também após esta constatação que se inicia o debate acerca de existirem ou não ações e políticas de DL em Portugal. A verdade é que se elaboram e executam cada vez mais estratégias de desenvolvimento endógeno¹⁶, potenciadoras dos recursos específicos de cada local que surgem como fator fundamental para o crescimento económico de base regional e local (Nunes 2003, 11). Surge assim aquilo a que Morgan (1997, *cit.* Nunes 2003, 11) denominou de Principal Paradoxo da Geografia Económica. Segundo o autor, as economias regionais ressurgem ao mesmo tempo que as forças da globalização parecem conduzir o mundo para uma massa a-espacial. Assim, a região assume um papel central no processo de desenvolvimento (Stroper 1992, *cit.* Nunes 2003), mas a verdade é que *“cada caso é um caso e, cada caso de sucesso depende de uma miríade de fatores que dizem respeito, designadamente, à organização do trabalho, à estrutura de inter-relações locais, ao novo papel desempenhado pelos estados, à natureza das unidades produtivas, à crescente governancia das atividades económicas e ao papel desempenhado pelas universidades e das instituições de investigação”* (Nunes 2003, 12).

Na verdade não existem receitas para a criação e implementação de políticas conducentes ao desenvolvimento. Tais políticas diferem consoante as especificidades de cada zona geográfica, sendo por isso de fulcral importância conhecer os problemas e as oportunidades de cada uma delas (Reis 2012, 161). Reis (2012, 161) reforça esta ideia ao afirmar que *“[não] há receita nem modelo que possa transitar de um processo para o outro, sem adequação ao contexto local, a ações concretas de desenvolvimento que não podem ser desenhadas e implementadas de forma abstrata”*.

¹⁶ Para Matos (1998), o desenvolvimento endógeno consiste *“numa multiplicidade de fatores, nomeadamente a mobilização integral dos recursos humanos, naturais e institucionais, associada a uma forte mobilização da população, assim como das suas estruturas políticas e sociais organizadas numa base territorial, passando o território a ser entendido como um recurso de dimensões múltiplas, ao refletir as interdependências entre fatores, desencadeadas e controladas numa base territorial de “baixo para cima”*. Já para Polése (1998, 218), *“desenvolvimento endógeno”* ou *“desenvolvimento a partir de baixo”*, espelha *“[...] a esperança de o próprio meio local poder iniciar um processo de desenvolvimento que dê origem a uma economia regional próspera, baseada nas iniciativas e nos conhecimentos técnicos (no “saber-fazer”) dos habitantes e das empresas da região”*.

2. Políticas e Estratégias de Desenvolvimento Rural

A primeira grande política da U.E. ligada ao DR, ou melhor, ao sector agrícola, foi a PAC. Esta política surge em consequência da forte crise de abastecimento alimentar que se fez sentir na Europa nos pós II Guerra Mundial, tendo sido prevista como política da U.E no Tratado de Roma a par com a criação da C.E.E em 1957. Surge em 1962, enquanto política comum, cujo objetivo principal e prioritário era o da segurança alimentar através do fornecimento de alimentos e pelo equitativo nível de vida dos agricultores (CE-DGADR 2012, 2-3). Pretendia-se desenvolver a produção agrícola (desenvolvimento este que se deu a partir de práticas agrícolas cada vez mais intensivas e pouco respeitadoras do meio ambiente) com vista ao abastecimento do mercado europeu e à exportação em massa tendo como consequências a diminuição dos preços de consumo e o alívio do peso do custo da alimentação no orçamento familiar europeu (CE-DGA 2001, I.7-8).

No mesmo ano surgiu também o fundo estrutural FEOGA¹⁷ (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola) que, estando integrado no âmbito da política europeia de coesão económica e social, está direcionado para a reconversão e adaptação das estruturas agrícolas e desenvolvimento das áreas rurais (cf. <http://www.qca.pt>).

Com o desenvolvimento da PAC deu-se conta que *“as dificuldades de generalização do modelo de intensificação e modernização das estruturas agrícolas [desta política] em todos os territórios rurais da U.E, com o conseqüente risco de aumento dos fenómenos de êxodo rural e agravamento das assimetrias, levou à criação de um regime de apoio destinado às zonas rurais com maiores dificuldades”* (Calvário 2010, 13).

No seguimento da importância dada pela PAC ao DR é publicado o documento “O futuro do mundo rural” pela C.E.E em 1988. Este documento afirma a tomada de consciência crescente da problemática rural, a existência de uma diversidade de zonas rurais e a necessidade de explorar novas abordagens. Traduz ainda a afirmação de uma política europeia indispensável para o meio rural (CE-DGA 2001, I.7-8). A partir daqui a C.E.E começou a aplicar uma política de coesão económica e social dita “integrada” que visa utilizar complementarmente os diversos fundos estruturais¹⁸ e a redução progressiva

¹⁷ <http://www.qca.pt/fundos/feoga.asp>

¹⁸ FSE (Fundo Social Europeu) – visa promover políticas ativas de valorização dos recursos humanos; FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Rural) – mais orientado para infraestruturas e

das disparidades socioeconómicas entre as regiões europeias. A década de 80 fica ainda marcada pela revelação dos limites das abordagens clássicas de desenvolvimento em consequência das alterações verificadas no meio rural, essencialmente a de modernização/intensificação da agricultura. Surge assim uma nova abordagem de intervenção pública ao nível local, a abordagem territorial (já caracterizada) que se apoia no envolvimento das populações e na valorização dos recursos locais (CE-DGA 2001, I.9-13). O final da década de 80 e o princípio da de 90 marcam um ponto de rutura na PAC (CE-DGA 2001, I.9-13). Em primeiro lugar pelos excedentes produzidos em 1984, em segundo pela reforma da PAC em 1992 que veio reequilibrar as políticas de mercado e reforçar as medidas sociais e ambientais (decorrente da realização da Cimeira da Terra de 1992, no Rio de Janeiro e que introduz o princípio de desenvolvimento sustentável). Os consumidores *“tendem a orientar-se cada vez mais para produtos diferenciados e de elevada qualidade, a procurar um contexto e estilo de vida mais protegidos e valorizados”* (CE-DGA 2001, I.9-13). A população toma consciência do valor dos recursos naturais, do saber-fazer, do património e da qualidade da vida em meio rural (CE-DGA 2001, I.9-13).

Em 1991 surge a abordagem LEADER I (1991-1994), cujos principais resultados se traduzem na experimentação de um novo modelo de DR; o início do regresso à confiança quanto ao futuro das zonas rurais e a diversificação das economias rurais (CE-DGA 2001, I. 25). O ano de 1994 marca o início de um novo período LEADER com duração até 1999. Em resultado do LEADER II, dá-se uma difusão do LEADER I, envolvendo 50% da Europa rural e uma melhor integração das atividades (CE-DGA 2001, I. 26).

Em 1995 dá-se uma nova reforma da PAC, que altera as políticas de DR nela integradas. Cria-se a base estratégica da Agenda 2000 e alarga-se a PAC de 1992 em três dimensões: o aumento da competitividade da agricultura europeia, a criação de uma política rural integrada e a simplificação radical da PAC (Carneiro 2004, 9-11). Posteriormente, no Relatório de Coesão da Conferência de Cork (realizada em 1996), surge uma nova reforma da política agrícola que *“propunha uma estratégia de orientação de preços para o mercado e defendia, pela primeira vez, uma abordagem integrada e multifuncional do desenvolvimento rural, no sentido da valorização do potencial*

desenvolvimento económico e FEOGA – orientado para a modernização dos mercados agrícolas e a promoção das atividades rurais (CE-DGA, I.9-13).

económico e da riqueza ambiental das zonas rurais". É na Agenda 2000, criada em 1999, que fica constituída a nova política de DR para o período 2000-2006, cujos objetivos se prendem “*com a criação de um sector agrícola e silvícola mais forte [...], com a melhoria da competitividade das zonas rurais e com a preservação do ambiente natural e do património rural da Europa*”, através do regulamento do DR. Consagra quatro princípios fundamentais que a tornam o “segundo pilar” da PAC, nomeadamente: multifuncionalidade da agricultura; uma abordagem multissetorial e integrada da economia rural; a flexibilidade das ajudas na elaboração e na gestão dos programas e a transparência na elaboração e na gestão de programas (CE-DGA 2001, I.23). Em 2000 (2000-2006) surge o LEADER + que previa o enriquecimento da ação territorial e o reforço da competitividade dos territórios da Europa (CE-DGA 2001, I. 26). Posteriormente, em 2003, a PAC passa a enfatizar o rendimento.

Em 2010 a U.E cria uma nova estratégia de crescimento com a duração de 10 anos – Europa 2020 - e cujo objetivo principal passa pela saída da crise que vivemos nos dias de hoje, bem como a revisão do modelo de crescimento europeu e a criação das condições necessárias para obter um crescimento mais inteligente, sustentável e inclusivo – a Europa 2020 (*cf.* <http://ec.europa.eu>). A concretização desta estratégia será conseguida quando a Europa atingir, na presente década, cinco objetivos específicos em áreas como emprego, educação, investigação e inovação, inclusão social e redução da pobreza e clima e energia¹⁹. A fim de enquadrar atividades conjuntas entre a U.E e as autoridades nacionais, esta estratégia compreende “sete iniciativas emblemáticas”²⁰ nas áreas da inovação, economia digital, emprego, política industrial, pobreza e eficiência na utilização dos recursos. Para que a estratégia de crescimento Europa 2020 tenha sucesso, terão de ser tomadas medidas tendo em vista a concretização do mercado interno dos serviços, da energia e dos produtos digitais e o investimento em atividades transfronteiras essenciais. Ao nível nacional, haverá que eliminar obstáculos à livre concorrência e à criação de emprego. Mas para ter o impacto pretendido a nível do crescimento e do emprego há que combinar e coordenar os esforços evidenciados a ambos os níveis (*cf.* <http://ec.europa.eu>). Neste sentido e com o intuito de se integrar na estratégia Europa 2020, em 2011, a PAC sofre nova reforma, visando reforçar a competitividade do sector agrícola, fomentar a inovação,

¹⁹ *Cf.* http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/index_pt.htm

²⁰ *Cf.* http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/flagship-initiatives/index_pt.htm

combater as alterações climáticas e apoiar o emprego e o crescimento nas áreas rurais (CE-DGADR 2012, 2). Mediante os desafios que se enfrentam na sociedade europeia com a programação até 2020, a PAC pode constituir um importante instrumento para o desenvolvimento económico e social. Para isso, esta terá que passar a englobar, nas palavras do Gabinete de Planeamento e Políticas português (GPP) *“uma política pública forte, abrangente nas suas opções, baseada em regras comuns e com meios suficientes para promover o desenvolvimento da agricultura em todo o território da U.E.”* (cf. <http://www.gpp.pt/pac2013/>). Ao nível do plano nacional deverá assegurar-se *“que os instrumentos de política contribuam para o aumento do valor gerado pelo sector agrícola e florestal e agro-industrial em todo o território nacional, que contribuam para a coesão e equidade sociais, que assegurem, nomeadamente, a continuidade na produção de bens ambientais e na mitigação das alterações climáticas e da desertificação”* (cf. <http://www.gpp.pt/pac2013/>).

Ao longo desta seção fez-se referência (ainda que sumária) a abordagem LEADER. Uma vez que esta surge no seguimento da evolução da PAC e faz parte dos programas de DR, será aqui brevemente explicada. LEADER significa, segundo o guia básico de compreensão da abordagem criado pela C.E em 2006 (5-8), “Relações entre ações de desenvolvimento rural” e constitui uma abordagem inovadora no quadro comunitário de políticas de DR. Segundo o mesmo documento, é ainda um método eficaz de incentivar e mobilizar o desenvolvimento nas comunidades rurais locais e não propriamente um conjunto de medidas específicas a implementar. Adequa-se às especificidades de cada território pelo que permite a cada comunidade criar o seu próprio futuro e evoluir a par com a PAC, incentivando, por isso, a participação local na definição e implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável. Funciona como um complemento aos programas de DR europeus e nacionais pois permite a ativação ou mobilização dos recursos locais através do apoio a projetos de pré-desenvolvimento, melhorando a capacidade destas zonas em aceder e utilizar os fundos LEADER e outros fundos de desenvolvimento e, apoia ainda, outros sectores com apoio financeiro nulo ou muito pequeno. É por isso um incentivo ao trabalho em equipa para os agentes socioeconómicos, tendo em vista a produção de bens e serviços que gerem maior valor acrescentado à zona.

Está demonstrado que a abordagem pode modificar o quotidiano das populações rurais e pode mesmo *“desempenhar um importante papel ao incentivar respostas*

inovadoras para novos e velhos problemas rurais". Pretende-se que sirva como uma espécie de laboratório de forma a desenvolver capacidades locais e novas formas de satisfazer as necessidades das comunidades locais (C.E 2006, 5-8).

Em termos de programas de DR em Portugal, refere-se que, muito embora o país tenha passado por transformações favoráveis nas últimas décadas (nomeadamente ao nível da melhoria de qualidade de vida dos cidadãos, na realização de importantes obras infraestruturais e na modernização da economia), tal não é ainda suficiente para acompanhar o ritmo da restante Europa, o que origina, claramente, um problema de competitividade à economia portuguesa. Torna-se assim necessária a criação e implementação de uma *"política exigente de otimização de recursos públicos, de investimento no conhecimento e saber, na reestruturação e ganhos de produtividade das empresas, na procura de novos e melhores mercados"* cuja concretização depende da existência de um equilíbrio crescente entre regiões e territórios, bem como do aumento do bem-estar das suas populações (MADRP 2007, 3). Independentemente de todos os esforços concretizados até hoje, a agricultura portuguesa e o seu complexo agro-florestal (que ocupa um peso relativo em termos económicos e sociais) não foge a este panorama.

Existe nas áreas rurais, um potencial endógeno não explorado decorrente, como se verificou anteriormente, da procura multifuncional associada a estas áreas. Considerando este panorama, torna-se necessário o incremento de um desenvolvimento equilibrado e sustentável assente em políticas públicas com instrumentos adequados e seletivos que, num contexto de liberalização de mercados e concorrência acrescida, possibilite o contorno das fraquezas acima mencionadas, bem como a potencialização das suas qualidades (MADRP 2007, 3).

Surge assim o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013 (PENDR) (revisto pela última vez em Outubro de 2007), que define as orientações fundamentais para a utilização do FEADER²¹ (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural). A estratégia nacional para o desenvolvimento rural escolhida em função das orientações estratégicas comunitárias, cujos objetivos, muito sumariamente, são: aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal; promover a

²¹ Surge após as reformas da PAC de 2003 e 2004 e salienta a importância do DR. Visa reforçar a política de DR da U.E e simplificar a sua implementação. Melhora nomeadamente a gestão e o controlo da nova política de DR para o período 2007-2013 (c.f. <http://europa.eu>).

sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais e revitalizar económica e socialmente as zonas rurais. Cada um destes objetivos tem associados uma série de sub-objetivos e linhas de orientação que conduzem à sua concretização (cf. MADRP, 2013). A estes objetivos estratégicos acrescem outros três, a saber: o reforço da coesão territorial e social, a promoção da eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial (cf. <http://www.proder.pt>²²). O Plano segue uma estratégia de desenvolvimento que se divide em quatro eixos fundamentais. Decorrente do PENDR²³, o PRODERc (Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente) é um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao DR para o continente no período 2007-2013 e à semelhança do PENDR, é também cofinanciado pelo FEADER. As ações que põem este Programa em prática encontram-se divididas em três subprogramas e cada um deles em medidas. Visam a promoção de ações que contribuem direta e objetivamente para a prossecução dos três objetivos estratégicos nacionais assumidos no PENDR, delineados em consonância com as estratégias comunitárias presentes nos eixos 1, 2 e 3 do FEADER. O terceiro objetivo da estratégia nacional adotada é de particular importância, uma vez que constitui um incentivo à abordagem ascendente passível de concretização através de ações com abordagem LEADER (patente no eixo 4 do FEADER).

Atendendo à descrição de programas e estratégias de DL em meio rural que aqui se caracterizaram e ao exposto no ponto anterior é possível concluir, na perspetiva de Mortágua (1998, 26) que existem práticas de DL em Portugal que, muito embora estejam em fase de mutação, importa que sejam valorizadas e melhoradas. São ainda práticas inspiradas em filosofias de DL, mas não são DL. Nas palavras do mesmo autor “*o desenvolvimento local é e continua a ser um objetivo utópico, independentemente da evolução da própria democracia representativa para as outras formas cada vez mais participadas e participativas*”.

3. Recursos locais e Desenvolvimento Rural

3.1. Que relação?

Como se constatou na seção 1.2 do presente capítulo e como denotam, entre outros autores, Vieira e Figueiredo (2011, 105), a década de 80 marcou o início de um novo olhar

²² <http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=329&eid=263>, consultado a 16 de Agosto de 2013

²³ Idem ²³

sobre o rural assente na sua multifuncionalidade e “*é o ponto de partida de novas estratégias que visam a diversificação das áreas rurais desfavorecidas*”. Alteraram-se assim as concepções de DR em resultado da adoção da abordagem endógena em detrimento da exógena. Esta alteração marca a transição de uma abordagem de desenvolvimento exógena que “*encarava o ‘rural’ articulado mas submetido à dinâmica urbana*”, para uma abordagem de desenvolvimento endógena ou territorial “*onde os contextos rurais se envolvem e articulam com outros sectores económicos na procura do seu desenvolvimento*” (Natário *et al* 2011, 135). Nesta abordagem e como o próprio nome indica, o território tem um importante papel, não só enquanto estratégia ativa e interativa de desenvolvimento, mas também enquanto agente de desenvolvimento integrado, valorizador dos recursos locais e aspetos sociais, culturais, técnicos e económicos e incentivador da participação da população nesse desenvolvimento (*cf.* Natário *et al* 2011, Ribeiro e Santos 2006, Matos 2000). O que denota que a definição de território não integra apenas o espaço geográfico mas também os recursos (tangíveis e intangíveis) que conferem vantagem competitiva aos produtos com origem numa particular região (Matos 200, 2-3). As principais diferenças destas abordagens resumem-se no quadro seguinte (Natário *et al* 2011, 135):

Características	Modelo Exógeno	Modelo Endógeno
Força Dinâmica	Crescimento pelo aproveitamento das economias de escala e concentração	Crescimento pelo aproveitamento dos recursos específicos de uma região (naturais, humanos, culturais)
Meio Básico	Polos de crescimento urbano	Empresas e iniciativas locais
Função Central das áreas rurais	Produção de alimentos e matérias-primas para a economia urbana em expansão	Fornecimento de produtos e serviços diversos
Problemas chave de desenvolvimento	Baixa produtividade dos fatores de produção e perifericidade física	Capacidade limitada das regiões e atores rurais para participar em atividades económicas que conduzem o desenvolvimento socioeconómico local
Eixos prioritários do desenvolvimento rural	Indústria e especialização agrícola Estímulo à mobilidade dos fatores capital e trabalho	Construção de capacidades Superação da exclusão social (pobreza)

Tabela 1: Caracterização modelo exógeno e modelo endógeno

Fonte: Natário *et al* (2011, 135)

É precisamente esta abordagem endógena (ou “de baixo para cima”) que dá ênfase aos recursos locais enquanto instrumento de desenvolvimento e promoção das áreas rurais. Preconiza o “*desenvolvimento que se alcança, através da mobilização integral dos recursos das diferentes regiões para satisfação prioritária das respetivas populações [e que] deve ser desencadeado, ao nível das mais pequenas unidades territoriais*” (Reis 2012, 158). Polése (1998, 218) refere que o desenvolvimento endógeno espelha a “*esperança de o próprio meio local poder iniciar um processo de desenvolvimento que dê origem a uma economia regional próspera, baseada nas iniciativas e nos conhecimentos técnicos (no saber-fazer) dos habitantes e das empresas da região*”. Figueira e Garcia (2005) (*cit.* Reis 2012) apelão ao “empowerment”, ou seja, à mobilização de todos os recursos e potencialidades existentes nas comunidades territoriais, com vista à satisfação das necessidades fundamentais das populações. Uma vez que ninguém conhece melhor os problemas de certa comunidade que as próprias pessoas que nela vivem, o seu papel no processo de desenvolvimento aumenta, sendo por isso necessário que nele se estabeleçam mecanismos de participação, nomeadamente pelo investimento em capital humano ao nível da educação e da formação profissional.

Aydalot (1985) (*cit.* Matos 2000, 108-109) refere as sete palavras-chave que resumem esta abordagem, as quais serão aqui, sucintamente mencionadas: i) desenvolvimento territorial: o espaço não deve ser considerado no processo de desenvolvimento como um elemento neutro. Este possui características técnicas que as empresas utilizam, sendo que, *“dar ao meio o papel essencial é tornar o território fonte de desenvolvimento”*; ii) necessidades básicas: o desenvolvimento passou a ser definido em termos qualitativos, isto é, em termos do acesso da população ao bem-estar; iii) valorização dos recursos locais: *“o desenvolvimento interno da região implica privilegiar as fileiras que utilizem os recursos naturais locais ou o uso das tradições industriais locais”*; iv) desenvolvimento comunitário: desenvolvimento como fruto da participação de toda a população; v) desenvolvimento integrado: o desenvolvimento global deve integrar aspetos sociais, culturais, técnicos, agrícolas e industriais; vi) autarcia seletiva: *“as relações com as outras regiões e países não devem pôr em causa a preferência pelos produtos locais e a diferenciação dos modos de vida”*, vii) pequena escala: *“prioridade aos pequenos projetos, empresas, cidades como forma de manter o poder de decisão na região”*.

Em termos de políticas e de uma forma simplificada, as ações a desenvolver devem ter linha de conta a disponibilidade dos recursos da comunidade (independentemente da sua tipologia: recursos naturais, localização do território, trabalho e respetiva qualificação, entre outros), bem como o seu potencial económico. As iniciativas a implementar, bem como os agentes nelas envolvidos devem tirar partido das redes de solidariedade e da capacidade de concertação entre operadores económicos, agentes sociais e decisores políticos. Segundo Padín (2004) (*cit.* Ribeiro e Santos 2006) *“a política de desenvolvimento local, ainda que sem uma sistematização concreta, pode entender-se como uma forma flexível de regulação do ajustamento cujo êxito ficará a dever-se à sua capacidade para instrumentar a coordenação territorial das atuações dos agentes públicos e privados”*.

Uma vez que esta seção trata a ligação entre DR e recursos locais, importa perceber o que são estes recursos e diferenciar as suas tipologias. Se considerarmos como recursos os *inputs* da atividade económica de um território (por si só pouco produtivos), o que acontece é que algumas regiões podem ser dotadas de recursos mas podem não possuir competência para combinar os recursos e as formas de os desenvolver a um nível elevado de eficiência. Este panorama revela que *“os recursos são a fonte da competência dos*

territórios, enquanto que as competências constituem a origem da vantagem competitiva [das regiões]” (Ribeiro e Santos 2006, 8-11). Os recursos podem ser: i) financeiros, como impostos municipais ou apoios financeiros obtidos (etc); ii) físicos, como o clima ou as infraestruturas (etc); iii) humanos, como os responsáveis políticos os empresários (etc); iv) culturais, como o património arquitetónico, a gastronomia ou as tradições (etc), v) tecnológicos, como os recursos para a inovação ou as universidades (etc) (Ribeiro e Santos 2006, 9). As regiões são assim dotadas de recursos e competências de natureza variadas, quantidade e valor que geram competências para qualificar os produtos regionais. No entanto estes produtos podem ser considerados um caso pragmático por três razões distintas (Ribeiro e Santos 2006, 9-10). Em primeiro lugar porque o seu processo de produção está ligado a uma característica geográfica concreta e/ou matérias-primas agrícolas específicas. Em segundo lugar devem possuir um registo histórico significativo e em terceiro lugar têm que dispor de um valor cultural acrescentado que possa facilmente ser associado a celebrações específicas ou aos hábitos gastronómicos locais.

Como se perceberá mais facilmente no ponto seguinte, o turismo tem um importante papel na valorização destes recursos, independentemente da sua natureza. Tal é comprovado nas palavras de Figueiredo e Raschi (2013,9) quando referem que o turismo usa frequentemente as características tradicionais ao nível local, como a paisagem, os recursos naturais, a gastronomia, as práticas agrícolas e as festividades como forma de atrair visitantes. Verifica-se, no entanto, que muitas das vezes essas características não estão materializadas nos serviços e atividades oferecidas. Consequentemente, os recursos locais não são capitalizados, nem valorizados e muito menos característicos do turismo rural. Facto é que, *“os turistas modernos procuram “autenticidade” e encontram a insatisfação causada pelo vazio e artificialidade da vida moderna”* (Olivia et al 2013, 23).

Ao se deslocarem da cidade para o “campo” os turistas procuram o “paraíso rural perdido” cujas características se prendem, essencialmente, com a qualidade ambiental e natural das áreas rurais bem como as suas supostas características culturais tradicionais e autênticas, ligadas maioritariamente à imagem da pastorícia. Neste sentido, a população local tende a (re)criar simbolismos considerados como o turismo rural ideal balizados num contexto de tensão entre local e global, representações do passado e procura do presente (Figueiredo et al 2013, 43-44). Por outro lado e considerando o facto de que o turismo rural ser nos dias de hoje uma prática social regular e de por isso serem várias e diversificadas as

motivações da sua procura, as áreas rurais diversificaram-se, pelo que, praticamente todos os recursos rurais estão à disposição dos turistas e podem por eles ser consumidos (Olivia et al 2013, 23). Neste sentido a tendência verificada é a do desenvolvimento de novas iniciativas turísticas baseadas em novos ou velhos produtos e atividades que aliados a estratégias de marketing podem gerar novos mercados e encontrar novas e diversas ofertas bem como o sustento das economias locais (Figueiredo e Raschi 2013,10). Um outro recurso importante é o património turístico, que substancia a riqueza cultural de um local e a sua capacidade em atrair visitantes e tem sido identificado como um sector do turismo em crescimento. Inclui bens materiais e imateriais, culturais e naturais, herdados do passado e mantidos no presente para benefício das gerações futuras. Este tem ainda sido considerado como uma importante opção de desenvolvimento com poder para reativar as atividades económicas tradicionais em declínio e para impulsionar o desenvolvimento económico e social de áreas isoladas com um património rico (Craveiro et al 2013, 71).

Desta forma se denota que os recursos locais a considerar como elementos potenciadores de DR não são apenas materiais, como o artesanato ou a gastronomia, mas são também produtos imateriais, nomeadamente os simbolismos associados ao campo e a recriação de tradições a ele associadas. Verificou-se pela análise bibliográfica efetuada que a reconfiguração do rural tal como o temos nos dias de hoje, na tentativa de o tornar competitivo possa tê-lo descaracterizado e tornado em muito idêntico ao urbano. Este pode ser um favor desfavorável à atração de visitantes tão preciosas a estas áreas. Neste sentido, o ponto seguinte explica de forma mais clara o papel do turismo no desenvolvimento de áreas rurais e a sua relação com a preservação da sua autenticidade, valorização e perpetuação.

3.2. O papel do turismo na mobilização dos recursos locais

Como se tem referido ao longo deste capítulo, o novo paradigma de DR assente na multifuncionalidade do meio rural *“é o ponto de partida de novas estratégias que visam a diversificação económica das áreas desfavorecidas”* (Vieira e Figueiredo 2011, 105). Diversificação esta que deve ser conseguida através da mobilização dos recursos endógenos de cada território preconizada pelas estratégias de DL em meio rural. É neste sentido que surge o turismo enquanto agente mobilizador dos recursos endógenos/produtos regionais, pois o turismo *“constitui uma forma de aproveitamento dos recursos próprios*

do território, assumindo-se como uma das atividades que melhor pode aproveitar os recursos dos territórios e constituir-se num importante fator de desenvolvimento [...]” (Reis 2012, 156). A inevitabilidade da ligação entre os produtos locais e o turismo assume uma posição relativamente favorável quanto à atuação do turismo em meio rural. Aliás, o turismo aparece como um agente benigno de mudança tanto a nível social, como económico, com apetência para participar na reestruturação das economias nacionais, regionais e locais (Monteiro 2011, 23).

O turismo pode ser considerado como um motor de DL por duas perspetivas diferentes: a primeira prende-se com as suas repercussões no desenvolvimento da economia nacional e do melhor aproveitamento das potencialidades locais e das suas especificidades. Em segundo lugar pelo reconhecimento de que o desenvolvimento do turismo não passa apenas pela preservação dos recursos endógenos mas também pela sua valorização enquanto alavanca de desenvolvimento regional/local, contribuindo para a *“criação de emprego, para o lançamento de iniciativas empreendedoras, para a criação de infra-estruturas sociais, para a modernização e diversificação da produção local”* (Monteiro 2011, 24). É neste sentido que os Produtos Agro-alimentares Regionais (PAR) e o Turismo em Espaço Rural (TER) surgem como estratégias de DR. Enquanto instrumentos isolados ambas as estratégias apresentam, segundo Vieira e Figueiredo (2011, 105), fragilidades. No que respeita aos PAR, as autoras referem que *“persistem diversas dificuldades na competição com produtos agro-alimentares massificados”*. E em relação ao TER, verifica-se que produzem um *“reduzido impacto em termos de desenvolvimento nas áreas rurais, designadamente na baixa capacidade que tem revelado na geração de emprego”*. Mas a ligação entre PAR e TER pode ter benefícios mútuos, na medida em que são elementos capazes de se influenciar mutuamente, ou seja, enquanto a despesa pública turística possibilita que os mercados dos PAR se ampliem e por sua vez, os PAR propiciam o aumento da atratividade do destino turístico (Boyne *et al*, 2003 *cit.* Vieira e Figueiredo 2011, 106). Esta associação entre PAR e TER, embora seja positiva, no sentido em que uma parte da despesa turística é afeta à alimentação, nem sempre é verificável. Por exemplo, em regiões de turismo de massas em países em desenvolvimento a agricultura está em desvantagem em relação ao turismo, tanto pelo encarecimento da terra como da mão-de-obra, pela escassez da mesma e ainda pelo desvio de capital para investimento em turismo. Por sua vez, em zonas rurais europeias marginalizadas não existe competição

pelos fatores de produção pois também não existem fluxos turísticos que a justifiquem (Vieira e Figueiredo 2011, 106).

No fundo a sinergia entre turismo e agricultura é possível e traz benefícios se acontecer no mesmo sítio, pois proporciona a aproximação do sector agrícola a novos mercados, a indução de novos serviços relacionados com a atividade agrícola e ainda o estímulo a produções agrícolas de elevado valor. Muito embora o benefício evidente seja o do aumento do mercado para a agricultura, as poucas evidências empíricas nesta matéria mostram que a existência de um “*aumento das importações de produtos agro-alimentares induzidas pelo turismo de massas, podendo chegar a ocasionar uma redução da produção local*” (Vieira e Figueiredo 2011, 106). Além destas, são várias as vantagens e desvantagens existentes na atuação do turismo em áreas rurais apontadas na literatura (cf. OMT 1999, Godfrey & Clarke 2000, Lea 1998, entre outros, *cit.* Monteiro 2011): i) vantagens económicas: criação de emprego e de novas oportunidades de empreendimentos turísticos, passíveis de aumentar o rendimento e de melhorar as condições de vida das populações locais; aplicação dos rendimentos obtidos por impostos do sector turístico para a melhoria/construção de serviços/infraestruturas, ou possibilita ainda, um maior contato com novas tecnologias tendo como compartida o melhoramento dos recursos humanos e o surgimento de novos mercados para os produtos locais, promovendo a revitalização económica das atividades tradicionais; ii) mais-valias ambientais: apela à consciencialização ambiental das populações locais, melhora a qualidade do ambiente do destino e pode ainda ajudar à conservação de património natural e/ou histórico que de outra forma cairia no esquecimento; benefícios socioculturais: criação e reavaliação da identidade das comunidades locais; maiores oportunidades lúdicas e maior apoio para as culturas tradicionais e espaços culturais; iii) desvantagens económicas (caso a atividade turística seja mal aproveitada): dependência excessiva do emprego em relação a uma única atividade; aumento generalizado e especulativo dos preços dos bens e serviços primários; migração massiva para as áreas de desenvolvimento e perda de recursos locais explorados por terceiros, entre outros; iv) problemas no destino (decorrentes de um turismo descoordenado): congestionamento do tráfego, poluição visual, sonora, do ar e das águas e perda dos atrativos naturais e culturais; v) impactos negativos ao nível sociocultural: mudanças nas atividades e artes tradicionais de forma a se adaptarem à produção turística; criação de conflitos na comunidade, aumento dos problemas sociais, entre outros. Há

também evidências da possível “*substituição de produtos alimentares regionais por produtos não locais, industrializados*” o que pode ser justificado pelo custo dos produtos locais, pelos problemas associados ao seu aprovisionamento ou ainda pela falta de conhecimento quer dos produtos, quer da gastronomia locais, não só pelos turistas como pelas próprias empresas. Ou ainda pela “incapacidade da oferta em atender às exigências comerciais da distribuição grossista”, pela fraca apetência dos pequenos distribuidores dos PAR, pela existência de irregularidades na faturação e ainda pela oferta dos PAR não estar preparada para responder a novas procuras, revelando a falta de integração entre os dois sectores (Malevoti 2003; Tibério e Abreu 2005 *cit.* Vieira e Figueiredo 2011). Existe no entanto uma capacidade do TER em exportar os PAR, o que se explica pela existência de uma evidência que se traduz num crescente interesse dos turistas pelos PAR que dá origem a hábitos de consumo que apenas não são continuados por não haver mercado para esses produtos na região de origem do turista (Tibério e Abreu 2005 *cit.* Vieira e Figueiredo 2011). A revisão literária indica que “*as vantagens em ligar os produtos tradicionais locais às iniciativas de turismo rural podem ser várias e ter impactos positivos no desenvolvimento local*” (Vieira e Figueiredo 2011, 118). No entanto, a nível prático, a relação é difícil de implementar. Tal dificuldade deve-se a razões inerentes à oferta de PAR; inerentes à clientela dos estabelecimentos de hotelaria e restauração e ainda razões inerentes à própria indústria turística. As razões inerentes à oferta de PAR dizem respeito a problemas de escala de produção, sendo que a produção é mais cara que as alternativas não regionais e mais industrializadas. Existem ainda problemas de organização comercial e de marketing, na medida em que não é possível colocar os produtos nos grandes sistemas de distribuição. Relativamente à clientela, existe uma falta interesse e de conhecimento dos PAR pelos turistas, devido, como já se referiu, à inexistência de fluxos turísticos. Por fim, a própria indústria turística revela pouca apetência para a diversidade de PAR existente.

IV. Questões de investigação, Estudo de Caso e Metodologia Desenvolvida

1. Introdução

O Estudo de Caso presente nesta dissertação permitirá responder à questão chave que lhe deu origem: Quão local é o Desenvolvimento Rural?

Assim, este capítulo tem a finalidade de analisar a origem dos produtos comercializados na RAX, quer nas Lojas de Xisto quer nos comércios locais, ou seja, pretende-se averiguar se os produtos comercializados em ambos os tipos de estabelecimentos são de origem local ou não e as razões subjacentes.

Considerando este objetivo principal bem como o referido acerca dos problemas do rural no Capítulo II (problemas como baixas densidades populacionais e a consequente desertificação das áreas rurais, população envelhecida, baixos níveis de qualificação, rendimentos baixos, entre outros), a escolha da Rede das Aldeias de Xisto como estudo de caso deveu-se essencialmente a dois fatores: i) é um projeto regional que abrange diversas áreas rurais na Região Centro e que retrata de forma clara os problemas que estas áreas enfrentam nos dias de hoje, ii) a criação da Rede das Aldeias do Xisto está de acordo com os paradigmas atuais de desenvolvimento local. Por isso, ambos possuem em comum o objetivo último de melhorar as condições de vida das populações rurais.

Apresentam-se assim neste capítulo as principais perguntas de investigação suscitadas pela operacionalização dos conceitos-chave desta dissertação. Faz ainda parte deste capítulo a explicitação da metodologia adotada na recolha e tratamento da informação empírica que permitirá perceber quais as dinâmicas existentes na mobilização e venda dos recursos comercializados nas Aldeias do Xisto.

2. Questões de investigação

O argumento principal deste estudo recai no facto de que os processos de DR atuais serem ou deverem ser endógenos e assentar diretamente nos recursos locais. Assim, a sua questão fundamental abordada está ligada às dinâmicas associadas à mobilização e venda dos recursos locais das Aldeias do Xisto.

Deste modo, e como se referiu no ponto anterior, as questões de investigação aqui apresentadas dão seguimento à operacionalização dos conceitos-chave deste estudo, sendo eles: RAX, recursos locais, turismo e DR.

Uma vez que se trata de um estudo exploratório, a operacionalização destes conceitos foi feita de uma forma simplificada. Apresenta-se de seguida a justificação da escolha desses conceitos como conceitos-chave e as questões de investigação que a sua operacionalização originou.

2.1. Rede das Aldeias do Xisto

O projeto da RAX surge como forma de tentar solucionar alguns dos problemas das áreas rurais das Aldeias do Xisto.

Neste sentido relembra-se que o projeto teve como principais objetivos a melhoria das condições de vida da sua população e a requalificação dos edifícios públicos e privados, bem como do espaço público de cada uma das aldeias inseridas no projeto.

Importa por isso perceber se estes objetivos foram conseguidos e de que forma. Caso não tenham sido concretizados, importa perceber o que fracassou e o que poderia ter sido mudado (ver esquema representativo da operacionalização do conceito no Anexo I).

2.2. Recursos locais

Abordados os problemas das zonas rurais em geral e das portuguesas em específico e, perante a constatação da necessidade destes territórios se tornarem competitivos a nível global, a potencialização dos seus recursos assume uma importância crucial. Isto porque o DR dos dias de hoje deve ser maioritariamente endógeno pelo que, assenta, ou deveria assentar nos recursos produtos dos territórios rurais.

Deste modo as primeiras perguntas de investigação são direcionadas para o objetivo principal deste trabalho: perceber de que forma são mobilizados e vendidos os produtos locais da RAX (ver esquema representativo da operacionalização do conceito no Anexo I).

2.3. Turismo

O turismo é um importante instrumento de DR, especialmente pelo seu papel na mobilização de Recursos.

Na RAX não é exceção, visto que os recursos locais são mobilizados essencialmente para a venda a turistas que se deslocam a estas aldeias.

Importa por isso perceber de que forma a rede de praias fluviais, a rede de percursos, a requalificação do território rural e a mobilização dos recursos locais são promovidos como produtos turísticos e, conseqüentemente, como contribuem para o desenvolvimento dos territórios em análise (ver esquema representativo da operacionalização do conceito no Anexo I).

2.4. Desenvolvimento Rural

Sendo o DR o tema central deste trabalho, denota-se uma ligação intrínseca entre os restantes conceito-chave e o conceito de DR.

Assim sendo, as questões de investigação que operacionalizam este conceito são semelhantes às restantes (ver esquema representativo da operacionalização do conceito no Anexo D).

3. Estudo de caso: A Rede das Aldeias do Xisto

3.1. Razões da escolha

A escolha do tema teve como base a procura da origem dos produtos comercializados na RAX, considerando a importância dada aos produtos locais nos programas de DR. Essa importância é enfatizada em programas como o programa LEADER, entre outros. Programas como este constituem um método de mobilizar e incentivar o desenvolvimento das comunidades rurais. São instrumentos eficientes que se adequam à diversidade de zonas rurais existentes, pelo que as políticas rurais estão de acordo com as necessidades extremas de cada zona rural. Por sua vez, tais programas têm como objetivo, entre outros, constituir um incentivo constante à competitividade dos territórios pela potencialização dos seus recursos endógenos.

Objetivo este posto em prática por ações que podem *“ativar ou mobilizar os recursos locais através do apoio a projetos de pré-desenvolvimento [...] que melhoram a*

capacidade das zonas para aceder e utilizar não só fundos LEADER mas também outras fontes de financiamento com vista ao seu desenvolvimento [...]” (CE – DGADR 2006, 4).

Importa por isso ter presente a ideia de que os processos de DR, suas políticas e estratégias atuais são endógenos, e que assentam, ou deveriam assentar, diretamente nos recursos locais. Desta forma, a escolha da Rede das Aldeias de Xisto como estudo de caso prendeu-se com o facto de este ser um projeto regional que abrange diversas áreas rurais na Região Centro e que retratam de forma clara os já mencionados problemas que estas áreas enfrentam nos dias de hoje. Além disso, a criação do projeto da RAX está de acordo com os paradigmas atuais de desenvolvimento local com o objetivo último de melhorar as condições de vida das populações rurais (requalificando edifícios, melhorando infraestruturas públicas, fixando e requalificando pessoas, entre outros).

Assim se justificam: i) o argumento principal deste estudo: os processos de DR atuais deverão ser endógenos e assentar diretamente nos recursos locais; ii) a questão fundamental abordada neste estudo: a análise das dinâmicas ligadas à mobilização e venda dos recursos locais das Aldeias do Xisto, focando de forma sumária questões ligadas ao turismo, em específico aquele que se pratica em zonas rurais, bem como a especificação da ligação deste com o DR e da sua importância na mobilização e divulgação dos recursos locais; iii) a escolha da RAX como objeto de estudo.

3.2. O Projeto da Rede das Aldeias do Xisto

Como refere Marques (2010, 4), pela sua localização entre as bacias hidrográficas dos rios Mondego e Zêzere, a Região Centro apresenta uma acentuada morfologia, o que lhe confere uma série de problemas, como a desertificação física, a insuficiência de infraestruturas e de equipamentos coletivos, a escassez de iniciativa empresarial, a fraca presença institucional. Pires (2010, 68) salienta ainda “*o isolamento e a falta de acessibilidades, o envelhecimento da população, o défice de agentes produtivos agravado pelo declínio das atividades tradicionalmente ligas à floresta, [e a] degradação económica e ambiental, devida ao flagelo dos grandes incêndios de Verão*”. O PORC (2000, 82-83) realça a sua baixa densidade populacional – 42hab/km²; os pequenos aglomerados populacionais – com menos de 500 habitantes; e os decréscimos populacionais acentuados – entre 1981 e 1991 a população diminuiu 8,3% no Pinhal Interior Norte e 16,1% no Pinhal Interior Sul.

Não obstante este panorama de certa forma negativo, a Região Centro é também uma Região com uma diversidade em termos de recursos, quer ao nível da natureza, quer ao nível arquitetónico, ou mesmo construídos pelo homem, cujo potencial, se aproveitado, poderá constituir uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento.

Neste sentido, com o objetivo de aproveitar os recursos da Região e de lhe encontrar novas oportunidades, numa fase inicial, em 2001, 24 aldeias de 14 concelhos da unidade territorial Pinhal Interior foram incluídas no chamado “Programa das Aldeias de Xisto”²⁴, promovido pela Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR), cujo objetivo primeiro era o de *“melhorar a qualidade de vida das populações das aldeias, elevando os seus níveis de auto-estima, qualificando o seu tecido social e agregando-as num processo participativo de desenvolvimento”*.

Com efeito, o referido programa permitiu a estas aldeias que se requalificassem, e adquirissem um maior potencial humano de desenvolvimento, cujos vetores principais eram a *“recuperação das tradições, a valorização do património arquitetónico construído, a dinamização das artes e ofícios tradicionais e a defesa e preservação da paisagem envolvente”* e cuja estratégia passou em parte por “ouvir” o que as gentes que moram nessas aldeias tinham a dizer, permitindo assim que se *“[desenha-se] uma estratégia que apontasse para outras direções, que sublinhasse o que este território tem de único e precioso”* (CCDR 2010, 73).

Pretendia-se ainda atingir três dimensões específicas: social, patrimonial e turística (Silva 2009,111). A dimensão social pretendia a melhoria da qualidade de vida dos residentes destas aldeias, permitindo a elevação da sua auto-estima, a sua qualificação e fixação, bem como a atração de *“novos habitantes, potenciando assim pequenas economias locais”*. Na dimensão patrimonial, *“considera-se o conjunto edificado “aldeia” como um valor patrimonial em si e por isso enquadrado no patrimonial envolvente”*. Por último, mas não menos importante, a dimensão turística *“surgiu por associação natural ao projeto para fomentar o aparecimento de unidades de alojamento, criar elementos informativos na aldeia e motivar a atenção dos agentes turísticos para a constituição de uma rede das aldeias do xisto”* (Silva 2009, 111).

Consequentemente, as Aldeias do Xisto transformaram-se em polos de atração turística suficientemente dinâmicos ao ponto de terem estimulado a criação de uma nova

²⁴ Muito embora exista xisto noutras áreas do país, esta zona da Região Centro foi a escolhida para a criação da “marca” das Aldeias de Xisto, incluindo as Serras do Açor e da Lousã.

base económica de captação de visitantes e de investimento privado, em muito devido ao desenhar de uma estratégia de rede planeada, permitindo um envolvimento de todos os atores intervenientes no programa, nomeadamente técnicos municipais, população residente e entidades. A parceria entre os sectores público e privado criou um projeto global de promoção e valorização dos recursos endógenos que serviu de alavanca à participação da Associação de Desenvolvimento Pinus Verde no projeto, aceitando o desafio “*de se lançar na promoção do território do xisto, tendo nas aldeias a sua âncora e a porta de entrada para a descoberta*”²⁵.

Surgiu assim a Rede das Aldeias de Xisto²⁶, um projeto de desenvolvimento sustentável, coordenado pela ADXTUR (Agencia para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto), financiado pelo anterior Quadro Comunitário de Apoio (QCA II) e que congrega “[...]as vontades públicas e privadas de uma Região, que se revêm na gestão partilhada de uma marca, na promoção conjunta de um território, na criação de riqueza através da oferta de serviços turísticos e, finalmente, na preservação da cultura e do património do mundo rural beirão”²⁷.

Atualmente a rede conta com vinte e sete aldeias de quinze municípios da Área de Intervenção de Base Territorial do Pinhal Interior (AIBT – PI) a serem recuperadas e valorizadas. O projeto está inserido na medida II.6 do Eixo Prioritário II do Programa Operacional da Região Centro (PORC) e segue (de forma resumida). Abrange duas vertentes, a primeira vai no sentido da requalificação física dos edifícios, espaços públicos e recuperação de imóveis públicos e privados, bem como da infraestruturização (abastecimento de água, saneamento, eletricidade e telefone). A segunda segue o sentido da formação, ou seja, pretende dar competências a estes lugares em áreas como o atendimento turístico, gastronomia, tecelagem, entre outros.

Como seria de esperar, em termos de candidaturas, o projeto deu preferência a locais onde o material de construção fosse essencialmente a pedra xistosa e a madeira e que tivesse edifícios capazes de albergar serviços. Em contrapartida, cada aldeia estabeleceu um plano que traduzisse a realidade local e no qual se estabeleciam propostas de intervenção com o intuito de as requalificar, de melhorar as condições de vida das populações e potenciar os locais.

²⁵ Idem 1.

²⁶ Cf. <http://www.aldeiasdoxisto.pt/sobrenos/9/5/34>.

²⁷ Cf. <http://www.aldeiasdoxisto.pt/institucional/9/5>.

A RAX está associada a duas redes complementares, a rede de percursos e a rede praias fluviais (cf. <http://www.praiasfluviais.pt/>)²⁸. Redes estas que se “[articulam] entre si, [que se reforçam] com a existência umas das outras e, no final, constituem a face visível de uma marca de território, tem para oferecer aos que ali ocorrem um pacote diversificado de produtos” (CCDR 2010, 73). A rede está ainda ligada a outros projetos que podem ser consultados online no site da mesma (www.aldeiasdoxisto.pt).

A promoção da marca conta ainda com toda a oferta de serviços turísticos que se associaram a este projeto, nomeadamente hotéis, pousadas, alojamentos, espaços rurais, comércio tradicional entre outros. É fundamental não esquecer a articulação entre todos estes elementos e o Calendário de Animação das Aldeias do Xisto que permite uma interligação entre todos estes territórios, através de um calendário de eventos culturais ligados às tradições culturais de cada um deles. Em verdade, este Calendário de Animação das Aldeias do Xisto permite o estabelecimento de contato entre os visitantes e os aldeões, a transmissão de cultura e “o pleno usufruto da paisagem natural são outro dos atrativos destes eventos, o que torna as Aldeias do Xisto um destino turístico único e diferenciador no panorama nacional”²⁹.

Este projeto já mereceu, no ano de 2007, na categoria “Animação” uma Menção Honrosa do Instituto de Turismo de Portugal e, em 2008, foi considerada pela prestigiada revista alemã GeoSaison a “Melhor Viagem de Descoberta”. No entanto, “há muito a fazer na consolidação deste novo e multifacetado produto turístico. Há que o tornar mais conhecido e atrativo, há que garantir a animação permanente de toda a rede, há que acrescentar-lhe mais valências que induzam múltiplas ou mais prolongadas estadias” (CCDR 2010, 83).

3.3. As Aldeias do Xisto

Muito embora a zona montanhosa portuguesa moldada pelo xisto não seja exclusiva da Região centro, foi esta que criou a marca que “[...] associa o xisto a uma área específica, precisamente aquela que inclui as Serras do Açor e da Lousã e que se prolonga a Sul quase até ao Tejo [...]” e que constitui o “Pinhal Interior” (CCDR 2010, 68).

²⁸ A rede de praias fluviais abrange dez municípios do Pinhal Interior Norte, dos quais oito pertencem à RAX. Consta em anexa o mapa representativo da rede de praias fluviais.

²⁹ <http://www.aldeiasdoxisto.pt>

O PORC (programa onde a RAX está inserida) apresenta o “Pinhal Interior” como sendo *“uma área com uma “marca” muito específica em termos de recursos naturais, ligada à floresta e à água. Simultaneamente é uma das áreas mais problemáticas da Região Centro em termos de desenvolvimento”* (PORC 2000, 82).

Em comum, estas aldeias possuem a mesma arquitetura vernacular ligada ao xisto, realçada pelas portadas, janelas e varandas de madeira; os espaços de circulação são constituídos por ruas estreitas, becos e quelhas calcetados em xisto proporcionando-lhes conforto e limpeza. Embora remodeladas, *“as casas permanecem “iguais”, mas agora há outra ênfase posta no alindar das varandas, terraços e dos pequenos pátios das casas maiores [...]. As aldeias do xisto estão mais limpas e mais bonitas, sobretudo estão adaptadas aquilo que se espera venham a proporcionar”* (CCDRC 2010, 73). Por perseguirem valores ambientais, tais aldeias integram ainda a Rede Natura, com especial destaque para as aldeias dos concelhos da Lousã e Góis.

Da maioria delas avistam-se *“extensas paisagens decoradas com antenas eólicas, plantadas nos velhos terrenos baldios”*, havendo outras *“donde parece que só se vê o céu”* e outras em que o forno comunitário em funcionamento faz *“cheirar a pão acabado de fazer”* (CCDRC 2010, 76).

As aldeias pertencentes à RAX são vinte e sete e pertencem a catorze municípios, e estão representadas no quadro seguinte, por Concelho, Freguesia e Aldeia:

Concelho	Freguesia	Aldeia
Arganil	Benfeita	Benfeita
	Vila Cova do Alva	Vila Cova do Alva
Castelo Branco	Sarzedas	Sarzedas
	Almaceda	Martim Branco
Figueiró dos Vinhos	Aguda	Casal de São Simão
Fundão	Barroca	Barroca
	Janeiro de Cima	Janeiro de Cima
Góis	Góis	Aigra Nova
		Aigra Velha
		Comareira
		Pena
Lousã	Lousã	Candal
		Casal Novo
		Cerdeira
		Chiqueiro
		Talasnal
Miranda do Corvo	Gondramaz	Gondramaz
Oleiros	Álvaro	Álvaro
Oliveira do Hospital	Aldeia das Dez	Aldeia das Dez
Pampilhosa da Serra	Fajão	Fajão
	Janeiro de Baixo	Janeiro de Baixo
Pedrógão Grande	Pedrógão Grande	Mosteiro
Penela	Cumieira	Ferraria de São João
Proença-a-Nova	Sobreira Formosa	Figueira
Sertã	Pedrógão Pequeno	Pedrógão Pequeno
Vila de Rei	Vila de Rei	Água Formosa

Tabela 2: Distribuição das Aldeias do Xisto por concelho e por freguesia

Com o intuito de tentar perceber um pouco melhor o território das Aldeias do Xisto, foi consultado o Anuário Estatístico da Região Centro (AERC), cujos dados reportam a 2010. Uma vez que se pretende uma caracterização sumária, foram tidos em consideração apenas duas áreas de análise, sendo elas território e população (INE,IP 2011, 33-35; 75-79). Na impossibilidade de obter dados estatísticos desagregados por aldeias, os dados apresentados dizem respeito a cada um dos municípios que integram Aldeias do Xisto, sendo comparados relativamente à Região Centro. Os dados relativos a esta caracterização poderão ser consultados nas tabelas do Anexo II e III).

A Região Centro ocupa, aproximadamente, uma área de 28199km² no território português, dos quais 6127km² são ocupados pelo território das Aldeias do Xisto (21,7%).

As Aldeias de Xisto contam com 187026 habitantes, perfazendo 7,9% da população residente da Região Centro. A sua densidade populacional é de 781 hab/km², superior à da Região Centro (84,3 hab/km²). As maiores densidades estão no PIN, sendo a Lousã o município com maior densidade populacional (145 hab/km²). No geral verifica-se uma

grande discrepância de valores em termos deste indicador, quer a nível municipal quer a nível de NUT II.

Em termos de Aldeias do Xisto, bem como em comparação com a Região Centro, a taxa bruta de mortalidade (média) do território é superior à taxa bruta de natalidade (média). Os valores são de 17‰ e 6,2‰ para a taxa bruta de mortalidade e taxa bruta de natalidade, correspondentemente e para as Aldeias do Xisto e de 11,4‰ e 8‰, correspondentemente, para a Região Centro. A respeito da taxa bruta de natalidade nas Aldeias do Xisto, esta é inferior à taxa da Região Centro (6,2‰ e 8‰ correspondentemente). A taxa de crescimento natural das Aldeias do Xisto é assim negativa e muito superior à da Região Centro (-17,52% e -0,34, correspondentemente). O índice de envelhecimento médio do território das Aldeias do Xisto é de 258,7, muito superior à da Região Centro – 152,9. O que demonstra os graves problemas de envelhecimento que este território enfrenta.

Muito embora a Região Centro seja uma região maioritariamente rural o sector primário é aquele que emprega menos gente, em consequência da falta de modernização do sector. Vejamos os dados relativos a este indicador. Quanto à taxa de atividade (para 2011) no território das Aldeias do Xisto, ela é 714,7%, sendo que a maior taxa está no PIN (405,7%), no município da Lousã (55,9%). Quanto à população empregada por município, o território das Aldeias do Xisto conta com 97331 indivíduos, dos quais 622393 estão empregados no sector terciário, 282800 no secundário e 35018 no primário. No sector terciário a NUT II que emprega mais indivíduos é a BIS com 21994 indivíduos, no município de Castelo Branco (21994). No sector secundário, o maior número de indivíduos está empregado na NUT II PIN (10451), no município de Oliveira do Hospital (3410). O sector primário tem maior empregabilidade na NUT II CB (2276), no município de Fundão (686).

Esta breve análise caracteriza o território em análise como sendo um território despovoado e envelhecido, cujas potencialidades e oportunidades estão evidenciadas na análise SWOT do Relatório Final de Execução do PO Centro 2000-2006 (2011, 198-200) e que se apresentam no quadro seguinte.

Pontos fortes / Potencialidades	Pontos fracos / Ameaças
Requalificação e reutilização do património rural e industrial;	Desertificação humana das aldeias;
Existência de um saber-fazer tradicional nos ramos alimentar e não alimentar e produtos locais de qualidade, suscetível de ser fonte de dinamização e animação, bem como meio motivador e promotor de postos de trabalho;	Baixo grau de associativismo e cooperativismo e de redes de cooperação horizontais e verticais;
Criação da rede de animação cultural e turística entre algumas aldeias do Pinhal;	Estrutura envelhecida da mão-de-obra agrícola e produtores florestais;
Vasto património etnográfico, arquitetónico, cultural, histórico, ambiental e paisagístico de interesse turístico;	Ausência de tecido empresarial de pequena dimensão;
Animação turística tendo em vista a rede hídrica com enormes potencialidades para o sector turismo aventura;	Falta de recursos e equipamentos ligados às tecnologias de informação e comunicação que sirvam de apoio à comunidade
Possibilidade de aproveitamento das identidades locais para afirmação do território e consequente diferenciação;	Desemprego de longa duração e emprego precário;
Bom nível de conservação de algum património construído;	Baixos níveis de formação e qualificação;
Diversidade paisagística, patrimonial e cultural;	Elevado peso relativo no concelho dos níveis de instrução mais baixos;
Atividades tradicionais com potencial turístico;	Ausência ou fraca acessibilidade a equipamentos sociais;
	Má rede de acessibilidades;
Melhoria prevista das acessibilidades;	Problemas ambientais e de ordenamento que ameaçam a identidade regional e nacional;
	Ausência de projetos catalisadores de desenvolvimento;
Potencialidades atendem às tendências da procura turística.	Delapidação do valioso património florestal;
	Degradação do património histórico-natural-cultural;
Aposta na qualidade dos produtos locais,	Desertificação e fluxos externos e internos de migração;
Potencial para o desenvolvimento de vasto leque de produtos;	Pouca qualidade de estruturas turísticas existentes e insuficiente animação turística,
	Descaracterização das aldeias.

Tabela 3: Análise SWOT do território das Aldeias do Xisto

Fonte: CCDRC, 2011 (adaptado)

4. Metodologia Desenvolvida

4.1. Seleção e constituição da amostra

Considerando a importância dos recursos locais para o DR em geral e para o território em análise em particular, a amostra deste estudo inclui: os estabelecimentos comerciais locais (mercearias) enquanto potenciais locais de venda de produtos locais, quer alimentares, quer artesanais; os restaurantes locais, analisados enquanto instrumentos de divulgação gastronómica e consequentemente, de produtos locais ou de produção local; as Lojas de xisto e lojas de artesanato, como principais meios de divulgar a produção e as tradições locais, quer a nível alimentar, quer a nível artesanal; os presidentes da junta de freguesia de cada aldeia enquanto agentes de intervenção diretos no projeto de integração

das aldeias no projeto; a ADXTUR enquanto entidade coordenadora do projeto. De notar que, pela semelhança de tipologia de estabelecimentos, restaurantes e estabelecimentos comerciais serão analisados conjuntamente, bem como as Lojas de Xisto e as de artesanato. Assim a amostra em estudo distribui-se da seguinte forma:

Entrevistado	Estabelecimentos Comerciais	Restaurantes	Lojas do Xisto	Lojas de artesanato	Presidentes de Junta de Freguesia	ADXTUR	Total	Realizadas
Nº entrevistas	8	7	7	2	18	1	43	35

Tabela 4: Distribuição da amostra em análise

4.2. Elaboração dos Instrumentos de recolha e tratamento de informação

A recolha de informação comporta duas fases distintas, uma primeira de reconhecimento do território que conduziu ao levantamento do número de entrevistados que iriam fazer parte da amostra. Seguindo-se a construção e aplicação de guiões de entrevistas, assentes essencialmente na procura da tipologia de recursos mobilizados e vendidos em cada aldeia, bem como a importância dos mesmos para o desenvolvimento das aldeias e da localidade em que se inserem. Procurou-se também saber quais os impactos diretos e indiretos da inserção destas aldeias na RAX e por fim, tentou averiguar-se qual o papel das entidades intervenientes no projeto nas mudanças verificadas.

O método de recolha de informação escolhido foi a entrevista semi-estruturada porque, tal como se referiu inicialmente é um tipo de entrevista que exige a existência de um guião previamente preparado cujo objetivo é o de orientar o desenvolvimento da entrevista aplicada aos três tipos de alvo selecionados. A escolha deste tipo de entrevista como método de investigação deveu-se sobretudo ao factor de poder ser aplicada a diversos participantes na procura da resposta às mesmas questões e pela vantagem de se poder adaptar ao entrevistado. Assim sendo, procedeu-se ao levantamento dos estabelecimentos comerciais de cada aldeia, incluindo comércio tradicional, comércio de artesanato, restaurantes e Lojas de Xisto. Ou seja locais de venda e comercialização de produtos locais (essencialmente artesanato e produtos alimentares).

Algumas entrevistas foram feitas presencialmente, outras por telefone, sendo cada uma delas devidamente gravada e posteriormente documentada numa grelha de análise de

entrevista. Esta grelha foi criada de acordo com as questões colocadas aos entrevistados nos guiões de entrevista, transformadas em categorias, de forma a conseguir uma análise generalista e sistemática. Por forma a manter o animato dos entrevistados, foi-lhes atribuído um número consoante a tipologia de entrevistados em que se inserem. Uma vez que este estudo visa apenas uma análise exploratória em termos de mobilização de recursos locais na RAX, a informação recolhida será tratada de forma sucinta, à exceção das categorias relativas aos recursos locais e sua importância para o desenvolvimento do território em questão.

4.3. Guião de entrevista

O objetivo de cada entrevista efetuada foi o de desenvolver um estudo exploratório sobre a mobilização de recursos na Rede das Aldeias do Xisto.

Procura-se perceber de que forma são mobilizados e vendidos os recursos e os produtos locais de cada aldeia. Isto é, pretende analisar-se se os produtos comercializados na RAX (quer nas lojas de xisto, quer nos comércio locais) são produzidos localmente ou não e quais as razões subjacentes. Pretende-se perceber ainda, quais as implicações diretas e/ou indiretas que a mobilização desses recursos tem em cada um dos territórios em análise, discutindo a sua própria estratégia de desenvolvimento.

Tendo em linha de conta os objetivos subjacentes a esta dissertação, foram elaborados os guiões de entrevista para cada tipologia de entrevistado (presidente de junta de freguesia, comerciantes, lojas do xisto e ADXTUR). Cada guião está dividido em três categorias de perguntas, sendo elas: “Dados relativos ao entrevistado”, “Em relação aos produtos que comercializa” e “Em relação à aldeia enquanto Aldeia do Xisto” (consultar Anexo IV). Assim, a primeira categoria permite essencialmente enquadrar o entrevistado na Rede, de forma a perceber qual a função que nela desempenha. A segunda categoria comporta perguntas acerca dos produtos comercializados nos estabelecimentos comerciais. Questiona-se quais são produzidos na aldeia e no caso dos que não são, qual a sua importância. Procura-se saber ainda qual a importância de ambos os tipos de produtos no desenvolvimento da aldeia. Na terceira categoria, questiona-se a importância da integração da aldeia na RAX, que tipos de mudanças ocorreram e o seu papel na fixação de gente e na atração de visitantes. Questiona-se ainda o papel dos agentes intervenientes no projeto e o que poderia ter sido feito de forma diferente.

V. Análise de Dados

1. Informação recolhida

1.1. Entrevistados

De uma forma genérica a informação recolhida mostra que existem relativamente poucos estabelecimentos comerciais (mercearias) no território da RAX. É também possível perceber que a grande maioria dos entrevistados nesta categoria é idosa ou de meia idade, que emigrou por um período de tempo considerável e que trabalha no estabelecimento, recebendo ajuda esporádica de algum familiar. São estabelecimentos que não possuem qualquer outra função, salvo duas exceções: um que é também posto dos CTT e outro que é também bomba de gasolina. Os produtos comercializados são aquilo a que chamam “as mercearias”, ou seja aquilo que é indispensável, desde produtos alimentares, a produtos de higiene pessoal e produtos de limpeza da casa. A origem destes produtos é na generalidade dos casos exterior à aldeia. Ou seja, os produtos são adquiridos através de fornecedores certificados ou, numa ou outra exceção, comprados pelos entrevistados nas proximidades da aldeia (mais ao nível de enchidos e queijos, produtos típicos da Região Centro).

Quanto aos restaurantes verificou-se, nalguns casos a existência de várias funções no mesmo estabelecimentos, desde alojamento turístico rural/hotel, a Loja do Xisto e/ou artesanato, local de exposição de produtos artesanais ou de promoção de eventos quer da RAX quer de outras naturezas. Os entrevistados nesta categoria trabalham no estabelecimento, muito embora não vivam nem sejam naturais da aldeia (salvo rara exceção), sendo que a maioria tem ao seu serviço entre um a seis empregados, número que varia segundo a época do ano e o “movimento” do estabelecimento. Quanto à origem dos produtos comercializados, a grande maioria admite ter produtos de hortas por eles exploradas, sendo que os restantes são adquiridos, na maioria dos casos, através de fornecedores certificados ou nas proximidades da aldeia, em supermercados ou a produtores certificados. Salienta-se neste ponto a existência de uma lacuna pela não autorização de gravação de entrevista por parte dos presumíveis entrevistados de dois restaurantes.

Quanto às Lojas do Xisto e/ou artesanato, verificou-se que a maioria comercializa produtos distribuídos pela rede, quer alimentares (licores, patês, aguardentes, mel, etc) e artesanais (produtos em madeira, xisto, cortiça, produtos em linho, “mantas de trapos”, etc). Os funcionários das lojas são, em alguns casos habitantes da aldeia, noutros em que a

loja está integrada noutra empresa ou associação (dois casos), residem e são naturais das proximidades das aldeias. Os produtos comercializados que não são distribuídos pela RAX, são de origem local, confeccionados por produtores e/ou artesãos certificados ou produzidos pelos entrevistados.

Os presidentes de junta de freguesia entrevistados foram aqueles que se encontravam em funções de mandato no período de execução desta tese. Recolheu-se, de uma forma generalizada, a sua opinião acerca da importância da mobilização de recursos locais para o desenvolvimento, fixação de pessoas e atração de visitantes de e para cada uma das aldeias. Por aqui é possível, desde já, concluir que na maioria das aldeias a produção existente é para consumo próprio dos habitantes. Salvo exceção de um ou outro produtor de mel e criador de gado certificado. Em termos artesanais são também poucas as aldeias nas quais há ainda artesãos certificados. Nesses casos, a produção é essencialmente de pequena escala. Em termos de comercialização de produtos locais refere-se, nos casos em que existe, a distribuição de produtos feita pela RAX.

Tendo em linha de conta que esta categoria tinha como objetivo enquadrar o entrevistado na Rede é também possível perceber (pelo exposto) a reduzida composição do tecido comercial do território. É ainda perceptível a falha do mesmo em duas características específicas do modelo de desenvolvimento endógeno a aplicar em áreas rurais, nomeadamente ao nível da força dinâmica que deve ser assente no crescimento pelo aproveitamento dos recursos específicos de uma região e no meio básico de *desenvolvimento que supostamente está em empresas e iniciativas locais*.

1.2. Recursos Locais e não locais

Uma vez que o desenvolvimento endógeno espelha a *“esperança de o próprio meio local poder iniciar um processo de desenvolvimento que dê origem a uma economia regional próspera, baseada nas iniciativas e nos conhecimentos técnicos (no saber-fazer) dos habitantes da região [...]”* (Polése 1998, 218), será aqui analisada com maior ênfase a informação recolhida acerca dos produtos comercializados em cada aldeia e o seu papel para o desenvolvimento das mesmas patente na segunda categoria do guião de entrevista (as grelhas de análise destas entrevistas podem ser consultadas no anexo V).

Como referido anteriormente, os produtos comercializados nestes estabelecimentos são, no caso dos estabelecimentos comerciais locais as ditas “mercearias” e no caso dos restaurante, refeições típicas de cada aldeia que tentam incluir ao máximo “produtos da

horta”. Nos casos em que os restaurantes têm também funções de comércio de produtos artesanais e da RAX, esses produtos são adquiridos a artesãos certificados da região, feitos pelo próprio entrevistado ou ainda distribuídos pela RAX.

As principais dificuldades apresentadas pelos entrevistados para a comercialização de produtos localmente produzidos estão essencialmente na avançada idade da população e na conseqüente falta de mão-de-obra e, nas fortes imposições legais à certificação de produtos cuja produção de pequena escala típica destas aldeias não compensa. Desta forma os produtos comercializados são adquiridos, na sua grande maioria, através de fornecedores certificados ou no caso de alguns mais típicos, como enchido ou queijo, na região a produtores certificados. No caso dos restaurantes, são utilizados legumes, fruta e mesmo pão de produção própria, porque na opinião destes entrevistados as pessoas procuram isso mesmo: produtos biológicos, no sentido de “fugir à rotina alimentar” e produtos que sigam as tradições em termos de produção.

Em termos de vantagens para o desenvolvimento da aldeia e da localidade, todos os entrevistados reconhecem a importância dos mesmos enquanto motor de desenvolvimento ressaltando sempre a falta de mão-de-obra para a sua produção e as imposições legais para certificação de produtos. Muitos reconhecem também o papel dos recursos na perpetuação de tradições que estão cada vez mais a perder-se. Outros ainda reconhecem a sua importância enquanto factor de criação de emprego. Quanto à comercialização destes produtos em si, são reconhecidos como forma de aproveitamento dos excedentes agrícolas e logo, como forma de gerar lucro. Consideram ainda a importância destes produtos para fidelizar os visitantes. Vejamos alguns excertos das entrevistas que dão conta destas opiniões: entrevistado nº 4: *“As pessoas procuram estes produtos, essencialmente doçaria”*; entrevistado nº 6: *“Seria importante [a comercialização de produtos locais] para não desperdiçar os excedentes da produção local”*; entrevistado nº 9: *“As compotas incluídas nas refeições, os molhos e os biscoitos que acompanham o café são aqui produzidos. As pessoas procuram isso para fugir à rotina”*; entrevistado nº 10: *“O factor de se poder usar alimentos biológicos na confeção das refeições melhora o seu paladar os visitantes notam a diferença”* e entrevistado nº 11: *“O impacto que tem [a comercialização de produtos locais] é o das pessoas procurarem os produtos locais nas refeições e saberem que estão nelas incluídas, isso faz com que voltem”*.

Quanto aos produtos não locais, são referidos pelos entrevistados como extramente importantes (entrevistado nº 8 ao ser questionado sobre a importância dos produtos não locais comercializados na aldeia: *“uma vez que não há produção local, são extremamente importantes”*) para a sobrevivência da população, isto porque, em muitos casos não há produção local excetuando a produção de horta consoante a época do ano (entrevistado nº 11: *“utilizamos hortaliças cultivadas numa horta explorada pelo restaurante e pão feito no forno comunitário”*).

Há ainda localidades em que o solo é pouco produtivo, aumentando ainda mais a importância destes produtos. Salienta-se ainda a desilusão dos visitantes ao perceber que há muito poucos produtos locais, ou típicos da região para comercialização nestes estabelecimentos, o que se comprova por exemplo na opinião do entrevistado nº 10 que ao ser questionado sobre a importância dos recursos não locais para o desenvolvimento da aldeia refere que *“diminui a expectativa em relação às refeições servidas”*.

Verifica-se no entanto que a maior parte dos produtos comercializados nestes estabelecimentos é de origem não local, sendo adquiridos através de fornecedores ou produtores certificados locais. A grande exceção está no entrevistado nº 12 que admite adquirir produtos certificados produzidos localmente (no Concelho).

No que respeita às Lojas de Xisto, estas comercializam essencialmente produtos alimentares e artesanais distribuídos pela RAX. Os produtos artesanais são feitos, essencialmente por artesãos certificados pela entidade Saber das Mãos e os alimentares comprados a produtores certificados. Como se referiu anteriormente, as restantes lojas possuem igualmente produtos alimentares e artesanais. Ambos traduzem as tradições da localidade em que se inserem, desde produtos representativos da lavoura agrícola (entrevistado nº15 ao ser questionado sobre o tipo de produtos comercializados na aldeia: *“artesanato típico do meio rural e produtos alimentares”*), a produtos alimentares produzidos a partir de produtos caraterísticos da localidade, como a aguardente e o mel utilizados no tratamento de algumas enfermidades, ou a castanha utilizada na alimentação (entrevistado nº15 quando questionado pela tipologia de produtos comercializados: *“produtos feitos com castanha, mel e frutos produzidos na minha própria horta”*). São ainda produtos produzidos pelos próprios entrevistados ou adquiridos na região a artesãos certificados, nalguns casos desempregados, que encontram no artesanato uma forma de se manterem ocupados. Há ainda dois casos em que o artesanato é produzido na própria

aldeia (mantas de trapos e linho) e vendido na loja, o que evita que os artesões se desloquem para a certificação dos mesmos. Os entrevistados nº 15 e nº17 acrescentam ainda, quando questionados acerca da importância dos produtos locais para o desenvolvimento da aldeia que *“São produtos típicos que marcam a caracterização social e cultural da aldeia. A castanha por exemplo, fazia parte da alimentação”* e *“Desenvolve pequenos comércios tradicionais e microeconomias. Ajuda as pessoas na medida em que a produção de pequena escala é comercializada por um valor superior ao de produção”* (respetivamente). Com a modernização gastronómica e científica que se verificou nas últimas décadas perderam-se também algumas tradições, não no sentido de não se praticarem mais, mas no sentido de se ter perdido a forma tradicional de as praticar.

Considera-se por isso que os produtos comercializados pela rede nestas lojas possuem algum valor cultural acrescentado representativo das características deste território comprovado, por exemplo nas palavras do entrevistado nº15 acima citado. Ou seja, ao analisar estes testemunhos percebeu-se que muito do artesanato comercializado nestas lojas é inspirado na lavoura agrícola arcaica que sempre se praticou neste território, como por exemplo as rodilhas de pano utilizadas pelas senhoras quando carregavam pesos na cabeça ou ainda miniaturas de objetos diretamente ligados ao trabalho na terra, alguns tendo como matéria-prima o xisto ou a madeira também abundante na região. Aqui está um dos casos pragmáticos relativos aos recursos locais, nomeadamente aquele que diz que o seu processo de produção está ligado a uma característica geográfica concreta e/ou matérias-primas agrícolas específicas (Ribeiro e Santos 2006, 9-10). Significa isto que a modernização da agricultura preconizada pelas estratégias de DR atuais pode originar a perda destas tradições. Perdem-se tradições, perde-se o sentido da produção deste artesanato exigindo-se um consequente aumento destes artesãos em conseguir traduzir nas suas produções o significado e função destes objetos.

Tendo ainda em linha de conta que um dos objetivos subjacentes à criação da RAX foi a melhoria das condições de vida dos habitantes de cada aldeia duas das Lojas de Xisto são também um lugar de ajuda ao munícipe, onde podem, por exemplo pagar a conta da água ou consultar o médico. Uma destas lojas é ainda o ponto de encontro da aldeia, onde se pode beber um café e conversar. Estas funções não comerciais associadas às Lojas do Xisto são consideradas importantes no sentido que evitam que os aldeões idosos se desloquem (entrevistado nº17). O contributo destas lojas está, de acordo com a opinião dos

entrevistados, no dar a conhecer dos produtos da rede e portanto, na divulgação das aldeias. Está igualmente no manter de tradições, na satisfação de encontrar artesanato invulgar. Os entrevistados salientam a importância dos produtos locais como perpetuação de tradições e como forma de dar a conhecer a rede.

É consenso entre os presidentes da junta de freguesia que a produção de produtos locais nestas aldeias é quase inexistente e na maioria dos casos para consumo da própria população. O que se deve à população envelhecida e às fortes imposições legais na certificação de produtos. Há ainda casos em que a produção de linho ainda é feita, mas no sentido de manter as tradições. Noutros, a matéria-prima é produzida na aldeia, mas transformada fora dela, como é o caso do azeite e do mel entrevistado (nº 22: *“Há produção de azeite, mas só a matéria-prima. O resto do processo é feito fora da freguesia. Há aproveitamento do produto mas não é vendido legalmente. Acontece o mesmo com o mel”*). Tal origina nestes produtos uma perda identitária se se considerarem como produtos representantes da cultura específica de cada aldeia recaindo novamente no caso pragmático dos recursos locais relativo ao seu processo de produção. Salientam ainda a produção de pequena escala de aguardentes, queijos e artesanato (entrevistado nº 26 quando questionado acerca dos produtos comercializados com origem na aldeia: *“produção de pequena escala de aguardente de medronho, de mel e de queijo de cabra. Há ainda duas fábricas que transformam o xisto”*). Os restantes produtos comercializados na aldeia são adquiridos através de fornecedores certificados.

Uma vez que a produção de recursos locais na maioria destas aldeias não é possível, as formas de as dinamizar estão sobretudo na exploração dos seus recursos naturais, ao nível do alojamento turístico, na própria gastronomia, em eventos promovidos pela ADXTUR, na recriação de tradições.

Para estes entrevistados os recursos locais assumem uma grande importância, enquanto elementos promotores das aldeias, nomeadamente ao nível da gastronomia, ou ainda como forma de criação de postos de trabalho. Referem ainda que falta dinamismo no escoamento destes produtos para o exterior e que estão a perder importância (no caso do artesanato) em detrimento de produtos mais modernos e úteis.

Analisadas as opiniões dos entrevistados acerca da mobilização dos produtos locais é possível perceber que muito embora a sua importância para o desenvolvimento das aldeias seja reconhecido pouco se faz ou há a fazer para que essa mobilização tenha lugar

efetivo no desenvolvimento. Certo é que excetuando as Lojas do Xisto muitos poucos (ou nenhum) estabelecimento comercial consegue comercializar esses produtos. Tal explica-se maioritariamente pela idade avançada da população ou pelas exigências na certificação de produtos para venda. Percebeu-se também a necessidade de que se mantenham as tradições associadas a estes produtos, quer a nível gastronómico quer artesanal. Isto porque, segundo a grande maioria dos entrevistados a “alma” destas aldeias está nas tradições e nas suas especificidades que as diferenciam das cidades. É precisamente este elemento diferenciador que atrai pessoas a este território e deve continuar a atraí-los.

1.3. ADXTUR

A informação recolhida e relativa à ADXTUR aparece separada das restantes, principalmente pelo facto de ser a entidade responsável pela criação e gestão da RAX. Como tal as perguntas do guião de entrevistas variam substancialmente, sendo que as categorias daí resultantes são também distintas.

Em relação à rede e aos objetivos traçados, o entrevistado explicitou as motivações subjacentes à criação da rede, os critérios de seleção das aldeias e dos parceiros institucionais a integrar no projeto. Nas palavras do entrevistado as motivações subjacentes à criação da Rede são a *“[congregação dos] principais agentes públicos e privados neste território em torno de uma estratégia de desenvolvimento local, com os olhos no sector do turismo, mas tendo sempre em mente aquilo que é o resultado social, comunitário e da qualidade de vida no conjunto das aldeias deste território. Visa a criação de postos de emprego, a criação de oferta, a melhoria das condições infraestruturais, urbanísticas.”*. Quanto aos critérios de seleção de cada aldeia, o entrevistado refere que *“Cada um dos municípios aderentes à rede na fase inicial propôs um conjunto de aldeias para aderir à rede. Cada proposta foi acompanhada pelo Plano da Aldeia, um documento estratégico que identifica e prioriza um conjunto de intervenções necessárias e a quais os principais contributos de cada uma dessas aldeias e o que portaria para a rede.”* Finalmente em relação aos critérios de seleção de parceiros institucionais é referido que os parceiros escolhidos *“São parceiros de escala regional. Um conjunto de parceiros com os quais temos protocolos. Quanto aos parceiros privados, tenta-se congrega a maioria deles que operam nestes territórios e que possam convergir no sentido dos objetivos que a marca estabelece para o desenvolvimento local. Assegurando condições para prosseguir com os*

objetivos da marca, há um termo de adesão, quer para agentes públicos quer privados que são integrados no modelo de trabalho.”

O entrevistado refere que os objetivos traçados foram alcançados, ou melhor, que continuam a ser alcançados, pois o projeto ainda está a ser concretizado. Relativamente à opinião dos agentes intervenientes em relação à forma como os objetivos foram alcançados, o entrevistado (nº 41) refere: *“No caso dos municípios reconhecem no quadro de atuação da ADXTUR uma função essencial para o desenvolvimento de todo este território, desde logo pela capacidade de ganhar escala, pela agregação que faz dos principais recursos, etc. Pelo lado da participação pública, é reconhecida a importância da ADXTUR na criação de instrumentos de políticas públicas para o desenvolvimento deste território. Na parte dos privados há uma visão clara de que a ADXTUR tem conseguido o melhoramento do seu desempenho económico pelo aumento sistemático, de ano para ano, da base social”*.

Em relação às ações levadas a cabo consideradas mais importantes, o entrevistado refere *“a capacidade de provocar ou estimular a adesão. Ou seja a convergência de objetivos. A perceção conjunta de quais são os principais desafios e a capacidade de os abordar de uma forma conjunta. Sendo que o fator principal é a capacidade técnica, política e estratégica que a ADXTUR tem tido para mobilizar os agentes públicos e privados em torno de um conjunto de objetivos.*

O entrevistado considera que o objetivo da mobilização dos recursos locais como via de promoção turística das aldeias e como forma de promover o desenvolvimento sustentável das mesmas foi alcançado. Para explicitar a opinião dos agentes intervenientes em relação à forma como esse objetivo foi alcançado, o entrevistado faz menção às Lojas do Xisto que funcionam como pontos de acolhimento e como pontos de venda daquilo que são os recursos deste território. Existem três perfis de produtores, desde a produção artesanal, os produtos agro-alimentares São produtos de rede que pela sua capacidade de transportar a identidade territorial está em todas as lojas. Existem também produtos de especificidade mais local. Assim não há dúvida que na perspectiva dos micro produtores, produtores e artesãos do território, as lojas são uma das partes mais interessantes do projeto. É esta também a opinião do entrevistado em relação ao contributo das lojas do Xisto para o desenvolvimento das aldeias e das respetivas localidades.

No que respeita à importância dos recursos locais para o desenvolvimento das aldeias, o entrevistado considera que *“O principal recurso endógeno é o território. O próprio território encarado como o equilíbrio social, ambiental, cultural e até económico. Há produtos que são mais específicos de umas localidades que outras. O recurso endógeno mais importante de todos é o saber-fazer e a utilização de recursos de proximidade, mesmo imateriais”*. Em relação à Rede de Praias Fluviais, o entrevistado constata a existência de uma grande adesão por parte dos visitantes das aldeias. É de resto um elemento importante na atração de visitantes, verificado não apenas na afluência de gente nas praias, como também nos restaurantes a elas associadas. Continua a caminhar-se no sentido da concretização dos objetivos.

Em relação à Rede de percursos refere-se que o objetivo principal da criação da rede foi o de agregar aquilo que é a oferta da visita das aldeias do xisto outras formas de utilizar o território e de contactar de uma forma mais próxima com os valores naturais e até culturais. Nalguns casos os percursos procuram passar pelos pontos de interesse agregados em torno de cada aldeia. Neste momento o objetivo é que todas as aldeias tenham pelo menos um percurso. A monitorização do uso dos percursos é feita por agentes locais que dão conta da consistência do uso dos mesmos, consolidados em épocas diferentes e com motivações diferentes.

1.4. Integração das aldeias na Rede das Aldeias do Xisto

Quanto à opinião dos entrevistados acerca da integração das aldeias na RAX, a grande maioria refere os benefícios daí decorrentes, principalmente ao nível da melhoria do aspeto das mesmas, consequência das obras de reabilitação feitas. Acrescentam ainda que estas mudanças trouxeram “vida” às mesmas, sendo que, em alguns casos, são apontadas como factor decisivo para impedir o desaparecimento de algumas delas. No entanto estas mudanças não são suficientes para fixar pessoas, devido à falta de emprego, de infraestruturas de apoio à população. Possibilitam no entanto a vinda de visitantes, pela divulgação boca-a-boca e das entidades intervenientes no projeto. Quanto a estas últimas, a maioria dos entrevistados reconhece que cumpriram com o papel a que se propuseram. Referem que existe uma falha ou outra, mas nada de negativo a apontar. Criticam a atitude das entidades camarárias na falta de divulgação das aldeias, salientando a importância do

investimento privado, más condições de acessibilidade para algumas delas e na falta de infraestruturas básicas de apoio aos visitantes (sanitários públicos) (entrevistado nº15).

Considerando especificamente a crítica à falta de acessibilidades à aldeia feita pelo entrevistado nº15 revela-se a existência de uma lacuna no projeto, nomeadamente aquela que se refere ao vetor de ação do mesmo ligado à promoção de acessibilidades locais e transversais ao território. Embora seja um caso isolado, por aqui se demonstra que não existem receitas de desenvolvimento aplicáveis à generalidade das áreas rurais. Cada caso deve ser tratado como único. Se não vejamos o caso mencionado pelo entrevistado nº15 que dá conta das condições de acesso à aldeia onde possui uma loja de artesanato: *“é uma estrada de terra batida, pelo meio da serra, esburacada, que no inverno fica enlameada com a chuva”*. Esta situação pode ser considerada como um entrave ao aumento de visitantes nesta aldeia e consequentemente como um entrave ao seu desenvolvimento.

É ainda criticada a existência de aldeias brancas que “de xisto têm muito pouco” e referida a desilusão das pessoas a constatarem essa “falta de xisto”. O que se justifica com opiniões como a do entrevistado nº1 quando questionado acerca do papel das mudanças da integração da aldeia na Rede: *“Desilude as pessoas. O nome está mal inserido, porque sendo esta uma aldeia branca as pessoas procuram xisto e há maioritariamente granito, o que desilude os visitantes”*.

Vejamos alguns dos testemunhos diretos dos entrevistados quanto à integração das aldeias na Rede – entrevistado nº4: *“a aldeia deixou de estar degrada”*; entrevistado nº9: *“a aldeia beneficiou embora tenha muito pouco de xisto, o que desilude os visitantes”*; entrevistado nº14: *“Pela publicidade que é feita às Aldeias do Xisto acredito que o território tira ou está a tirar algum partido, porque a ADXTUR tem investido muito na promoção, o que traz algum retorno no sentido em que há mais pessoas à procura das Aldeias do Xisto”*, entrevistado nº15: *“a aldeia deixou de ser fantasma”*, *“A manutenção do comércio de subsistência (restaurante, café e alojamento) faz com que a aldeia sobreviva”*.

Quanto à capacidade das mudanças verificadas na fixação e atração de pessoas – entrevistado nº4: *“É difícil fixar gente porque não há emprego. A aldeia tem a quarta parte da população que tinha há dez anos”*; entrevistado nº 15: *“não é fácil porque hoje em dia as pessoas querem ter um nível de vida estável que numa aldeia do interior não é possível”*.

E quanto ao papel das entidades intervenientes no cumprimento do papel a que se propuseram – entrevistado nº9: *“Existe um esforço em promover o desenvolvimento das aldeias e a cooperação entre as mesmas. Mas são promovidos alguns eventos pouco viáveis”*; entrevistado nº14: *“A forma como a promoção do território é feita é discutível. E nisso a ADXTUR tem cumprido a sua parte. Agora as entidades camarárias pouco têm feito no sentido de promover a aldeia. O pouco que vem para este território vem mais por iniciativa privada”*, entrevistado nº22: *“Dentro do que era possível fazer-se, fez-se. Mas falta dinamismo por parte das pessoas. A ADXTUR publicita as aldeias embora deve-se intervir em cada território em específico”*.

2. Conclusões

Como se referiu inicialmente, a escolha da Rede das Aldeias de Xisto como estudo de caso prendeu-se com o facto de este ser um projeto regional. Tendo em linha de conta o conceito de DR que Diniz e Gerry (2009,10) definem essencialmente como um *“fenómeno complexo e multifuncional [...]”*³⁰ devendo seguir uma abordagem de desenvolvimento endógena, na qual o território desempenha um papel fundamental enquanto agente valorizador dos recursos locais e aspetos sociais, culturais, técnicos, económicos e incentivador da participação da população nesse desenvolvimento (Natário et al 2001, Ribeiro e Santos 2006, Matos 2000), tomou-se como caso de estudo a RAX.

Tal escolha deve-se primeiramente ao facto dos programas de DR serem considerados instrumentos eficientes de incentivar e mobilizar o desenvolvimento das comunidades rurais, potenciando-as e tornando-as competitivas pela valorização dos seus recursos endógenos. Em segundo lugar o projeto da RAX é um projeto regional que abrange diversas áreas rurais na Região Centro e que retratam de forma clara os problemas que estas áreas enfrentam nos dias de hoje. Além disso, a criação do projeto da RAX está de acordo com os paradigmas atuais de desenvolvimento local com o objetivo último de melhorar as condições de vida das populações rurais (requalificando edifícios, melhorando infraestruturas públicas, fixando e requalificando pessoas, entre outros). Neste sentido

³⁰ Neste sentido, o desenvolvimento em áreas rurais passa por um “processo [dinâmico] que designa a ação social e política na mobilização dos recursos de diversa ordem para benefício de determinados contextos sociais” e que “agrega [no contexto rural] dimensões materiais e imateriais” (Figueiredo 2003,218).

procurou-se perceber as implicações e razões subjacentes à origem e tipologia de produtos comercializados nos estabelecimentos locais da RAX, bem como a adequação do projeto aos propósitos base do DR aqui mencionados.

Neste sentido, os dados obtidos pela aplicação de entrevistas semi-estruturadas dão conta da existência de um território rural, despovoado (na sua grande maioria), envelhecido e, contrariamente ao que se poderia esperar, um território cujo peso do sector primário é reduzido pela falta de modernização no mesmo. Prova disso é que os recursos tradicionais outrora produzidos não o são mais e que a produção agrícola existente é de pequena escala e para consumo das populações. A sua certificação é considerada um entrave à sua comercialização, pois os trâmites legais são demasiado exigentes e de elevado custo para que tal seja possível.

Verifica-se ainda a existência de um dos caso pragmáticos relativos aos recursos locais, nomeadamente aquele que diz que o seu processo de produção está ligado a uma característica geográfica concreta e/ou matérias-primas agrícolas específicas (Ribeiro e Santos 2006, 9-10). Significa isto que a modernização da agricultura preconizada pelas estratégias de DR atuais pode originar a perda destas tradições. Perdem-se tradições, perde-se o sentido da produção deste artesanato exigindo-se um consequente aumento destes artesãos em conseguir traduzir nas suas produções o significado e função destes objetos.

Os produtos não locais são assim apresentados como de extrema importância para o dia-a-dia da população das aldeias e de certa forma uma desilusão para os visitantes que procuram algo característico e genuíno de produção local, como forma de fugir aos “produtos rotineiros” a que se acostumaram. Parece geral a consciencialização da importância dos recursos locais para o desenvolvimento destas aldeias, para a sua divulgação e atração de visitantes, no entanto é um fator improdutivo na fixação de pessoas.

A inserção das aldeias na Rede, salvo uma ou outra exceção (na maioria dos casos, as aldeias brancas), é considerada como favorável nas mudanças operadas, no sentido da mudança do aspeto físico das mesmas e da atração de visitantes que possibilitam que estas aldeias se mantenham “vivas”. Uma vez que não é possível que estas aldeias gerem postos de trabalho (salvo os ligados ao estas mudanças) não é também possível a fixação permanente de pessoas, mas possibilita-se a utilização das casas restauradas como segunda residência, funcionando como escape à rotina da cidade. As Lojas de Xisto parecem ser

consideradas como um fator importante de sucesso na Rede, pela divulgação dos produtos da região, como forma de não deixar que as tradições se percam e como chamariz para novos visitantes. A Rede de Percursos e a Rede de Praias Fluviais são também apresentadas como fatores positivos. Possibilitam o aproveitamento dos recursos naturais do território da RAX, considerados uma das suas maiores potencialidades.

De uma forma geral considera-se que as entidades intervenientes cumpriram com o papel a que se propuseram, mencionando-se ainda a necessidade de cooperação continua para que o projeto se perpetue. É referido que existe sempre algo que poderia ter sido feito de forma diferente, mas que não há aspetos negativos em específico a mencionar.

Quanto à ADXTUR, a entrevista realizada permite concluir que o projeto foi e continua a ser concretizado de forma positiva. A opinião de todos os agentes intervenientes é também positiva e confirmada pelo crescente número de visitantes verificados por ano na totalidade das aldeias. No entanto encontrou-se uma lacuna ao analisar a entrevista nº15 que dá conta da não concretização de um dos vetores de ação do projeto nomeadamente aquela que se refere à promoção de acessibilidades locais e transversais ao território da RAX. Como se referiu acima, tal significa que não existem receitas quanto às estratégias de DR a implementar. Cada caso deve ser tomado como único. Todavia a cooperação e sinergias preconizadas pelo DR devem existir para que, quer os casos de sucesso como os de insucesso possam servir como exemplo.

Uma vez que se referiu no quadro teórico de referência que em termos de políticas de DR as ações a desenvolver devem ter linha de conta a disponibilidade dos recursos da comunidade (independentemente da sua tipologia: recursos naturais, localização do território, trabalho e respetiva qualificação, entre outros), bem como o seu potencial económico, é possível dizer-se que tal não foi completamente conseguido na concretização deste projeto. Muito embora ao questionar o entrevistado nº 41 seja possível admitir que o objetivo de mobilização de recursos locais para desenvolvimento das aldeias tenha sido conseguido, fator é que em muitas delas tais recursos não são produzidos ou são mas em pequena escala para consumo da população. Isto mostra que, salvo as aldeias em que existe Loja de Xisto ou de artesanato a venda de produtos locais em estabelecimentos comerciais não existe ou fica restrita a um ou produto típico comercializado nos “arredores” da aldeia.

Desta forma a análise dos dados obtidos neste estudo permite afirmar que o Desenvolvimento Rural de local, tem muito pouco e a justificação está mesmo na

dificuldade em que os produtores locais encontram no momento da certificação dos seus produtos, bem como todas as imposições legais subjacentes. Apresentam-se no ponto seguinte algumas pistas para (tentar) alterar esta situação em investigações futuras com base nesta temática.

V. Conclusões

1. Notas conclusivas

Como se percebeu ao longo desta dissertação o rural que temos hoje, não apenas em Portugal mas um pouco por toda a Europa, é um rural que foi e continua a ser alvo de algumas transformações e está por isso em mutação. É um rural que tende a modernizar-se, a reestruturar-se (essencialmente ao nível da agricultura e do seu processo produtivo), a diversificar-se e que deve tender para a multifuncionalidade em prol da sua sobrevivência face a uma hegemonia urbana e a um mundo que tende a ser cada vez mais global.

Independentemente das mudanças verificadas nas áreas rurais nas últimas décadas, a questão que persiste é a de saber como fazer a transição global, gradual e harmoniosa de uma base agrícola e produtiva para uma ruralidade de base sócio-territorial, multifuncional e cada vez mais terceirizada, sem por tanto perder o essencial da sua base produtiva (Covas 2006, 108). A resposta passa, como vimos pela constituição de uma “2ª modernidade” que Covas (2006, 108) caracteriza como o encontro do equilíbrio entre produção, conservação e recreação (três polos da nova economia de DR), através da conservação dos recursos escassos, do acrescento de valores a atividades tradicionais, pela criação de produtos novos e pela recriação de amenidades.

Muito embora as áreas rurais apresentem vários problemas (particularmente em Portugal)³¹ facto é que existem também potencialidades. Potencialidades estas que incluem tantos as existentes no passado (tradições, artesanato, gastronomia) como as atuais (resultantes da modernização de áreas rurais) e que devem ser aproveitadas conjuntamente no sentido de desenvolver de forma sustentável estes territórios. Neste sentido as políticas e estratégias de desenvolvimento adotadas em meio rural devem atentar nas características específicas de cada uma delas.

Como vimos também ao longo deste estudo o conceito de DR é um conceito complexo e multifuncional em muito devido á heterogeneidade de áreas rurais existentes. Quanto à implementação de políticas conducentes ao DR em Portugal constata-se que se

³¹ E que se traduzem nas palavras de Cavaco (2004, 100) e de uma forma geral, num “*problema de densidades: densidades de população (...), de atores e das suas relações, de iniciativas, institucionais e privadas, de capacidade organizativa, densidade de atividade económica, de capitais, de mão-de-obra qualificada, de saberes e competências, de criação de emprego, de infraestruturas, de serviços [e] de centros urbanos*”

elaboram e executam cada vez mais estratégias de desenvolvimento endógeno, potenciadoras dos recursos específicos de cada local que surgem como fator fundamental para o crescimento económico de base regional e local (Nunes 2003, 11). Verificamos, no entanto, que não existem receitas para que este seja aplicado com sucesso. Cada caso é um caso e por isso, tal como se referiu a cima, as políticas e estratégias de DR adotadas devem atentar nas especificidades de cada território.

Considerando a temática desta tese relacionada com a procura da origem dos produtos mobilizados e vendidos nas Aldeias do Xisto, foi possível perceber (pelo menos em teoria) a importância dos recursos locais para o desenvolvimento das áreas rurais em declínio. Tal importância está enfatizada na abordagem endógena do desenvolvimento que preconiza o *“desenvolvimento que se alcança, através da mobilização integral dos recursos das diferentes regiões para satisfação prioritária das respetivas populações [e que] deve ser desencadeado, ao nível das mais pequenas unidades territoriais”* (Reis 2012, 158). Constatada a diversidade de recursos locais existentes percebeu-se também a importância do turismo enquanto elemento potenciador desses recursos e, consequentemente, enquanto elemento de DR.

Uma ideia importante a reter acerca do DR em Portugal tem a ver com os programas de DR existentes. Neste sentido ressalta-se o dito acima sobre o assunto que, muito embora o país tenha passado por transformações favoráveis nas últimas décadas (nomeadamente ao nível da melhoria de qualidade de vida dos cidadãos, na realização de importantes obras infraestruturais e na modernização da economia), tal não é ainda suficiente para acompanhar o ritmo da restante Europa, o que origina, claramente, um problema de competitividade à economia portuguesa. Torna-se assim necessária a criação e implementação de uma *“política exigente de otimização de recursos públicos, de investimento no conhecimento e saber, na reestruturação e ganhos de produtividade das empresas, na procura de novos e melhores mercados”* cuja concretização depende da existência de um equilíbrio crescente entre regiões e territórios, bem como do aumento do bem-estar das suas populações (MADRP 2007, 3). Independentemente de todos os esforços concretizados até hoje, a agricultura portuguesa e o seu complexo agro-florestal (que ocupa um peso relativo em termos económicos e sociais) não foge a este panorama

Relativamente ao caso do estudo, o objetivo a alcançar foi o de procurar a origem dos produtos mobilizados e vendidos nas Aldeias do Xisto. Ou seja, pretendeu-se analisar

se os produtos comercializados nestas aldeias, quer nas Lojas do Xisto, quer nos comércios locais, são produzidos localmente ou não e quais as razões subjacentes. Tentou-se também perceber quais as implicações diretas e/ou indiretas que a mobilização desses recursos tem em cada um dos territórios em análise, em termos do seu desenvolvimento.

Escolheu-se como método de investigação a entrevista semi-estruturada, pelas vantagens que apresenta. Neste sentido foram entrevistados comerciantes locais, restaurantes, Lojas do Xisto e/ou de artesanato. Estes foram questionados acerca da origem dos produtos que comercializam e da importância da integração de cada uma das aldeias na RAX. De uma forma geral, a conclusão que se retira destas entrevistas é a de que, embora de uma forma genérica o objetivo da mobilização dos recursos locais para a promoção do desenvolvimento do território das Aldeias do Xisto subjacente à criação da RAX foi conseguido. No entanto foi possível constatar que estes produtos são essencialmente comercializados nas Lojas do Xisto e salvo raras exceções, são produzidas nas aldeias por artesãos/produtores locais. A grande maioria destes produtos é distribuído pela RAX e creditado pela entidade Saber das mãos.

Esta situação é justificada pela avançada idade da população deste território e pela produção de pequena escala que não justifica os custos de certificação de produtos exigida legalmente. Sublinha-se no entanto a importância da existência dos recursos locais enquanto factor positivo na atração de turistas, no perpetuar de tradições e como elemento essencial de sobrevivência de algumas destas aldeias. De uma forma geral não se notou grande divergência ao questionar os vários tipos de entrevistados. Existe a consciencialização da importância dos produtos locais no desenvolvimento das aldeias. No caso em que a produção é reduzida ou inexistente reconhece-se a necessidade de ver esse panorama alterado, faltam no entanto meios, essencialmente ao nível da mão-de-obra e incentivos quer por parte do poder local quer pelos trâmites legais exigidos na certificação de produtos.

Tal como referimos a cima, a análise dos dados obtidos neste estudo permite afirmar que o Desenvolvimento Rural de local, tem muito pouco e a justificação está mesmo na dificuldade em que os produtores locais encontram no momento da certificação dos seus produtos, bem como todas as imposições legais subjacentes. Apresentam-se no ponto seguinte algumas pistas para (tentar) alterar esta situação em investigações futuras com base nesta temática.

2. Pistas para investigações futuras e limitações deste estudo

A Rede das Aldeias do Xisto é, segundo os agentes intervenientes, um exemplo a ter em conta na promoção e desenvolvimento das áreas rurais em declínio. Neste sentido importa que, em projetos futuros semelhantes que se tenha consciência da importância da cooperação entre os agentes intervenientes, não apenas no momento da criação e execução do mesmo, mas também *a posteriori* no sentido de manter os resultados obtidos.

Quanto ao projeto da RAX em específico, verificou-se um impacto negativo naquelas que são as aldeias brancas (Sarzedas, Álvaro e Pedrógão Pequeno). Nestes casos deveria ser repensada a estratégia de desenvolvimento, de forma a mostrar aos visitantes as potencialidades destas aldeias que aliadas ao xisto, motivaram a sua integração na rede.

Quanto aos recursos locais, tornou-se evidente pelas entrevistas aplicadas que existe uma grande procura pelos mesmos por parte dos visitantes. Procuram produtos genuínos e característicos. O ideal, no sentido de manter vivas as tradições e no sentido de divulgar essas tradições, traduzidas em produtos alimentares e em artesanato, seria vendê-los fora da rede, em lojas espalhadas um por pouco por todo o país, para que as pessoas que já os conhecem possam continuar a consumi-los e para que as que não os conheçam possam conhecer e ter curiosidades em visitar as aldeias.

Uma outra sugestão vinda diretamente da análise das entrevistas e que foi sendo um pouco falada por alguns dos entrevistados, passa pela criação de cooperativas em cada aldeia no sentido de facilitar a certificação de produtos locais, facilitando assim a sua venda e divulgação.

Considera-se como principal limitação deste estudo o factor de não ter sido possível aplicar todas as entrevistas pretendidas aquando do levantamento dos entrevistados em trabalho de campo.

VII. Bibliografia

BARRETO, A. 2002. Mudança social em Portugal: 1960-200. Work paper 6-02. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

BARROS, C., Vitor. 1998. Desenvolvimento rural na última década. *Jornal da Serra* n°27. In *LOCO – A rede para o Desenvolvimento Local – Edição Especial 2*.

BAPTISTA, Mendes, A.J. 2004. Comunicação do autor no Seminário Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural, organizado pela Rede Portuguesa LEADER+ com a Federação Minha Terra. Covilhã

BAPTISTA, O., Fernando. 2006. O rural depois da agricultura. In *Desenvolvimento e Território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares do turismo e lazer*. Coordenação: Maria Lucinda Fonseca. Edição: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 85-107.

BAPTISTA, O., Fernando. 2011. Os contornos do rural. In *O Rural Plural – olhar o presente, imaginar o futuro*. Coordenação de Elisabete Figueiredo. Coleção Territórios da mudança. Castro Verde: Edição 100Luz, 49-58.

BATISTA, Paulo e Elisabete FIGUEIREDO. 2011. Caminhos possíveis do rural em Portugal: as prioridades do novo programa de desenvolvimento rural. In *O Rural Plural – olhar o presente, imaginar o futuro*. Coordenação de Elisabete Figueiredo. Coleção, Territórios da mudança. Castro Verde: Edição 100Luz, 275-290.

BENKO, G. e M. MUNFORD. 1991. *Industrial Change & Regional Development: the transformation of new industrial spaces*. Londres: Belhaven Press.

CABUGUEIRA, Artur. 2000. Do Desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Local. Análise de alguns aspetos da política económica regional. In *Gestão e Desenvolvimento*, 103 – 136.

CALVÁRIO, Rita. 2010. O Desenvolvimento Rural da União Europeia: Agricultura, Ambiente e Território. Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências da Universidade Nova de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental.

CARNEIRO, Inês. 2004. O Desenvolvimento Rural em Portugal: dos discursos à prática. In II Congresso de Estudos Rurais. Grupo 4: Instituições e Políticas: da inércia à mudança. Cidade: Editora ou Universidade

CARNEIRO, Inês. 2005. O Desenvolvimento Rural em Portugal: caminhos percorridos e por percorrer... A contribuição do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER para uma política de Desenvolvimento Rural em Portugal. Conferencia Políticas Publicas para o Desenvolvimento. Lisboa: ISCTE.

CARNEIRO, M^a. João; Paulo BATISTA; Sandra VALENTE. IV Congresso de Estudos Rurais. Mundos Rurais em Portugal - Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros. Livro de Actas, i-x. Universidade de Aveiro

CAVACO, Carminda. 2004. Desafios de Desenvolvimento Rural – Notas de leitura. *Finisterra XXXIX*, 78, 99-112.

C.C.E. 1988. The Future of Rural Society, Bulletin of The European Communities, 4/88. Bruxelas.

CCDRC, 2010. Recursos e territórios – Uma geografia de territórios. Edição e coordenação da CCDRC. Texto de Ana Pires.

CCDRC, 2011. PO Centro 2000-206. Relatório Final de Execução. União Europeia. Disponível em

https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=158&Itemid=144&lang=pt, consultado a 3 de Julho de 2013.

CE. 1988b. The future of rural society. Commission communication transmitted in the Council and the European Parliament on 29 July 1988.

CE. 1999. Inovação em meio rural. Dossiers LEADER II. Caderno nº4: Avaliar o valor acrescentado da abordagem LEADER. Capítulo 3: Questões e implicações estratégicas da avaliação para cada especificidade. Observatório europeu LEADER. Disponível em <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/spec/sub31.htm>, consultado a 29 de Janeiro de 2013.

CE – DGA. 2001. Capítulo I: Génese da política europeia de Desenvolvimento Rural. *In Guia Pedagógico da Ação LEADER – LEADER, de uma iniciativa a um método.* Observatório Europeu LEADER/AEIDL.

CE – DGADR. 2006. *Abordagem LEADER – Um guia básico.* Luxemburgo: Serviços de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

CE – DGADR. 2012. Políticas Agrícola Comum – Uma parceria entre a agricultura e o Desenvolvimento Rural. Luxemburgo: Serviços de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

CORREIA, Teresa (coordenação); Bas BREMAN (equipa); Victor JORGE (equipa); Milena DNEBOSKÁ (equipa). 2006. Estudo sobre o Abandono em Portugal Continental. Análise das dinâmicas de Ocupação do Solo, do Sector Agrícola e da Comunidade Rural. Tipologias de Áreas Rurais. Estudo realizado ao abrigo do Protocolo de Colaboração assinado em Novembro de 2004 entre o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural Pescas e a Universidade de Évora. Universidade de Évora, departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico.

COVAS, A.; 2006. A ruralidade do nosso tempo: decálogo para uma 2ª modernidade. *In Desenvolvimento e território, espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares do turismo e lazer*. Edição por Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Lisboa, 107-125.

COVAS, A.; 2011. Futuros do mundo rural: de espaço produtor a espaço produzido: mercados emergentes e neo-rurais. *In O Rural Plural – olhar o presente, imaginar o futuro*. Coordenação de Elisabete Figueiredo. Coleção Territórios da mudança. Castro Verde: Edição 100Luz, 59-70.

CRAVEIRO, D.; DIAS-SARDINHA, I.; MILHEIRAS, S. 2013. Industrial heritage tourism as the trigger for local development of a post-mining área in the southeast of Portugal: perception of the locals and the visitors. *In Fertile links? Connections between tourism activities, socioeconomic contexts and local development European rural areas*. Edited by Elisabete Figueiredo and António Raschi. Firenze University Press. 71-92

CUNHA, Arlindo. 2004. *A Política Agrícola Comum na era da Globalização*. Coimbra: Almedina.

CUSSECALA, Arsénio, Joel OLIVEIRA, José DIAS. 2009. Turismo Rural e Desenvolvimento Local: Estudo de caso na aldeia de Vale Formoso. Projeto de 1º Ciclo (Licenciatura) de Estudos do Ensino Superior - Universidade da Beira Interior, Covilhã.

DINIZ, Francisco; Chris GERRY. 2009. A Problemática do Desenvolvimento Rural. *In Compêndio Economia Regional*. Volume I – teoria, temáticas e políticas. Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp. Cascais: Princípia, 519-553.

FARRELL, Gilda e Samuel THIRION. 2001. A competitividade dos territórios rurais à escala global. Conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiencia LEADER. *In Inovação em meio rural*. Caderno nº6 – Fascículo nº5.

FERRÃO, João. 2000. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro. *In Sociologia, Problemas e Práticas* 33, 45-54.

FIGUEIREDO, Elisabete. 1993. O Desenvolvimento Rural em questão – *Das novas condições às novas políticas*. Universidade de Aveiro - Departamento de Ambiente e Ordenamento.

FIGUEIREDO, Elisabete. 1994. O espaço rural em questão: contributo para uma reflexão em torno do conceito de ruralidade. *In Rurália – Revista da Ruralidade* (3), 23-31.

FIGUEIREDO, Elisabete. 2003. Um Rural para viver, outro para visitar – o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais. Tese de Doutoramento apresentada na Universidade de Aveiro - Departamento de Ambiente e Ordenamento.

FIGUEIREDO, Elisabete. 2003. Sol na Eira e Chuva no Nabal – Que rural propõem as políticas de desenvolvimento? *In Actas do V Colóquio Hispano - Português de Estudos Rurais – Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada. Tema B – As Políticas de Desenvolvimento Rural e os Novos Modelos de Utilização do Espaço*. Escola Superior Agrária de Beja, 1-7.

FIGUEIREDO, Elisabete. 2010. Introdução. *In IV Congresso de Estudos Rurais (CER) – Mundos rurais em Portugal: múltiplos olhares, múltiplos futuros*. Coordenação de Elisabete FIGUEIREDO; Elisabeth KASTENHOLZ; M^a. Celeste EUSÉBIO; M^a. Cristina GOMES. Universidade de Aveiro

FIGUEIREDO, E; KASTENHOLZ, E; LIMA, J. 2013. Recreating rurality tourism – visions of hosts and guests in two portuguese villages. *In Fertile links? Connections between tourism activities, socioeconomic contexts and local development European rural areas*. Edited by Elisabete Figueiredo and António Raschi. Firenze University Press. 43-70

FIGUEIREDO, E.; RASCHI, A. 2013. Fertile links? Connections between tourism activities, socioeconomic contexts and local development European rural areas. Edited by Elisabete Figueiredo and António Raschi. Firenze University Press. 7-16.

GALVÃO, M^a. João e Nicole VARETA. 2010. A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento. *In Cadernos: curso de doutoramento em geografia* (2) 61-86.

GPPAA, *s.d.* Portugal rural: territórios e dinâmicas. Ministério da Agricultura.

INE, IP. 2011. Anuário Estatístico da Região Centro – 2010. Edição de 2011. Lisboa, Portugal, 33-35 e 75-79.

JOUEN, Majorie. 2000. A Europa rural na viragem do terceiro milénio. Palavra-chave: “diversidade. Introdução ao Atlas LEADER du développemr rural. *In* O mundo rural Europeu – LEADER Magazine (25). Disponível em <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/model/art01.htm>, consultado a 9 de Setembro de 2013.

LOPES, António. 2002. Globalização e Desenvolvimento Regional. *In* Gestão e Desenvolvimento 11 (2002). 9-25.

LIMA, Aida. 2006. A valorização social e económica dos recursos dos territórios rurais no contexto das sociedades modernas. *Cidades – Comunidades e Territórios* (12)13, 151-158 (<http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/model/art01.htm>).

MADRP – Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas. 2005. Grupo de Reflexão – Orientações para uma estratégia de Desenvolvimento Rural. Desenvolvimento Rural 2007-2013. Documento 27.12.2005 rev1.

MADRP - Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas. 2007. Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013.

MARTINHO, Vitor. 2000. Reflexões sobre o Desenvolvimento Rural Nacional. *In* Millenium, 19. Instituto Politécnico de Viseu. Campus Politécnico, Viseu

MARQUES, A. P. S. 2010. Da construção do espaço à construção do território. *Fluxos e Riscos* (1) 1. Edições Universitárias Lusófonas, 75-88.

MONTEIRO, Ivânia. 2011. O Turismo como motor de desenvolvimento local em áreas rurais. O caso do projeto da Rede das Aldeias do Xisto – Proposta de intervenção. Trabalho de projeto para a obtenção de grau de mestre em Gestão do Turismo variante de Território e Desenvolvimento. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

MORTÁGUA, Camilo. 1998. Existem ou não políticas de desenvolvimento local no nosso país? *In* A rede para o desenvolvimento local – Edição especial. Revista para o Desenvolvimento Local

MATOS, A. J. F. 1998. O Ordenamento do Território nos Modelos de Desenvolvimento Regional. *In* Emprego e Desenvolvimento Regional, Atas do V Encontro

Nacional da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (II) Coimbra: APDR, 1151-1167.

MATOS, António. 2000. Ordenamento do território e Desenvolvimento Regional. Dissertação apresentada à Universidade da Beira Interior para a obtenção do grau de doutor em Economia. Universidade da Beira Interior, Departamento de Gestão e Economia. Covilhã.

NATÁRIO, M^a. Manuela, Ascensão BRAGA, Constantino REI. A valorização dos recursos endógenos no desenvolvimento dos territórios rurais. Pluris 2010 – The Challenge of Planning in a web wide world. Paper 580. (disponível em http://pluris2010.civil.uminho.pt/congresso_actas_ID.html).

NATÁRIO, Manuela, Ascensão BRAGA, Constantino REI. 2011. A produção biológica e o desenvolvimento das regiões: o caso da Beira Interior. *In O Rural Plural – olhar o presente, imaginar o futuro*. Coordenação de Elisabete Figueiredo. Coleção Territórios da mudança. Castro Verde: Edição 100Luz, 133-146.

NOVAIS, Ana Maria; Fernando LOURENÇO, Fernando Oliveira BAPTISTA. 2000. Uma leitura do rural. Documento de Trabalho n.º 18 do Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural do Instituto Superior de Agronomia. Lisboa.

NUNES, Sérgio. 2003. Abordagens políticas de Desenvolvimento Regional. Instituto Politécnico de Tomar. Escola Superior de Tecnologia. Departamento de Gestão do Território

OCDE. 2001. Multifunctionality, Towards an Analytical Framework. Organization for Economic Cooperation and Development. Paris: OECD Publications Service.

OLIVIA, J.; CAMARERO, L. 2013. Touristic process, generic rurality and local development. *In Fertile links? Connections between tourism activities, socioeconomic contexts and local development European rural areas*. Edited by Elisabete Figueiredo and António Raschi. Firenze University Press. 19-43

PIRES, Ana. 2010. O Xisto. As Aldeias. E as Gentes. *In Recursos e Território – Uma Geografia de Esperança*. Edição e coordenação pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. 68-83.

PINTO-CORREIA, T. 2007. Multifuncionalidade da Paisagem Rural: novos desafios à sua análise. *In Inforgeo*, 67-71.

PINTO-CORREIA, T., F. BARROSO, H. MENEZES, T. SANTOS, R. TAVEIRA. 2007. Que multifuncionalidade na paisagem rural: sinergias e conflitos entre a agricultura e funções não produtivas. Aplicação ao concelho de Castelo de Vide. In *III CER*. Faro: Universidade do Algarve.

POÇAS, Eva. 2006. A diversidade de espaço rural do continente português. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Economia Agrária e Sociologia Rural do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

POLESE, M. 1998. Économie urbaine et regionale: logique spatiale des mutations économiques. Cartago: Editorial Tecnológica de Costa Rica.

PORC. 2000. Programa Operacional da Região Centro 2000-2006. Quadro Comunitário de Apoio III. União Europeia.

PORTELA, José. 1997. O meio rural em Portugal: entre o ontem e o amanhã. Comunicação apresentada ao Seminário Internacional “A Revitalização do Mundo Rural e o Ordenamento do Território”. Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local, Lisboa.

QUERCUS. 2006. Parecer – Plano Nacional de Desenvolvimento Rural. Direção Nacional da Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza.

RIBEIRO, J. Santos. 2006. Produtos do território e Desenvolvimento Local.

REIS, Paula. 2012. Desenvolvimento Local: o binómio turismo / áreas rurais nas estratégias de Desenvolvimento Local. *Exedra* (6) 155-172.

SANTOS, Norberto e Lúcio CUNHA. 2007. Novas oportunidades para o espaço rural – Análise exploratória no centro de Portugal. VI Congresso de Geografia Portuguesa. Instituto de estudos geográfico. Universidade de Coimbra.

SILVA, Manuela. 1964. Oportunidades do Desenvolvimento Comunitário em Portugal – Análise social. 498-510.

SILVA, Maura. 2009. Aldeias de Xisto – construção das imagens do turismo. Caso de estudo – Gondramaz. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

SILVA, Rogério. 2005. AGRO 62 – Resultados dos levantamentos territoriais. In *Animar em movimento*, Setembro/Dezembro. Disponível em http://www.animar-dl.pt/index/vez_e_voz/2005/agro_62.

STOHR, W. B. e D. R. F. TAYLOR. 1981. *Development from Above or Below? The Dialectics of Regional Planning in Developing Countries*. Londres: John Wiley & Sons, Lda.

VASQUEZ-BARQUERO, A. 1995. A Evolução Recente da Política Regional. A Experiência Europeia. *In* Notas Económicas, Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, nº6. 24-39.

VIEIRA, Catarina. 2008. Desenvolvimento ao “sabor” do turismo? O caso da Serra da Estrela. Tese de Mestrado apresentada na Universidade de Aveiro - Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial.

VIEIRA, Catarina e Elisabete FIGUEIREDO. 2011. “Juntar a fome à vontade de comer” – Ligação entre o turismo rural e os produtos agro-alimentares. *In* O Rural Plural – olhar o presente, imaginar o futuro. Coordenação de Elisabete Figueiredo. Coleção Territórios da mudança. Castro Verde: Edição 100Luz, 105-120

Webgrafia

Europa 2020, disponível em http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/index_pt.htm, consultado em 17 de Agosto de 2013

Fundos Estruturais Europeus, disponível em <http://www.qca.pt>, consultado em 17 de Agosto de 2013

Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEOGA), disponível em http://europa.eu/legislation_summaries/agriculture/general_framework/160032_pt.htm, consultado a 17 de Agosto 2013

Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER), disponível em <http://www.proder.pt/conteudo.aspx?menuid=329&eid=263>, consultado a 16 de Agosto de 2013

O futuro da PAC pós 2013, disponível em <http://www.gpp.pt/pac2013/>, consultado a 17 de Agosto de 2013

Taxa de atividade total, disponível em <http://www.pordata.pt/Municipios/>, consultado a 23 de Outubro de 2013

Taxa de atividade segundo os Censos, disponível em <http://www.pordata.pt/Municipios/>, consultada a 23 de Outubro de 2013

População empregada por sector de atividade, disponível <http://www.pordata.pt/Municipios/Populacao+empregada+segundo+os+Censos+total+e+por+sector+de+atividade+economica-145>, consultado a 23 de Outubro de 2013

Anexos

Anexo I – Esquema representativo de operacionalização de conceitos

1. RAX

Conceito	Operacionalização	Perguntas de investigação
RAX	Solução para os problemas de algumas áreas rurais portuguesas	A RAX surgiu, em grande medida, como forma de colmatar alguns dos problemas das Aldeias do Xisto. Foi possível solucionar esses problemas? Se não o que falhou? O que poderia ter sido feito de forma distinta?
	ADXTUR e respetivos parceiros institucionais	A ADXTUR e os restantes parceiros intervenientes no projeto da RAX têm sido agentes de mudança eficientes e competentes?
	Recursos locais	A mobilização dos recursos locais é feita essencialmente para a venda nas Lojas de Xisto da RAX e nas mercearias locais para consumo da população? Onde são produzidos esses recursos? Localmente, na região ou fora dela? Quais as dificuldades que se encontram na mobilização desses recursos? Quais as vantagens da sua venda /utilização?
	Melhoria das condições de vida das populações da RAX Requalificação do território rural da RAX	A requalificação do território rural tem contribuído para a melhoria das condições de vida das populações locais? Até que ponto essas melhorias atraem mais visitantes?

Tabela 5: Operacionalização do conceito RAX

2. Recursos Locais

Conceito	Operacionalização	Perguntas de Investigação
Recursos locais	<pre> graph LR Mobilização --> Venda Mobilização --> ConsumoLocal[Consumo local] Venda --> Mercarias[Mercarias Lojas do Xisto] </pre>	<p>Considerando a importância da mobilização dos recursos locais (artesanato e produtos alimentares locais) enquanto instrumento de DR:</p> <p>A sua mobilização é feita essencialmente para a venda nas Lojas do Xisto da RAX e nas mercearias locais para consumo da população? Onde são produzidos esses recursos? Localmente, na região ou fora dela? Quais as dificuldades que se encontram na sua mobilização? Quais as vantagens da sua venda / utilização?</p>
	<pre> graph LR Tipologia --> Artesanato[Artesanato] Tipologia --> Produtos[Produtos alimentares] </pre>	
	<p>Importância dos recursos locais</p>	
	<pre> graph LR Origem --> Local[Local] Origem --> Exterior[Exterior] </pre>	

Tabela 6: Operacionalização do conceito Recursos Locais

3. Turismo

Conceito	Operacionalização	Perguntas de investigação
Turismo	<p>Rede de praias fluviais</p>	<p>A rede de praias fluviais tem sido uma boa forma de atrair visitantes? Os valores naturais que lhe estão associados têm sido preservados? Sendo a rede de praias fluviais um produto turístico, como tem sido feita a sua articulação com as restantes potencialidades locais?</p>
	<p>Rede de percursos</p>	<p>A rede de percursos tem contribuído para o aumento de visitantes às aldeias do xisto? Qual a opinião dos visitantes sobre os mesmos?</p>
	<p>Recursos locais</p>	<p>A mobilização dos recursos locais é feita essencialmente para a venda nas Lojas de Xisto da RAX e nas mercearias locais para consumo da população? Onde são produzidos esses recursos? Localmente, na região ou fora dela? Quais as dificuldades que se encontram na mobilização desses recursos? Quais as vantagens da sua venda / utilização?</p>
	<p>Melhoria das condições de vida das populações da RAX</p>	<p>A requalificação do território rural tem contribuído para a melhoria das condições de vida das populações locais? E para atrair mais visitantes?</p>
	<p>Requalificação do território rural da RAX</p>	

Tabela 7: Operacionalização do conceito Turismo

4. DR

Conceito	Operacionalização	Perguntas de investigação
DR	ADXTUR e restantes parceiros institucionais	A ADXTUR e os restantes parceiros intervenientes no projeto da RAX têm sido agentes de mudança eficientes e competentes?
	Recursos locais	A mobilização dos recursos locais é de extrema importância para que haja DR. No caso das aldeias do xisto a sua mobilização é feita essencialmente para a venda nas Lojas de Xisto da RAX e nas mercearias locais para consumo da população? Onde são produzidos esses recursos? Localmente, na região ou fora dela? Quais as dificuldades que se encontram na mobilização desses recursos? Quais as vantagens da sua venda /utilização?
	Turismo	O turismo é também um instrumento de DR. As potencialidade de turismo presentes nas aldeias do xisto têm sido potenciadas para promover o desenvolvimento dessas áreas?

Tabela 8: Operacionalização do conceito DR

Anexo II – Caracterização da População

Tabela

9:

NUTS II	Município	Pop. Res. (total)	D.P. (hab/km ²)	T.C.E. (%)	T.C.N. (%)	T.B.N. (‰)	T.B.M. (‰)	I.E. (n°)
PIN	Arganil	12382	37,2	-1,15	-0,99	16,9	2,3	239
	Figueiró dos Vinhos	6676	38,5	-1,13	-0,99	14,7	3	248,3
	Góis	4236	16,1	-1,99	-1,82	22,9	3,7	288,2
	Lousã	20181	145,8	2,31	0,06	8,4	3,6	119,4
	Miranda do Corvo	13864	109,7	0,25	-0,47	10,9	1,9	161,3
	Oliveira do Hospital	21354	91,1	-0,72	-0,65	13,4	3,3	168
	Pampilhosa da Serra	4035	10,2	-3,07	-2,29	27,1	1,7	462,7
	Pedrógão Grande	3963	30,8	-1,63	-1,78	22,5	2,5	315,9
	Penela	6143	45,6	-0,78	-0,78	15,2	1,9	232,8
	Total	92834	525,00	-7,91	-9,71	152	23,9	2235,6
PIS	Oleiros	5512	11,7	-2,05	-1,51	19,4	2,5	532,3
	Proença-a-Nova	8566	21,7	-1,67	-1,52	19,1	3,6	312,6
	Sertã	15359	34,4	-0,99	-0,72	14	3,8	217
	Vila de Rei	2988	15,6	-1,76	-2,39	29,2	4,2	272,1
	Total	32425	83,4	-6,47	-6,14	81,7	14,1	1334
BIS	Castelo Branco	53270	37	-0,67	-0,47	12,9	4,1	179,3
	Total	53270	37	-0,67	-0,47	12,9	4,1	179,3
CB	Covilhã	51145	92,1	-0,95	-0,41	11,8	3,2	173,6
	Fundão	30462	43,5	-0,78	-0,79	13,9	3,7	217,1
	Total	81607	135,6	-1,73	-1,2	25,7	6,9	390,7
Total Aldeias do Xisto		187026	781	-2,51	-1,99	79,7	16,5	4139,6
Portugal		10636979	115,4	-0,01	-0,04	9,5	10	120,1
Região Centro		2375902	84,3	-0,22	-0,34	8	11,4	152,9
Total PIN		136547	52,2	-0,37	-0,74	6,8	14,1	187

Caracterização da população das Aldeias do Xisto (2011)

Fonte: INE,IP; 2011(adaptado)

NUTS II	Município	Taxa de atividade Total (%)	População empregada por sector de atividade (indivíduos)			
			Total	Primário	Secundário	Terciário
PIN	Arganil	44,1	4287	181	1665	2441
	Figueiró dos Vinhos	43,8	2050	86	559	1405
	Góis	40,8	1400	88	436	876
	Lousã	55,9	7371	203	1964	5204
	Miranda do Corvo	53,1	5386	153	1128	4105
	Oliveira do Hospital	49,6	7939	204	3410	4325
	Pampilhosa da Serra	32,9	1240	26	394	820
	Pedrógão Grande	40,5	1201	74	283	844
	Penela	45	2128	50	612	1466
	Total	405,7	33002	1065	10451	21486
PIS	Oleiros	34,7	1753	155	559	1039
	Proença-a-Nova	40,7	2757	177	861	1719
	Sertã	45,4	5687	373	1776	3538
	Vila de Rei	38,1	1074	44	304	726
	Total	158,9	11271	749	3500	7022
BIS	Castelo Branco	52	22791	571	5656	21994
	Total	52	22791	571	5656	21994
CB	Covilhã	50,7	19739	448	5809	13482
	Fundão	47,5	10528	686	2859	6983
	Total	98,2	30267	2276	8668	20465
	Total Aldeias do Xisto	714,8	97331	4661	28275	70967
	Portugal	55,9	4361187	133386	1154709	3073092
	Região Centro	52,6	940211	35018	282800	622393
	Total PIN	47,7	48737	1610	15961	31166

Tabela 10: Taxa de atividade total e população empregada total e por sector de atividade (2011)
 Fonte: <http://www.pordata.pt>

Anexo III - Caracterização do Território das Aldeias do Xisto

		Área (km ²)
Portugal		92212
Região Centro		28199,4
Total PIN		2616,5
Município	Arganil	332,8
	Figueiró dos Vinhos	173,4
	Góis	263,3
	Lousã	138,4
	Miranda do Corvo	126,4
	Oliveira do Hospital	234,5
	Pampilhosa da Serra	396,5
	Pedrógão Grande	128,8
	Penela	134,8
	Total	1928,9
	Total PIS	1904,8
	Oleiros	471,1
	Proença-a-Nova	395,4
	Sertã	446,7
	Vila de Rei	191,6
	Total	1504,8
	Total BIS	3748,2
	Castelo Branco	1438,2
	Total	1438,2
	Total CB	1374,2
	Covilhã	555,6
	Fundão	700,2
	Total	1255,8
Total Aldeias do Xisto	6127,7	
% Região Centro	21,7	
% Portugal	7,6	

Tabela 11: Caracterização do território das Aldeias do Xisto
 Fonte: INE,IP; 2011(adaptado)

Anexo IV – Guião de entrevista

Tendo em linha de conta os objetivos subjacentes a esta dissertação, foram elaborados os guiões de entrevista para cada tipologia de entrevistado (presidente de junta de freguesia, comerciantes, lojas do xisto e ADXTUR). Cada guião está dividido em três categorias de perguntas, sendo elas: “Dados relativos ao entrevistado”, “Em relação aos produtos que comercializa” e “Em relação à aldeia enquanto Aldeia do Xisto”.

Na primeira categoria, “**Dados relativos ao entrevistado**”, inserem-se as seguintes questões, aplicáveis consoante a tipologia de entrevistado:

- 1.1. Localidade, Freguesia; Concelho
- 1.2. Vive na localidade? Há quantos anos vive na localidade?
- 1.3. Há quantos anos possui o estabelecimento?
- 1.4. Trabalha no estabelecimento?
- 1.5. Quantos empregados tem ao serviço?
- 1.6. O estabelecimento possui mais alguma função além do comércio?

Qual?

- 1.7. Há quantos anos existe a Loja do Xisto?
- 1.8. Há quantos anos é presidente da junta de freguesia?

Na segunda categoria, “**Em relação aos produtos que comercializa**”, as questões colocadas são idênticas para comerciantes e Lojas do Xisto, sendo que as duas últimas apenas se aplicam a Lojas do Xisto:

- 2.1. Que tipo de produtos comercializa? Artesanato? Produtos alimentares?

Outros, quais?

- 2.2. Desses produtos quais são produzidos na aldeia? E na região?
- 2.3. Quais os produtos que são produzidos fora da região? Onde?

2.4. Onde adquire os produtos que comercializam? Na localidade? Fora dela? Onde?

2.5. Quais as dificuldades que sentem em adquirir localmente os produtos que comercializa?

2.6. Quais as vantagens de adquirir localmente os produtos que comercializa?

2.7. Na sua opinião qual é a importância que os produtos locais (quer artesanais, quer alimentares tradicionais) têm ou deveria ter para o desenvolvimento da localidade?

2.8. Na sua opinião qual é a importância que os produtos não locais têm ou deveria ter para o desenvolvimento da localidade?

2.9. Que impactos têm ambas as situações no desenvolvimento local?

2.10. Qual a sua opinião sobre a Loja de Xisto e o seu contributo para o desenvolvimento da localidade e da rede?

Na terceira categoria “**Em relação à aldeia enquanto Aldeia do Xisto**”, as questões colocadas são aplicáveis a todas as tipologias de entrevistados:

3. Qual a sua opinião relativamente ao facto de a sua aldeia ter sido inserida na Rede das Aldeias do Xisto? Houve mudanças significativas? A que níveis?

SE SIM:

3.1. De que forma se conseguiram essas mudanças? Na sua opinião as entidades intervenientes cumpriram com o seu papel?

3.2. Na sua opinião essas mudanças são suficientes para fixar mais pessoas na aldeia e para atrair turistas? Porquê? De que modo?

SE NÃO:

3.3. Na sua opinião quais as potencialidades que existem na da aldeia que poderiam ser utilizadas na sua dinamização e desenvolvimento e não o são?

3.4. Na sua opinião, quais as dificuldades que poderão existir no aproveitamento dessas potencialidades?

Uma vez que a ADXTUR é a entidade coordenadora do projeto, as questões que lhe foram colocadas diferem. Segue o guião que se aplicou neste caso:

1. Dados relativos ao entrevistado:

1.1. Que funções desempenha na rede? Desde quando?

2. Em relação à rede:

2.1. Quais as motivações subjacentes à criação da rede?

2.2. Que critérios foram utilizados para a seleção das aldeias que fazem parte da rede?

2.3. Como foram escolhidos os parceiros institucionais intervenientes na rede? Os resultados conseguidos foram os esperados?

2.4. De uma forma geral, os objetivos que estiveram na base da criação do projeto foram conseguidos?

SE SIM

2.4.1. De uma forma geral, qual a opinião das partes intervenientes no projeto quanto à forma como esses objetivos foram conseguidos?

2.4.2. Das ações que levaram à concretização desses objetivos, quais julga terem sido as mais importantes e que possam servir como “modelo” a projetos semelhantes?

SE NÃO:

2.4.3. Quais os objetivos que não foram cumpridos?

2.4.4. O que falhou na sua realização? O que poderia ter sido feito de forma diferente?

3. Em relação aos recursos locais:

Um dos objetivos principais da criação da RAX foi a mobilização dos recursos locais para a promoção turística das aldeias, bem como a promoção do desenvolvimento sustentável das mesmas.

3.1. Sente que este objetivo foi cumprido?

SE SIM:

3.1.1. De uma forma geral, qual a opinião das partes intervenientes no projeto quanto à forma como esses objetivos foram conseguidos?

3.1.2. Das ações que levaram a concretização desses objetivos, quais julga terem sido as mais importantes e que possam servir como “modelo” a projetos semelhantes?

SE NÃO

3.1.3. Quais os objetivos que não foram cumpridos?

3.1.4. O que falhou na sua realização? O que poderia ter sido feito de forma diferente?

3.2. Na sua opinião qual a importância que a venda dos produtos locais (quer artesanais, quer alimentares) tem ou deveria ter para o desenvolvimento da aldeia? E a venda de produtos não locais? Que impactos têm ambas as situações no desenvolvimento local? Quais as principais vantagens dessa mobilização? E quais as principais dificuldades?

3.3. Qual a sua opinião sobre as Lojas de Xisto e o seu contributo para o desenvolvimento da localidade e da rede?

4. Em relação à Rede de Praias fluviais?

4.1. Na sua opinião, a rede de praias fluviais tem sido uma boa forma de atrair visitantes? Será possível obter o número de visitantes (ou uma estimativa desse número) até há data?

4.2. Os valores naturais que estão associados às praias fluviais têm sido preservados?

4.3. Sendo a rede de praias fluviais um produto turístico, como tem sido feita a sua articulação com as restantes potencialidades locais?

4.4. Na sua opinião os objetivos que estiveram na base da criação da rede foram conseguidos?

SE SIM:

4.4.1. De uma forma geral, qual a opinião das partes intervenientes no projeto quanto à forma como esses objetivos foram conseguidos?

4.4.2. Das ações que levaram a concretização desses objetivos, quais julga terem sido as mais importantes e que possam servir como “modelo” a projetos semelhantes?

SE NÃO:

4.4.3. Quais os objetivos que não foram cumpridos?

4.4.4. O que falhou na sua realização? O que poderia ter sido feito de forma diferente?

4.5. Em relação à Rede de Percursos

Na sua opinião os objetivos que estiveram na base da criação da rede foram conseguidos?

SE SIM:

4.5.1. De uma forma geral, qual a opinião das partes intervenientes no projeto quanto à forma como esses objetivos foram conseguidos?

4.5.2. Das ações que levaram a concretização desses objetivos, quais julga terem sido as mais importantes e que possam servir como “modelo” a projetos semelhantes?

SE NÃO:

4.5.3. Quais os objetivos que não foram cumpridos?

O que falhou na sua realização? O que poderia ter sido feito de forma diferente

Anexo V – Grelhas de análise de entrevista

Comerciantes e Restaurantes	Em relação ao estabelecimento			Produtos comercializados			
	Trabalha no estabelecimento	Nº de empregados	Funções do estabelecimento	Tipologia	Origem		
					Na aldeia	Fora da aldeia	Localidade
Entrevistado nº 1	Sim	Quatro	Minimercado, bomba de gasolina, material associado a mecânica de carros	Produtos alimentares e produtos associados a mecânica de carros	Mel e aguardente	Todos os restantes	Fornecedores
Entrevistado nº 2	Sim	Nenhum	Comércio	Produtos de mercearia	Nenhum	Fornecedores	Região e distritos em volta
Entrevistado nº 3	De vez em quando	Dois	Comércio e café	Mercearias - essencialmente alimentares	Nenhum, por causa das burocracias associadas à faturação	Todos	Pampilhosa da Serra e Arganil
Entrevistado nº 4	Sim	As filhas da entrevistada ajudam	Comércio	Essencialmente alimentares	Nenhum	Fornecedores, mas os enchidos, presunto e queijo são adquiridos na zona	Na Região: Souto da Casa, Alcains, Castelo Branco
Entrevistado nº 5	Sim	Nenhum	Comércio	Essencialmente alimentares e o indispensável	Nenhum	Fornecedores	
Entrevistado nº 6	Sim	Nenhum	Comércio	Um bocadinho de tudo	Nenhum	Fornecedores	
Entrevistado nº 7	Sim	Dois	Comércio e posto dos CTT	Mercearia, doçaria e as cavacas típicas da aldeia	Doçaria de fabrico próprio e as cavacas	Fornecedores	
Entrevistado nº 8	Sim	Um	Restaurante	Refeições	Hortaliças e Cabrito	Fornecedores e supermercado	Castelo Branco

Comerciantes e Restaurantes	Em relação ao estabelecimento			Produtos comercializados			
	Trabalha no estabelecimento	Nº de empregados	Funções do estabelecimento	Tipologia	Origem		
					Na aldeia	Fora da aldeia	Localidade
Entrevistado nº 9	Sim	Por norma três, mas não verão é contratada mais gente	Restaurante, promoção de eventos e parcerias que não envolvem valores monetários	Refeições, outros produtos alimentares e artesanato		A maioria	Região
Entrevistado nº 10	Sim	Dois, no verão	Restaurante e café	Refeições	Hortaliças	Os restantes	Supermercado
Entrevistado nº 11	Sim	De inverno entre 5 a 6, de verão depende	Restaurante no primeiro andar e a "Lojinha da aldeia" no rés-do-chão	Refeições no restaurante e artesanato e alimentares na "Lojinha da aldeia"	Hortaliças cultivadas numa horta explorada pelo restaurante e pão feito no forno comunitário da aldeia	Todos os restantes	Restaurante: Figueiró dos Vinhos (mercado e particulares) "Lojinha da aldeia": Produtos distribuídos pela RAX
Entrevistado nº 12	Sim	Seis	Restaurante e Hotel	Refeições e artesanato (exposição e venda)	Mel, piri-piri, vinagre, aguardente, ervas aromáticas	Queijo da Serra da Estrela, requeijão, castanhas e a carne	Oliveira do Hospital (produtores locais)
Entrevistado nº 13	Sim	Nenhum	Restaurante e bar	Refeições	Castanha e mel	Cabrito e restantes	Serra da Lousã e Góis
Entrevistado nº 14	Não	Um	Comércio	Essencialmente alimentares. Tem outra seção com produtos variados mas pouco se vende	Nenhum	Todos	Fornecedores
Entrevistado nº 15	Sim	Quatro	Restaurante	Refeições	Produtos de horta	Todos	Fornecedores credenciados

Comerciantes e Restaurantes	Produtos comercializados			
	Adquiridos localmente			
	Dificuldades	Vantagens	Importância dos produtos locais para o desenvolvimento da aldeia	Impacto no desenvolvimento da localidade
Entrevistado nº 1			É importante vender o que é da terra	No desenvolvimento em si não tem grande impacto
Entrevistado nº 2	Não é muito difícil			
Entrevistado nº 3			Seria importante poder comercializá-los	A atração de visitantes, porque as pessoas procuram produtos da terra
Entrevistado nº 4	Os trâmites legais para poder vender a produção local		As pessoas procuram estes produtos, essencialmente a doçaria	Se existirem para venda, faz com que as pessoas voltem
Entrevistado nº 5	As burocracias legais		Seria importante para não desperdiçar os excedentes da produção local	
Entrevistado nº 6	As burocracias legais (faturas)		Seria importante para não desperdiçar os excedentes da produção local	Dar lucro a quem trabalha na agricultura e criar mais emprego
Entrevistado nº 7	Falta de uma loja que vem a produção local	Há na aldeia produtores de mel e artesãos	São importantes	Promoção da aldeia
Entrevistado nº 8	Falta de produção local e trâmites legais		Promoveria a aldeia e criava trabalho	
Entrevistado nº 9	A população idosa, a burocracia e os trâmites legais	Incentivo à produção local	As compotas incluídas nas refeições, os molhos e os biscoitos que são confeccionados no restaurante. As pessoas procuram isso para fugir à rotina	


Comerciantes e Restaurantes	Produtos comercializados			
	Adquiridos localmente			
	Dificuldades	Vantagens	Importância dos produtos locais para o desenvolvimento da aldeia	Impacto no desenvolvimento da localidade
Entrevistado nº 10	Falta mão-de-obra para produzir os produtos, fiscalização exagerada	Evita deslocações	O facto se poder usar alimentos biológicos na confeção das refeições melhora o seu paladar. Os visitantes notam a diferença	
Entrevistado nº 11	Falta de mão-de-obra		Dar a conhecer o que é da terra	O impacto que tem é o das pessoas procurarem os produtos locais nas refeições e saberem que estão nelas incluídas, isso faz com que voltem
Entrevistado nº 12	A produção local é reduzida para poder ser vendida legalmente	Pelo lado económico, como forma de ajudar as pessoas.	Manter as tradições	
Entrevistado nº 13		É mais barato	É importante	
Entrevistado nº 14	Não há produção local			
Entrevistado nº 15	A obrigação dos produtores estarem coletadas, que na sua maioria são pessoas idosas que não estão na disponibilidade de arcar com esses encargos		Gerar postos de trabalho	

Comerciantes e Restaurantes	Produtos comercializados			
	Adquiridos fora da localidade			
	Dificuldades	Vantagens	Importância dos produtos não locais para o desenvolvimento da localidade	Impacto no desenvolvimento da localidade
Entrevistado n° 1			É importante porque são produtos que também se vendem	No desenvolvimento em si não tem grande impacto
Entrevistado n° 2			Se se pudessem vender era um incentivo à produção local	Aumentaria o desenvolvimento
Entrevistado n° 3				
Entrevistado n° 4			Dão a conhecer aos visitantes os produtos da região	
Entrevistado n° 5	Deslocação por não haver produção local			
Entrevistado n° 6				
Entrevistado n° 7				
Entrevistado n° 8			Uma vez que não há produção local, são extremamente importantes	
Entrevistado n° 9				
Entrevistado n° 10	Diminuição da expectativa em relação às refeições servidas			
Entrevistado n° 11				
Entrevistado n° 12				
Entrevistado n° 13				
Entrevistado n° 14	Não mudou a vida das pessoas	Pelas obras feitas		
Entrevistado n° 15				

Comerciantes e Restaurantes	Em relação à integração da aldeia na RAX				
	Houve mudanças				
	A que níveis	Forma como se conseguiram as mudanças	Papel das mudanças na fixação de pessoas	Papel das mudanças na atração de visitantes	Papel das entidades intervenientes
Entrevistado nº 1	Houve algumas mudanças, ao nível da reabilitação e da criação de percursos pedestres			Desilude as pessoas O nome do projeto está mal inserido; porque sendo esta uma aldeia branca, as pessoas procuram xisto e há maioritariamente granito, o que desilude os visitantes	
Entrevistado nº 2	As mudanças foram significativas, atraí mais gente		Não fixou muita, mas fixou alguma	Atraí mais gente	
Entrevistado nº 3	Estético, a existência do multibanco é benéfica para os habitantes		Nenhum, porque não há emprego	Criou infraestruturas que atraem os visitantes	
Entrevistado nº 4	A aldeia deixou de estar degradada	Pelas obras que fizeram, deixando as ruas mais bonitas e pelas casas que foram recuperadas	É difícil fixar gente, porque não há emprego. A aldeia tem a quarta parte da população que tinha a 10 anos atrás	Sim, pela publicidade que existe, mas falta quem dinamize mais	Foi cumprido
Entrevistado nº 5	Embelezou a aldeia			Atraí mais gente, mas não traz grandes ganhos à aldeia	
Entrevistado nº 6	A aldeia ficou mais bonita, mas não trouxe grandes benefícios para as pessoas da aldeia	Pelas obras que fizeram	Não fixa pessoas	Importância da recuperação da Casa Grande e das figuras rupestres	Foi cumprido
Entrevistado nº 7	Turismo		Não fixa, mas possibilita o retorno de antigos moradores que emigraram para passar férias	Atraí mais gente	Empenharam-se bastante
Entrevistado nº 8					

Comerciantes e Restaurantes	Em relação à integração da aldeia na RAX				
	Houve mudanças				
	A que níveis	Forma como se conseguiram as mudanças	Papel das mudanças na fixação de pessoas	Papel das mudanças na atração de visitantes	Papel das entidades intervenientes
Entrevistado nº 9	A aldeia beneficiou, embora tenho muito pouco de xisto, o que desilude os visitantes			Falta sinalização para se poder atrair mais gente à aldeia	Esforço em promover o desenvolvimento das aldeias e a cooperação entre as mesmas. Na opinião da entrevistada são promovidos alguns eventos pouco viáveis
Entrevistado nº 10					
Entrevistado nº 11	A aldeia ganhou vida própria, melhorou a vida das pessoas da aldeia	Pela cooperação em rede (RAX e associação de moradores Refúgios da Pedra)	Na fixação permanente não tem papel. A reabilitação fez com as casas recuperadas fossem arranjadas e alugadas ou compradas para descanso ao fim de semana.	A reabilitação da aldeia possibilitou a continuação da sua existência, o que contribuiu para que haja nela mais visitantes.	Foi cumprido e foi fundamental, sem eles a aldeia não existia.
Entrevistado nº 12	Sim, evita a desertificação total da aldeia				Cumprir e continua a cumprir os projetos
Entrevistado nº 13	Dinamismo e algum destaque	Publicitação e a venda da marca em pacotes turísticos nacionais e internacionais.			
Entrevistado nº 14	Não mudou a vida das pessoas	Pelas obras feitas		Trouxe mais visitantes	Foi cumprido
Entrevistado nº 15	Mudou o aspeto da aldeia	A manutenção do comércio de subsistência (restaurante, café e alojamento) permite que a aldeia sobreviva	Não é fácil, porque hoje em dia as pessoas querem ter um nível de vida estável que numa aldeia do interior não é possível	Sim, vem mais gente. Não só diretamente pela aldeia, mas também pela promoção feita na região e pelo boca-a-boca	Foi cumprido, muito embora o programa de reabilitação não tenha sido totalmente conseguido por receio dos habitantes em perder as habitações

Tabela 12: Grelha de análise de entrevista: Comerciantes e Restaurantes

 Sem resposta

Comerciantes e Restaurantes	Em relação à integração da aldeia na RAX	
	Não houve mudanças	
	Potencialidades da aldeia inaproveitadas	Dificuldades no aproveitamento dessas potencialidades
Entrevistado nº 1	A parte natural	Manutenção dos equipamentos construídos
Entrevistado nº 2	Terreno para a construção de um parque infantil	
Entrevistado nº 3		
Entrevistado nº 4		
Entrevistado nº 5		
Entrevistado nº 6		
Entrevistado nº 7		
Entrevistado nº 8	Não sabe	
Entrevistado nº 9		
Entrevistado nº 10	Turismo de natureza, ligado à ribeira que passa pela aldeia	Aprovação de ideias por parte das entidades camarárias
Entrevistado nº 11		
Entrevistado nº 12		
Entrevistado nº 13	Possibilidade de se praticarem desportos radicais e a utilização do lagar	
Entrevistado nº 14	O rio, principalmente na época do verão	
Entrevistado nº 15		

Loja do Xisto e Artesanato	Em relação ao estabelecimento			Produtos comercializados			
	Trabalha no estabelecimento	Nº de empregados	Funções do estabelecimento	Tipologia	Origem		
					Na aldeia	Fora da aldeia	Localidade
Entrevistado nº 16	Não	Dois	Loja "Origens", Sede Trilhos do Zêzere e posto de turismo	Compotas, licores aguardente. Artesanato em xisto, cortiça, madeira	São todos produzidos na região		
Entrevistado nº 17	Não	Nenhum	Loja e alojamento turístico	Artesanato típico do meio rural e alimentares	Produtos feitos com castanha e mel e frutos produzidos na horta do entrevistado	O artesanato	Artesãos da Lousã e alguns feitos pelo entrevistado
Entrevistado nº 18	Sim	Nenhum	Comércio e produção de produtos típicos	Artesanato e alimentares (Montra da Loja de Xisto)	Artesanato: tapetes, peças em linho, cachecóis	Alimentares	Distribuídos pela RAX
Entrevistado nº 19	Sim	Um	Loja do Xisto, restaurante e alojamento, local de encontro da população e de pagamento de contas	Artesanato e alimentares	Legumes, fruta, pão e carnes. Algum artesanato	Os restantes e os produtos da Loja do Xisto	Os produtos da Loja são distribuídos pela RAX
Entrevistado nº 20	Sim	Um	Loja do Xisto, venda de artesanato tradicional, gabinete de apoio ao munícipe	Artesanato e alimentares	Uma parte do artesanato produzido por pessoas da aldeia e o mel	Artesanato e alimentares	Os produtos da Loja são distribuídos pela RAX
Entrevistado nº 21	Sim	Nenhum	Não	Artesanato	Artesanato	Artesanato	Distribuídos pela RAX
Entrevistado nº 22	Sim	Cinco	Loja do Xisto e Sede da Associação Lousitânea	Artesanato e alimentares	Artesanato e alimentares		As quatro aldeias do Concelho de Góis que pertencem à RAX, Serra da Lousã e distribuídos pela entidade Saber das mãos

Loja do Xisto e Artesanato	Produtos comercializados			
	Adquiridos localmente			
	Dificuldades	Vantagens	Importância dos produtos locais para o desenvolvimento da aldeia	Impacto no desenvolvimento da localidade
Entrevistado n° 16		Criação de riqueza local, perpetua as tradições locais		
Entrevistado n° 17			São produtos endógenos que marcam a característica social e cultural da aldeia. A castanha por exemplo, fazia parte da alimentação.	
Entrevistado n° 18		São produtos típicos que atraem visitantes		
Entrevistado n° 19	Certificação de produtos	Incentivo à produção local e aproveitamento dessa produção. Diminuição de custos de intermediário	Desenvolve os pequenos comércios tradicionais e as microeconomias. Ajuda as pessoas na medida em que a produção de pequena escala é comercializada por um valor superior ao de produção.	
Entrevistado n° 20	Não tem grandes dificuldades porque as pessoas deslocam-se ao estabelecimento e a divulgação é feita boca-a-boca	Evita que os artesãos (já idosos) se desloquem para fazer a certificação dos produtos	Conhecimento do tradicionalismo	
Entrevistado n° 21			É bonito haver na aldeia quem faça esses produtos. Os visitantes procuram isso.	
Entrevistado n° 22				

Loja do Xisto e Artesanato	Produtos comercializados				Em relação ao estabelecimento	
	Adquiridos fora da localidade				Contributo	
	Dificuldades	Vantagens	Importância dos produtos não locais para o desenvolvimento da localidade	Impacto no desenvolvimento da localidade	Desenvolvimento da localidade	Desenvolvimento da RAX
Entrevistado n° 16						
Entrevistado n° 17					Dá a conhecer um pouco da tradição da lavoura da aldeia	
Entrevistado n° 18			Dá a conhecer os produtos da rede aos visitantes	Traz mais gente	Os visitantes têm onde comprar uma peça de artesanato diferente do que estão habituadas	Dá a conhecer os produtos da rede aos visitantes
Entrevistado n° 19					As funções não comerciais da Loja são benéficas para a população que idosa que evita deslocações	
Entrevistado n° 20					Maior divulgação da aldeia, que por si já é conhecida	Divulgação do xisto trabalhado
Entrevistado n° 21						
Entrevistado n° 22						

Quão Local é o Desenvolvimento Rural? O caso das Aldeias do Xisto

Loja do Xisto e Artesanato	Em relação à integração da aldeia na RAX				
	Houve mudanças				
	A que níveis	Forma como se conseguiram as mudanças	Papel das mudanças na fixação de pessoas	Papel das mudanças na atração de visitantes	Papel das entidades intervenientes
Entrevistado n° 16	Pela publicidade que é feita às Aldeias de Xisto acredito que o território tira ou está a tirar algum partido, porque a ADXTUR tem investido muito na promoção, o que traz algum retorno no sentido em que há pessoas a procura das aldeias do xisto				A forma como a promoção do território é feita é discutível. E nisso a ADXTUR tem cumprido a sua parte. Agora a junta e a Câmara nada tem feito no sentido de promover a aldeia. O pouco que vem para aquele território vem mais por iniciativa dos privados.
Entrevistado n° 17	A aldeia deixou de ser uma aldeia fantasma	Pela recuperação da própria aldeia	Preserva e dá a conhecer a aldeia		Há a promoção da aldeia. O entrevistado tece algumas críticas à entidade camarária, nomeadamente em termos das condições de acesso à aldeia, a falta de casas de banho públicas e a falta de divulgação da aldeia por parte da mesma entidade.
Entrevistado n° 18	A aldeia está mais bonita	Reabilitação	Não fixa, porque não há trabalho	Atrai mais gente	Foi cumprido
Entrevistado n° 19	As mudanças foram positivas. Mas acaba por não haver grandes benefícios diretos para a população porque não podem vender o pouco que produzem pelas imposições legais. Mas há mais visitantes, mais movimento e surgem negócios paralelos associados à RAX, como o turismo . Deu vida à aldeia e melhorou as condições de vida da população.				Foi cumprido. O entrevistado refere o aumento da importância do papel dos agentes locais para a manutenção das mudanças trazidas pelo projeto e a necessidade da convergência de interesses ao nível das aldeias que deve ser sobreposto aos interesses camarários.
Entrevistado n° 20	Melhoramento a nível físico e estético	Reabilitação	Não fixa, porque não há trabalho e faltam algumas infraestruturas de apoio à população	Atrai mais gente e a divulgação boca-a-boca de quem já visitou a aldeia ajuda a que venha mais gente	Cumpriram muitíssimo bem
Entrevistado n° 21	As casas foram recuperadas		Não fixa, porque não há emprego	Vem mais gente visitar a aldeia	Foi cumprido
Entrevistado n° 22	Chama mais gente ao concelho de Góis e diminui o isolamento das pessoas que vivem nestas aldeias	Através de vários projetos que têm, entre outros objetivos o da recuperação de tradições		Pela divulgação junto às redes competentes	Foi cumprido, embora haja uma ou outra falha. Mas nada de negativo a identificar especificamente

Loja do Xisto e Artesanato	Em relação à integração da aldeia na RAX	
	Não houve mudanças	
	Potencialidades da aldeia inaproveitadas	Dificuldades no aproveitamento dessas potencialidades
Entrevistado n° 16	O património histórico e o religioso. Todo o vale do rio que não tem acessos nem infraestruturas de apoio	
Entrevistado n° 17		
Entrevistado n° 18		
Entrevistado n° 19		
Entrevistado n° 20		
Entrevistado n° 21		
Entrevistado n° 22		

Tabela 13: Grelha de análise de entrevista: Lojas do Xisto e Artesanato

 Sem resposta

Presidente de Junta	Recursos que a aldeia possui e/ou produz no intuito de a desenvolver	Produtos comercializados na aldeia			
		Tipologia	Origem		
			Na aldeia	Fora da aldeia	Localidade
Entrevistado nº 22	Ainda há produção de linho, mas é mais em termo de manter a tradição, não é com o intuito de vender		Há produção de azeite, mas só a matéria-prima. O resto do processo é feito fora da freguesia. Há aproveitamento do produto, mas não é vendido legalmente. O mesmo acontece com o mel.		
Entrevistado nº 23	A aldeia pode ser dinamizada com os postos de trabalho que existem na junta de freguesia e no centro de dia. Pela agricultura de sobrevivência praticada pelos habitantes, cuja produção é aproveitada no restaurante	Alimentares e artesanato	Produtos da horta (no restaurante) e artesanato	A maioria	Fornecedores certificados
Entrevistado nº 24	O factor de terem regressado algumas famílias que emigraram assegura a continuidade de produção agrícola, embora para consumo próprio. A semana de música folk. Semana cultural das Aldeias do Xisto. As cinco feitas religiosas da aldeia	Alimentares e artesanato	Artesanato em linho, azeite (mas sem mentalidade de venda, chega a ser repartido entre a população) e mel	Os restantes	Fornecedores e distribuídos pela RAX
Entrevistado nº 25	É mais dinamizada no verão. Os recursos mais importantes das pessoas que são incluídas nessa dinamização, mas as pessoas têm-se afastado dessa ligação ao desenvolvimento. A grande Rota do Zêzere que vai passar pela aldeia				

Presidente de Junta	Recursos que a aldeia possui e/ou produz no intuito de a desenvolver	Produtos comercializados na aldeia			
		Tipologia	Origem		
			Na aldeia	Fora da aldeia	Localidade
Entrevistado nº 26	A ribeira, a Serra do Açor		Produção de pequena escala: aguardente de medronho, aguardente de mel e queijo de cabra. Duas fábricas de xisto que transformam e comercializam o xisto		
Entrevistado nº 27	Atividades feitas pelas pessoas que investiram na aldeia		Mel, produção de horta		
Entrevistado nº 28	O apadrinhamento de sobreiros pela importância que a cortiça tinha no desenvolvimento económico da aldeia. A reconstrução dos currais. O centro de BTT. A capela dedicada a S. João e a Nossa Sra. de Fátima				
Entrevistado nº 29	A praia fluvial				

Presidente de Junta	Recursos que a aldeia possui e/ou produz no intuito de a desenvolver	Produtos comercializados na aldeia			
		Tipologia	Origem		
			Na aldeia	Fora da aldeia	Localidade
Entrevistado nº 30	As casas estão recuperadas e vendidas				
Entrevistado nº 31	O alojamento e o comércio. A visita dos turistas de diversas localidades do país e do exterior. Atividades ligadas à floresta.		Artesanato		
Entrevistado nº 32	O turismo, a praia fluvial e os monumentos da aldeia. Alguns eventos promovidos pela ADXTUR. Os percursos pedestres		Produção alimentar em horta própria, mas para consumo próprio		
Entrevistado nº 33	Exploração de recursos naturais - percursos pedestres. Workshops com o uso do forno comunitário. Promoção da gastronomia local após a abertura do restaurante. Exploração de moinhos, azenhas e da ribeira		Queijaria e artesanato		

Presidente de Junta	Produtos comercializados			
	Adquiridos localmente			
	Dificuldades	Vantagens	Importância dos produtos locais para o desenvolvimento da localidade	Impacto no desenvolvimento da localidade
Entrevistado n° 22	A certificação da produção		Já não há produção. O artesanato que existe é pouco valorizado e trocado por coisas mais úteis	Falta dinamismo no sentido de aproveitar produtos tradicionais e o seu escoamento para fora da aldeia
Entrevistado n° 23	A maior parte dos produtos comercializados na aldeia não é nela produzido porque a RAX obriga as pessoas a estarem coletadas e são pessoas idosas que não estão na disponibilidade de arcar com esses encargos		Gerar postos de trabalho	
Entrevistado n° 24	Não há produção para venda, pelas imposições legais			
Entrevistado n° 25	As imposições legais		Seria importante, mas criando uma marca própria para os produtos tradicionais. Permite dar a conhecer a gastronomia tradicional	

Presidente de Junta	Produtos comercializados			
	Adquiridos localmente			
	Dificuldades	Vantagens	Importância dos produtos locais para o desenvolvimento da localidade	Impacto no desenvolvimento da localidade
Entrevistado n° 26			Preservação de tradições, e divulgação dos produtos ao exterior	
Entrevistado n° 27				
Entrevistado n° 28				
Entrevistado n° 29	A idade avançada da população e as características pobres dos terrenos para a produção agrícola		Haveria interesse que houvesse produção na aldeia	

Presidente de Junta	Produtos comercializados			
	Adquiridos localmente			
	Dificuldades	Vantagens	Importância dos produtos locais para o desenvolvimento da localidade	Impacto no desenvolvimento da localidade
Entrevistado n° 31				
Entrevistado n° 32			A floresta, o medronho e o azeite poderiam ser melhor aproveitados pela criação de uma marca	
Entrevistado n° 33			A promoção da aldeia pela procura de pratos típicos	

Presidente de Junta	Produtos comercializados na aldeia			
	Adquiridos fora da localidade			
	Dificuldades	Vantagens	Importância dos produtos não locais para o desenvolvimento da localidade	Impacto no desenvolvimento da localidade
Entrevistado n° 22		Ao nível do artesanato, o que é vendido, por exemplo em supermercados, é mais barato		
Entrevistado n° 23				
Entrevistado n° 24				
Entrevistado n° 25				
Entrevistado n° 26				
Entrevistado n° 27				
Entrevistado n° 28				
Entrevistado n° 29	A pouca produção que existe é para consumo próprio		Seria importante que houvesse quem produzisse, mas a população é envelhecida, não é possível. Passava também pela modernização da agricultura	
Entrevistado n° 30				
Entrevistado n° 31				
Entrevistado n° 32				
Entrevistado n° 33				

Presidente de Junta	Em relação à integração da aldeia na RAX				
	Houve mudanças				
	A que níveis	Forma como se conseguiram as mudanças	Papel das mudanças na fixação de pessoas	Papel das mudanças na atração de visitantes	Papel das entidades intervenientes
Entrevistado n° 22	Mudou completamente o visual, era uma aldeia detorada e velha.		Não fixa	Pode atrair mais gente para o restaurante	Dentro do que era possível fazer-se, fez-se. Mas falta dinamismo por parte das pessoas. Mas há publicidade por parte da ADXTUR, embora deve-se intervir mais em cada território em específico
Entrevistado n° 23	Mudou o aspeto da aldeia	A manutenção do comércio de subsistência (restaurante, café e alojamento) permite que a aldeia sobreviva	Não é fácil, porque hoje em dia as pessoas querem ter um nível de vida estável que numa aldeia do interior não é possível	Sim, vem mais gente. Não só diretamente pela aldeia, mas também pela promoção feita na região e pelo boca-a-boca	Foi cumprido, muito embora o programa de reabilitação não tenha sido totalmente conseguido por receio dos habitantes em perder as habitações
Entrevistado n° 24	Regressaram famílias que emigraram. A recuperação das casas e das infraestruturas foi muito importante. Mas a mais importante foi a da Casa das Tecedeiras e a Casa da Pedra Rolada		A reabilitação da aldeia permite que se fixem algumas pessoas, embora não trabalhem na aldeia	A aldeia é um pequeno destino turístico	
Entrevistado n° 25	Criou condições para que se viva na aldeia		Criou condições para que se viva na aldeia	No verão chega a triplicar	Cumpriram com o papel, embora tenha havido um atraso no cumprimento do programa em um ano, devido a questões ligadas à junta de freguesia

Presidente de Junta	Em relação à integração da aldeia na RAX				
	Houve mudanças				
	A que níveis	Forma como se conseguiram as mudanças	Papel das mudanças na fixação de pessoas	Papel das mudanças na atração de visitantes	Papel das entidades intervenientes
Entrevistado n° 26		A recuperação da ribeira, a recuperação das infraestruturas e do centro histórico	Aumento da procura de casas para recuperação para segunda residência e aumento da procura de alojamento turístico		O papel foi cumprido.
Entrevistado n° 27	Trouxe movimento à aldeia		A aldeia está toda ocupada, mas tem mais a função de segunda residência ao fim de semana	Trouxe mais visitantes, mas mais ao domingo	Realizaram o que propuseram
Entrevistado n° 28	A recuperação e reabilitação da aldeia. A criação de habitação de turismo		Compra de habitações restauradas para passar fim-de-semana	Trouxe mais visitantes	Foi cumprido, destaque para a Câmara Municipal e a ADXTUR
Entrevistado n° 29	Turismo			Acolhe entre 40 a 50 turistas por dia no mês de Agosto	Foi cumprido à risca

Presidente de Junta	Em relação à integração da aldeia na RAX				
	Houve mudanças				
	A que níveis	Forma como se conseguiram as mudanças	Papel das mudanças na fixação de pessoas	Papel das mudanças na atração de visitantes	Papel das entidades intervenientes
Entrevistado n° 30	Mudou o aspeto da aldeia e melhorou as condições de vida das pessoas que lá moram		Fixa pessoas ao fim de semana	Há mais gente a procurar a aldeia	Dentro dos parâmetros, sim foi cumprido
Entrevistado n° 31				Atrai turistas	Na medida do possível sim
Entrevistado n° 32	Pela recuperação das casas que mudou o aspeto da aldeia			Traz cerca de 100 pessoas por semana a aldeia. O facto de a aldeia ser uma aldeia branca desilude os visitantes	Foi cumprido, mas o entrevistado crítica o material utilizado na reabilitação das habitações e a delegação das obras a entidades não classificadas
Entrevistado n° 33	Ao nível do aspeto e do melhoramento das condições de vida dos habitantes	Pelas obras efetuadas	Não fixa população	Chama turistas	Foi cumprido

Tabela 14: Grelha de entrevista de Presidentes da Junta de Freguesia

Sem resposta

Presidente de Junta	Em relação à integração da aldeia na RAX	
	Não houve mudanças	
	Potencialidades da aldeia inaproveitadas	Dificuldades no aproveitamento dessas potencialidades
Entrevistado n° 22	Possibilidade da construção de um centro de BTT	
Entrevistado n° 23		
Entrevistado n° 24		
Entrevistado n° 25		
Entrevistado n° 26	Falta investimento privado em termos de alojamento turístico. Há já um projeto em vias de aprovação	
Entrevistado n° 27		
Entrevistado n° 28	Construção de um espaço de lazer para visitantes que estão de passagem e para os próprios habitantes	
Entrevistado n° 29	O turismo rural	
Entrevistado n° 30		
Entrevistado n° 31	As potencialidades vão se desenvolvendo	
Entrevistado n° 32		
Entrevistado n° 33		

Entrevistado nº 42- ADXTUR		
Em relação à Rede e aos objetivos traçados		
Motivações subjacentes à criação da Rede	Critérios utilizados para a seleção das aldeias	Critérios para a escolha de parceiros institucionais
<p>Congregar os principais agentes públicos e privados neste território em torno de uma estratégia de desenvolvimento local com os olhos no sector do turismo, mas tendo sempre em mente aquilo que é o resultado social, comunitário e da qualidade de vida no conjunto das aldeias deste território. Visa a criação de postos de emprego, a criação de oferta, a melhoria das condições infraestruturais, urbanísticas.</p>	<p>Cada um dos municípios aderentes à rede na fase inicial propôs um conjunto de aldeias para aderir à rede. Cada proposta foi acompanhada pelo Plano da Aldeia, um documento estratégico que identifica e prioriza um conjunto de intervenções necessárias e a quais os principais contributos de cada uma dessas aldeias e o que portaria para a rede.</p>	<p>São parceiros de escala regional. Um conjunto de parceiros com os quais temos protocolos. Quanto aos parceiros privados, tenta-se congregar a maioria deles que operam nestes territórios e que possam convergir no sentido dos objetivos que a marca estabelece para o desenvolvimento local. Assegurando condições para prosseguir com os objetivos da marca, há um termo de adesão, quer para agentes públicos quer privados que são integrados no modelo de trabalho</p>

Entrevistado nº 42 - ADXTUR				
Um dos objetivos principais da criação da RAX foi a mobilização dos recursos locais para a promoção turística das aldeias, bem como a promoção do desenvolvimento sustentável das mesmas.				
Objetivo conseguido		Objetivo não		
Opinião das partes intervenientes quanto à forma como esses objetivos foram conseguidos	Ações levadas a cabo consideradas mais importantes	Objetivos não foram alcançados	Principais falhas	Aspetos a alterar
<p>Menção às Lojas do Xisto que funcionam como pontos de acolhimento e como pontos de venda daquilo que são os recursos deste território. Existem três perfis de produtores, desde a produção artesanal, os produtos agro-alimentares São produtos de rede que pela sua capacidade de transportar a identidade territorial está em todas as lojas. Existem também produtos de especificidade mais local. Assim não há dúvida que na perspetiva dos microprodutores, produtores e artesãos do território, as lojas são uma das partes mais interessantes do projeto</p>				

Entrevistado n° 41 - ADXTUR					
Em relação aos recursos locais				Contributo das Lojas do Xisto	
Importância dos produtos locais para o desenvolvimento das aldeias	Impacto no desenvolvimento das aldeias	Importância dos produtos não locais para o desenvolvimento das aldeias	Impacto no desenvolvimento das aldeias	Para o desenvolvimento da localidade	Para o desenvolvimento da RAX
<p>O principal recurso endógeno é o território. O próprio território encarado como o equilíbrio social, ambiental, cultural e até económico. Há produtos que são mais específicos de umas localidades que outras. O recurso endógeno mais importante de todos é o saber-fazer e a utilização de recursos de proximidade, mesmo imateriais.</p>				<p>Menção às Lojas do Xisto que funcionam como pontos de acolhimento e como pontos de venda daquilo que são os recursos deste território. Existem três perfis de produtores, desde a produção artesanal, os produtos agro-alimentares São produtos de rede que pela sua capacidade de transportar a identidade territorial está em todas as lojas. Existem também produtos de especificidade mais local. Assim não há dúvida que na perspetiva dos microprodutores, produtores e artesãos do território, as lojas são uma das partes mais interessantes do projeto</p>	

Entrevistado nº 41 - ADXTUR				
Objetivo conseguido		Objetivo não conseguido		
Opinião das partes intervenientes quanto à forma como esses objetivos foram conseguidos	Ações levadas a cabo consideradas mais importantes	Objetivos não foram alcançados	Principais falhas	Aspetos a alterar
<p>Nota-se uma grande adesão por parte dos visitantes das aldeias. É de resto um elemento importante na atração de visitantes, verificado não apenas na afluência de gente nas praias, como também nos restaurantes a elas associadas. Continua a caminhar-se no sentido da concretização dos objetivos.</p>				
Em relação à Rede de Percursos				
Objetivo conseguido		Objetivo não conseguido		
Opinião das partes intervenientes quanto à forma como esses objetivos foram conseguidos	Ações levadas a cabo consideradas mais importantes	Objetivos não foram alcançados	Principais falhas	Aspetos a alterar
<p>O objetivo principal é agregar aquilo que é a oferta da visita das aldeias do xisto outras formas de utilizar o território e de contactar de uma forma mais próxima com os valores naturais e até culturais. Nalguns casos os percursos procuram passar pelos pontos de interesse agregados em torno de cada aldeia. Neste momento o objetivo é que todas as aldeias tenham pelo menos um percurso. A monitorização do uso dos percursos é feita por agentes locais que dão conta da consistência do uso dos mesmos, consolidados em épocas diferentes e com motivações diferentes.</p>				

Tabela 15: Grelha de análise de entrevista: ADXTUR

 Sem resposta